

LUSOFONIA & AFRICANIDADE

ELÓI MARTINS SENHORAS
(Organizador)

2022

LUSOFONIA & AFRICANIDADE

LUSOFONIA & AFRICANIDADE

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se15 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Lusofonia & Africanidade. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 285 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996309-8-9
https://doi.org/10.5281/zenodo.6972631

1 - Africanidade. 2 - Brasil. 3 - CPLP. 4 - Lusofonia. 4 - PALOP.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III – Ciências Sociais. IV - Série

CDD–300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Lusofonia Entrelaçada: Disciplina, Língua, História e Política 13

CAPÍTULO 2 |
Direitos Humanos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:
O Genocídio no Quadro Penal de Angola, Brasil e Timor-Leste 33

CAPÍTULO 3 |
A Atuação do Brasil no Atlântico Sul: Reflexões sobre
os Avanços e Desafios da Cooperação em Defesa na CPLP 55

CAPÍTULO 4 |
A Cooperação Internacional Brasileira com os PALOP: Uma
Avaliação de sua Evolução e Involução da Perspectiva Sul-Sul 91

CAPÍTULO 5 |
Breve Análise das Relações
Constitucionais Internacionais de Integração do Brasil
com África e seus Reflexos Econômicas, Sociais e Culturais 117

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
O Eixo Bilateral Brasil-Angola: Da Superação dos
Entraves Históricos às Aproximações Cooperativistas 149

CAPÍTULO 7 |
Relações Étnico-Raciais no Contexto
Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira 177

CAPÍTULO 8 |
O Negro como Símbolo de Libertação em Úrsula um Olhar
para Túlio e Preta Suzana como Sujeitos de sua Própria História 199

CAPÍTULO 9 |
Espiritualidade e Quotidianidade
Ritualística em Mulungu, de Adelino Timóteo 233

CAPÍTULO 10 |
Teologia Formal Africana 255

SOBRE OS AUTORES | 275

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A difusão de conceitos como Lusofonia e Africanidade tem adquirido crescente relevância nos círculos acadêmicos e de *policymaking* após a II Guerra Mundial em função da emergência de movimentos de independência nacional na África e da conformação de projetos que valorizam a cooperação internacional com base na comunhão de laços culturais e linguísticos de distintos povos.

Nesta contextualização de longa duração, o presente livro, "Lusofonia & Africanidade", tem o objetivo de construir uma série de leituras comtemporâneas que valoriza o contato entre diferentes debates disciplinares sobre temas amplamente relevantes, porém com uma significativa lacuna científica em termos de desenvolvimento internacional de pesquisas.

Escrito por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores com distintas *expertises* profissionais e formações acadêmicas, este livro é fruto de um trabalho colaborativo desenvolvido reticularmente, tanto, nacionalmente em todas as cinco macrorregiões brasileiras, quanto, no exterior, com contribuições advindas de Moçambique e Portugal.

Por um lado, o recorte teórico-conceitual pluralístico é advindo de uma rica apresentação de debates e marcos conceituais de diferentes campos epistemológicos das grandes áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, possibilitando assim uma apreensão da Lusofonia e da Africanidade a partir de diferentes óticas de leitura científica.

Por outro lado, o recorte metodológico da obra é caracterizado pelo uso do método dedutivo e por uma convergente natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e de

uma abordagem qualitativa quanto aos fins, a despeito dos diferentes procedimentos de levantamento e análise de dados utilizados em cada um dos capítulos.

A estruturação do livro conta com um total de dez capítulos que versam sobre o binômio Lusofonia e Africanidade, tomando como referência um paradigma eclético de fundamentação teórico-conceitual e de rica triangulação metodológica, alicerçado nos campos científicos das Ciências Políticas e Relações Internacionais, Linguística, Pedagogia, Letras, História, Direito e Teologia.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento em distintos campos científicos, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar os discursos e projetos, as ideiais e as materialidades relacionadas à Lusofonia e à Africanidade, propiciando assim uma imersiva agenda de novas informações e conhecimentos para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizador)

CAPÍTULO 1

Lusofonia Entrelaçada:
Disciplina, Língua, História e Política

LUSOFONIA ENTRELAÇADA: DISCIPLINA, LÍNGUA, HISTÓRIA E POLÍTICA

Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho

Este capítulo parte de uma reflexão sobre a possibilidade de visualização do entrelaçamento[1] da Lusofonia e da Historiografia Linguística, doravante HL, e também do intuito de representação da Lusofonia enquanto uma disciplina, uma unidade de ensino. Trata-se de procedimentos de análise de textos guiados por quatro critérios, sendo que três deles, língua, história e política, extraímos de nossa leitura de Faraco (2012). O quarto critério se refere à observação do próprio conceito de Lusofonia como uma disciplina. Na seção em que são apresentadas as análises, relacionamos os quatro critérios citados.

Já discutimos, em outros estudos, entre eles Vilarinho (2022), o entrelaçamento a que se propõe a História Entrelaçada, doravante HE, conforme proposto por Bastos e Palma (2004). Na introdução do volume 1 da coleção História Entrelaçada as autoras expõem sua metodologia que consiste no entrelaçamento teórico-metodológico baseado em cinco pontos, são eles: 1º ponto – princípios básicos; a) a contextualização; b) a imanência e c) a adequação; 2º ponto – passos investigativos: a) seleção; b) ordenação; c) reconstrução e d) interpretação; 3º ponto – questão das fontes: a) primárias e b) secundárias; 4º ponto – as dimensões cognitiva e social: a) cognitiva – interna e b) social – externa; 5º ponto – os critérios de análise em

[1] A primeira ideia de uma Lusofonia entrelaçada, retiramos da leitura de um projeto de pesquisa da Profª. Drª. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, conforme cadastro no CNPq, intitulado "Língua Portuguesa e Lusofonia: Estudos da Linguagem numa abordagem historiográfica". O projeto teve início em 2019 e está em execução.

que se detectam as "categorias". Com o caminho aberto pelas pesquisadoras, propusemo-nos a refletir sobre outros entrelaçamentos da HL.

Para melhor visualização dos critérios de análise, exploramos a topologia do nó borromeano. Sobre esta figura, informamos que o uso dos recursos topológicos foi pensado, nas ciências humanas, primeiramente por Jacques Lacan (1901-1981), como informa Granon-Lafont (1990, p. 19): "Cabe a Lacan todo o mérito de ter procurado traçar os contornos desta especificidade da topologia e de indicar qual poderia ser seu uso nas ciências humanas". Sendo assim, como são três os critérios extraídos de Faraco (2012), o Nó Borromeano representará os critérios língua, história e política, que foram destacados nos textos selecionados para as análises.

Ao final, expusemos quatro facetas da Lusofonia, a saber: a Lusofonia Língua, História e Política, Faraco (2012), doravante LHP, e a Disciplina Lusofonia, e, em consequência, a interseção entre os quatro critérios[2].

O QUE É O ENTRELAÇAMENTO TEÓRICO/ METODOLÓGICO?

Como veremos na próxima seção, o entrelaçamento nos moldes da HE, está intimamente relacionado com a interdisciplinaridade dos estudos historiográficos.

Anteriormente dissemos que a metodologia proposta por Bastos e Palma (2004), está baseada em cinco pontos/vértices, que estão apoiados pela tríade proposta por Korner (1996)[3]. O

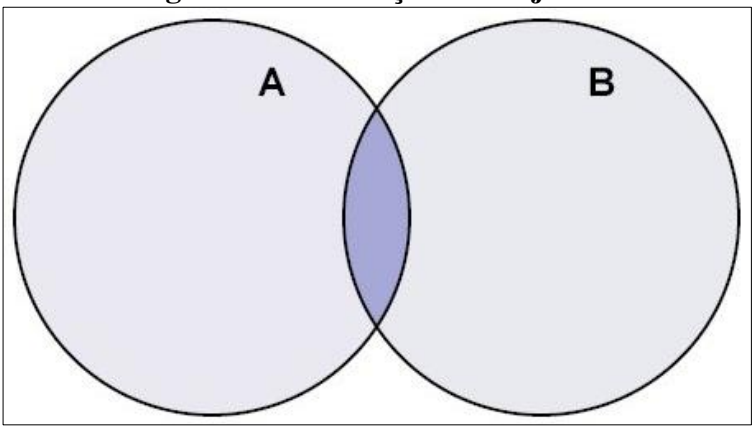
[2] A interseção foi representada por dois conjuntos que se relacionam, Figura 1.

[3] Koerner (1996) trata, entre outros assuntos, da definição dos princípios da contextualização, princípio da imanência e o princípio da adequação.

entrelaçamento proposto pelas autoras trata de relacionar o ensino de Língua Portuguesa e as gramáticas do Português:

> Assim é que [...] delimitamos o campo de trabalho, colocando a questão central, **que consiste em um olhar explicativo sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa e as gramáticas do Português**, vistas em sua organização assentada no modelo greco-latino, com as adequações sofridas através dos tempos por interferências internas e/ou externas (BASTOS; PALMA, 2004, p. 9).

Figura 1 - Intersecção de conjuntos



Fonte: COLÉGIO WEB. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br>.

Nota: Se consideramos o círculo A como a disciplina Historiografia da Linguística, e B como a disciplina Lusofonia, o espaço comum entre os dois círculos representa o entrelaçamento das duas disciplinas.

A possibilidade de entrelaçamento proposta pelas autoras fez com que pensássemos também em uma possibilidade de entrelaçamento entre a HL e os estudos lusófonos. Porém, para que

este entrelaçamento acontecesse, pensamos que das várias facetas do termo Lusofonia, existia um polo específico que representava o conceito de uma Lusofonia enquanto disciplina que se entrelaçaria com a HL.

Essa ilustração também foi usada para representar a intersecção existente entre os critérios que extraímos de Faraco (2012), LHP, e a própria disciplina Lusofonia.

SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE

De início, pensemos um pouco sobre o conceito de disciplina:

> O termo disciplina é usado para designar ao mesmo tempo **'ciência'**, por exemplo, Física, Psicologia, etc, **'matéria'** ou **unidade de ensino**, por exemplo, Estudo do Sistema de Forças, Crítica das Teorias da Personalidade na Perspectiva Psicanalítica, etc. Pode-se alegar que o significado do termo é dado no contexto de uso da linguagem (PAVIANI, 1993, p. 1, grifos nossos).

Para o autor, o conceito de disciplina pode ser sinônimo do conceito de ciência e seu significado está relacionado ao uso da linguagem. Em nossa concepção, expor o termo Lusofonia faz com que ampliemos suas definições e também faz com que possamos pensar um pouco mais sobre o entrelaçamento entre as disciplinas HL e Lusofonia.

Outro ponto interessante discutido por Paviani (1993), seria a aproximação semântica entre os termos disciplina, ensino, obediência e punição. Nesta perspectiva é interessante pensar que o

termo traz em si, também, uma relação com o controle, com uma formalização. A HL, enquanto disciplina e ciência, carrega uma possibilidade de diálogo com outras disciplinas, visto que o historiógrafo lança mão dessas possibilidades com o objetivo de analisar seus objetos de pesquisa.

Sendo assim, podemos afirmar que a interdisciplinaridade está no cerne da Historiografia da Linguística. Existe uma relação diretamente proporcional entre HL e interdisciplinaridade, pois é por meio da segunda que a HL pode buscar as ferramentas necessárias para suas análises historiográficas. Para Koerner (1996), a questão da interdisciplinaridade exige do historiógrafo um conhecimento quase enciclopédico. Neste mesmo caminho, podemos citar:

> A historiografia linguística é o **estudo interdisciplinar** do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de **fatores intradisciplinares e extradisciplinares** (cujo impacto pode ser 'positivo', i.e. estimulante, ou 'negativo', i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado (SWIGGERS, 2010, p. 2).

Como podemos observar, a interdisciplinaridade ao mesmo tempo que exige um amplo conhecimento do historiógrafo também é uma condição essencial para a condução das pesquisas historiográficas. Para Bastos e Palma (2004) o entrelaçamento teórico/metodológico, relaciona também áreas distintas do conhecimento, a saber, a Educação e a Linguística. Sobre este ponto, também destacamos:

> O historiógrafo da linguística, ao considerar seu objeto – a história do conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas –, tem como tarefa construir uma narrativa interpretativa sobre ideias e saberes. Para esse historiógrafo, **a tarefa é não apenas contar o que um linguista ou um gramático (entre outros pensadores) considerou sobre a linguagem em sua obra**, mas **ir além da superfície** dos documentos históricos (os textos produzidos sobre a linguagem) e chegar a uma **perspectiva problematizadora**, que terá como objetivo entender por que se pensou sobre a linguagem de determinado modo em uma época específica (BATISTA, 2018, p. 256, grifos nossos).

Seguindo as definições do autor, estas nos remetem a interdisciplinaridade já citada. Ir além, problematizar, em nossa leitura, são tarefas que se relacionam com a pluralidade de disciplinas.

Em nossa visão, a interdisciplinaridade está diretamente relacionada ao entrelaçamento, pois existe uma vocação interdisciplinar da Historiografia da Linguística, Batista (2014).

Ampliando as discussões, destacamos:

> Seguimos a classificação da pesquisa de Lisa Lattuca (2001, p. 46), sobre interdisciplinaridade, que a divide em quatro grandes categorias: disciplinaridade informada, interdisciplinaridade informada, interdisciplinaridade sintética, interdisciplinaridade conceitual e transdisciplinaridade. Dentre os vários motivos para adotarmos a definição da autora, encontramos aquele que poderá sintetizar nossa preferência pelo termo - a transdisciplinaridade não critica as disciplinas, pelo contrário, procura similaridades entre elas o que torna a **aplicação dos conceitos, das teorias, ou dos métodos da**

> **interdisciplinaridade plausível** (BASTOS; HANNA, 2015, p. 205, grifos nossos).

Verificarmos que a transdisciplinaridade ou a interdisciplinaridade são possíveis e necessárias para a HL. Desta maneira, acreditamos que podemos diferenciar o que é incomensurabilidade[4] do que é interdisciplinaridade/ transdisciplinaridade.

Não é raro encontrar trabalhos que se propõem a realizar o entrelaçamento teórico/metodológico de áreas distintas. Porém é raro encontrar uma definição epistemológica para o termo entrelaçamento.

Neste caminho, refletindo sobre o conceito de entrelaçamento para a HE, Bastos e Casagrande (2021, p. 511), destacam:

> Objetivamos, neste artigo, traçar o percurso transcorrido no Grupo de Pesquisas de Historiografia da Língua Portuguesa (GPeHLP/IPPUCSP), durante o período de 2004 a 2020, **com foco no entrelaçamento da linguística com o ensino de língua materna** nos últimos dezesseis anos, salientando que o Grupo se constituiu em 1996, com o estímulo da Profª Drª Cristina Altman, introdutora da Historiografia no Brasil, que, na época, era a Coordenadora do GT Historiografia da Linguística Brasileira na ANPOLL (grifos nossos).

[4] O conceito de incomensurabilidade das teorias linguísticas é discutido por Kuhn (1988) e Borges Neto (2004).

Esta citação deixa claros dois pontos: 1) a filiação da HE à Historiografia Linguística, nos moldes propostos pela professora Cristina Altman, conforme dito, introdutora da Historiografia Linguística no Brasil; 2) explicita a dimensão epistemológica da HE[5], melhor dizendo, em um momento em que a própria Historiografia Linguística buscava por um método, a HE insurge com sua proposta de uma ordem pentagonal[6], alicerçada em uma ordem trina extraída de Koerner (1996).

MAS AFINAL DE CONTAS, O QUE É A LUSOFONIA?

O conceito de lusofonia não poderia ser e não é um conceito unilateral. O termo lusofonia é plural, multifacetado, Vilarinho (2021).

Para Faraco (2012), lusofonia é um termo polissêmico que pode ser usado para designar os falantes de português de todo o mundo. Seguindo, também diz que o termo carrega uma carga emocional grande, pois nele estão inseridos os sentimentos de uma indefinida comunidade unida pelo imaginário da mesma língua.

Com respeito à relação do termo com a política, destacamos:

[5] Até o presente momento, são nove os livros publicados da Coleção História Entrelaçada, são eles: História Entrelaçada. A construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX, 2004, **volume 1**. História Entrelaçada. A construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XX, 2006, **volume 2**. História Entrelaçada. A construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa na segunda metade do século XX, 2008, **volume 3**. História Entrelaçada. Os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos, 2010, **volume 4**. História Entrelaçada 5 - Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos - década de 1950, 2012, **volume 5**. História Entrelaçada. Língua Portuguesa na década de 1960: linguística, gramática e educação, 2014, **volume 6**. História entrelaçada. Língua Portuguesa na década de setenta: linguística, gramática e educação, 2016, **volume 7**. História Entrelaçada - Língua portuguesa na década de 1980: gramática, redação e educação, 2018, **volume 8**. História Entrelaçada: Língua Portuguesa na década de 1990: linguística, gramática, redação e educação, 2020, **volume 9**.

[6] Citamos os cinco pontos propostos pela Bastos e Palma (2004) na Introdução deste capítulo.

> Mas LUSOFONIA é também o nome de **diferentes projetos políticos**, de **diferentes planos estratégicos de geopolítica** – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. E, claro, os silêncios, os não ditos, os implícitos dificultam obviamente os debates. Aqui, em tamanho menor, encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente (FARACO, 2012, p. 32, grifos nossos).

Observamos que para o autor o termo se refere ora em uma perspectiva da convergência, ora de divergência e ora da concorrência. Em nossa leitura, a convergência acontece, por exemplo, quando há sincronismo entre as políticas pensadas, a divergência seria a discordância e a concorrência seria quando um dos países da nação lusófona compete um com ou outro, por exemplo, no campo econômico.

Neste mesmo caminho, citamos:

> **A lusofonia é o espaço simbólico** dos países da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste cuja afinidade é a língua portuguesa, que, em cada um desses espaços do globo, adquiriu feição própria porque floresceu uma variedade de Português em situação de substrato linguístico (ARAKAKI, 2014, p. 19, grifos nossos).

Conforme descrito pela autora, a lusofonia é um espaço simbólico. Esta definição chamaremos de geográfica/política. Como observado até o momento, não existem dúvidas com relação à Lusofonia enquanto espaço geográfico/político, porém, podemos concluir que a disciplina Lusofonia é uma das facetas deste termo multifacetado?

ANÁLISES

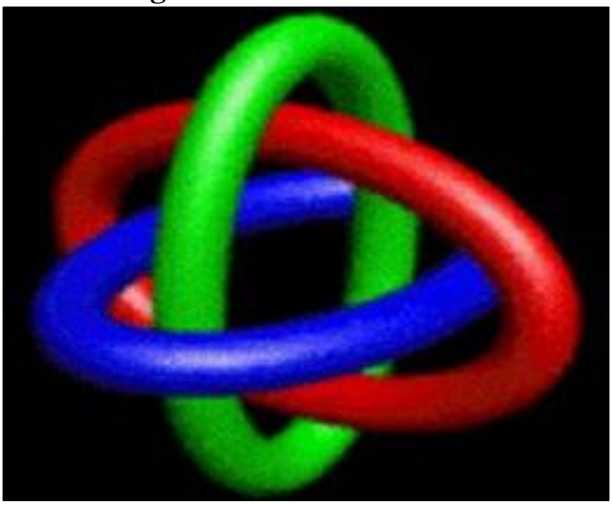
Passaremos à análise de alguns textos que tratam de temas linguísticos e lusófonos. Nesta análise buscamos visualizar alguns entrelaçamentos presentes na microestrutura textual[7] dos objetos de análise. Para isso, como já dissemos, utilizamos critérios extraídos de Faraco (2012) e seu texto "Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política". Neste item, analisaremos alguns textos com apoiados nos critérios LHP, e também buscamos outros textos com objetivo de expor a faceta disciplinar do termo Lusofonia.

Com respeito aos critérios que buscamos em Faraco (2012), utilizamos a topologia do Nó Borromeano, figura que entrelaça três nodos para uma melhor visualização de nossas análises. Sobre o critério Língua, supomos que existe uma aproximação da disciplina Língua Portuguesa, o critério História, à história da Língua Portuguesa e o critério Política buscamos uma aproximação com todas as nuances das políticas linguísticas. Ademais dos três critérios, também destacaremos nos textos partes que, em nossa leitura, se referem à Lusofonia enquanto uma disciplina. Ao final pretendemos comprovar que é possível pensar em um

[7] Consideramos como microestrutura a parte que se relaciona ao esqueleto textual e macroestrutura a própria divisão do texto em capítulos, itens, etc.

entrelaçamento com intersecções que podem ser representadas também pela Figura 1[8].

Figura 2 – Nó Borromeano



Fonte: Rogelio Casado. Disponível em: <http://rogeliocasado.blogspot.com.br>.

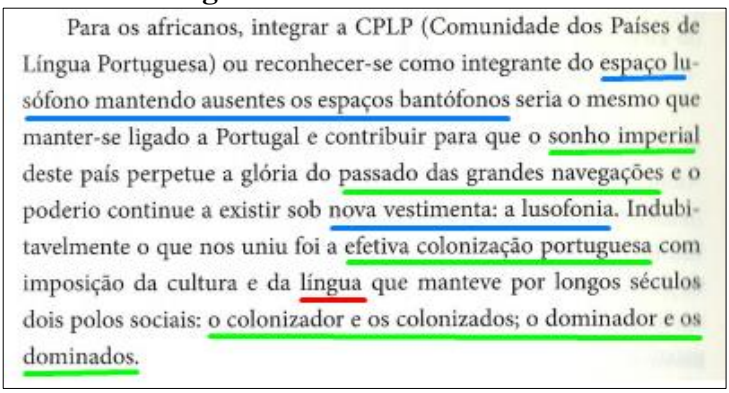
Nota: O Nó Borromeano representando os critérios de análise Língua, História e Política extraídos de nossa leitura de Faraco (2012).

Ademais dos critérios de Faraco (2012), destacamos as partes nas quais a referência à uma disciplina Lusofonia está mais acentuada. Para isso, utilizamos as seguintes cores como marcadores: Para o critério "língua" a cor vermelha, verde para o critério "história", para o critério "política" a cor azul e para destacar a representação da disciplina Lusofonia utilizamos a cor amarela.

[8] Ver segundo item deste capítulo.

Uma vez exposta nossa metodologia, passamos às análises.

Figura 3 - Texto analisado 1

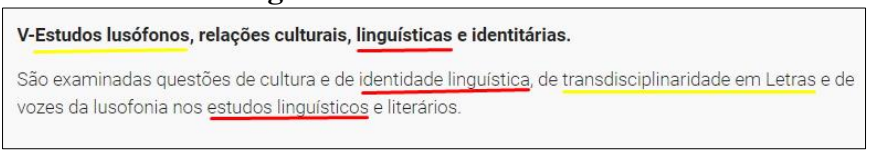


Para os africanos, integrar a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) ou reconhecer-se como integrante do espaço lusófono mantendo ausentes os espaços bantófonos seria o mesmo que manter-se ligado a Portugal e contribuir para que o sonho imperial deste país perpetue a glória do passado das grandes navegações e o poderio continue a existir sob nova vestimenta: a lusofonia. Indubitavelmente o que nos uniu foi a efetiva colonização portuguesa com imposição da cultura e da língua que manteve por longos séculos dois polos sociais: o colonizador e os colonizados; o dominador e os dominados.

Fonte: ARAKAKI; BASTOS (2016, p. 67).

A leitura do parágrafo apoiados nos critérios LHP fez com que visualizássemos no texto questões relativas à língua, que na perspectiva das autoras foram usadas como fator de dominação por parte de Portugal, também observamos questões relativas à história que remontam à colonização e às grandes navegações. Há também pontos que trabalham a política linguística e a relação de Portugal com suas ex-colônias.

Figura 4 – Texto analisado 2



V-Estudos lusófonos, relações culturais, linguísticas e identitárias.

São examinadas questões de cultura e de identidade linguística, de transdisciplinaridade em Letras e de vozes da lusofonia nos estudos linguísticos e literários.

Fonte: MACKENZIE. Disponível em: <https://www.mackenzie.br>.

O item faz parte das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Após sua análise, fica claro a proposta de entrelaçamento da Lusofonia com a Linguística e a Literatura. Entendemos que a proposta "vozes da lusofonia nos estudos linguísticos e literários" busca entrelaçar questões lusófonas com as disciplinas Estudos Literários e Linguísticos. Foi interessante também observar a questão da transdisciplinaridade em Letras. Sobre este ponto, destacamos:

> Tentamos aqui um entendimento mais aberto sobre alguns termos mais utilizados na **tipologia da interdisciplinaridade**. Além do próprio termo, encontram- -se a **multidisciplinaridade** (muitas vezes substituído por pluridisciplinaridade) e a **transdisciplinaridade** - a opção pelo último é antes explicada pela etimologia dos prefixos. Ao focalizarmos a diferença entre inter-, que convencionalmente trata do que existe entre duas abordagens existentes e trans-, que vai além delas, tratando de um contexto de interconexão e complexas formas de intercâmbio, elucidamos a preferência por trans-, pelo fato de vir ao encontro da busca para que a multiplicidade de abordagens, advinda das **relações entre os vários ramos do conhecimento e da própria abundância de objetos de estudo constantes da HL** (BASTOS; HANNA, 2015, p. 203, grifos nossos).

Nesta citação, as autoras discutem as diferenças existentes entre os termos multidisciplinar e transdisciplinar, elegendo como a opção mais viável o segundo termo. Também observamos a referência à pluralidade de objetos e estudos dentro do campo da HL.

Acreditamos, então, que relacionar Lusofonia com os estudos linguísticos e literários está dentro do escopo de uma perspectiva de entrelaçamento transdisciplinar, melhor dizendo, Lusofonia, Linguística e Literatura entrelaçadas. Neste texto, a faceta disciplinar do termo Lusofonia está exposta de maneira clara respondendo perguntas que elaboramos no decorrer de nossa pesquisa.

Figura 5 - Texto analisado 3

Como professor-investigador ligado ao ensino de língua portuguesa, à Lusofonia e aos estudos históricos e historiográficos, pretendo prosseguir na tarefa de colaborar com meus colegas na difusão, na promoção e no enriquecimento da língua portuguesa, relembrando sempre a relevância do plurilinguismo nos países lusófonos e buscando a dignificação da diversidade linguística, fruto de uma história que nos esteia. E, visando a esses objetivos, trago mais esta contribuição para os colegas de área, graduandos, pós-graduandos e demais interessados nos estudos linguístico-culturais.

Fonte: BASTOS (2014, p. 9).

Este texto faz parte da Introdução do livro Língua Portuguesa e Lusofonia organizado pela autora. O próprio título do livro nos remete à disciplina Lusofonia em um entrelaçamento com os estudos de Língua Portuguesa. Ficam claras as abordagens de questões

relativas à história e às questões linguísticas. A autora destaca três áreas/disciplinas às quais suas pesquisas são filiadas, são elas: A Língua Portuguesa, a Lusofonia e a HL. Desta maneira, suas colocações reforçam nosso pensamento de concepção de uma Lusofonia/disciplina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tivemos como objetivo explorar a faceta disciplinar do metatermo lusofonia. Se a relação da Lusofonia com Língua, História e Política é de uma ordem mais visível, refletir sobre a disciplina Lusofonia fez com pudéssemos concluir que este termo plural também é uma unidade de ensino, e, por este ângulo, são várias as possibilidades de entrelaçamento, por exemplo, com a HL (BASTOS, 2014).

Acreditamos que é necessário refletirmos sobre a disciplina Lusofonia, contribuindo, desta forma, para sua difusão. Também concluímos que o entrelaçamento entre a HL e Lusofonia contribui para uma exploração mais profícua da Língua Portuguesa como objeto de estudo.

Com relação à aplicabilidade desta pesquisa, ficam algumas perguntas, dentre elas: Como poderia ser trabalhada, por exemplo, nas escolas, a disciplina Lusofonia? Poderia ser instituída a transversalidade desta disciplina fazendo com que ela dialogasse com outros saberes, por exemplo, a Matemática, a Química, a Geografia?

Pensamos que estas questões pertencentes ao campo da Educação, da Pedagogia, merecem uma exploração mais apurada, pois, desta maneira, poderemos refletir e ajudar no estabelecimento

de uma Lusofonia mais atrativa e mais relacionada com sua língua matriz, sua história e política em um panorama internacional.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, N. A. **A obra "Moçambicanismos**: para um léxico de usos de português moçambicano" e suas implicações socioculturais, políticas e linguísticas nos espaços luso-bantófonos (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: PUC-SP, 2014.

ARAKAKI, N. A.; BASTOS, N. B. "Cultura, lusofonia e identidade: relações". *In*: BRIDI, M. *et al*. (orgs.). **Múltiplos olhares sobre lusofonia**: Brasil, Moçambique e Portugal. São Paulo: Terracota, 2016.

BASTOS, N. B. (org.). **Língua portuguesa e Lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014.

BASTOS, N. B.; CASAGRANDE, N. "Um percurso transcorrido na historiografia da linguística: sobre a história entrelaçada". **Revista da ABRALIN**, vol. 20, n. 3, 2021.

BASTOS, N. B.; HANNA, V. L. H. "Historiografia Linguística, História Cultural, Estudos Culturais: desafios teórico-metodológicos". **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 49, agosto / dezembro, 2015.

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BATISTA, R. O. "'A cada um convém uma coisa': debate e polêmica em torno da Sociolinguística Paramétrica na história da linguística brasileira". **Alfa: revista de Linguística**, vol. 62, n. 2, 2018.

BATISTA, R. O. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2014.

BORGES NETO, J. **Ensaios de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

FARACO, C. A. "Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política". *In*: LOBO, T. (orgs.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012.

GRANON-LAFONT, J. **A topologia de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KOERNER, K. "Questões que persistem em Historiografia Linguística". **Revista da Anpoll**, vol. 1, n. 2, 1996.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

PAVIANI, J. "Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina". **UNIPAMPA** [15/05/1993]. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br>. Acesso em: 10/01/2022.

SWIGGERS, P. "História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações". **Revista Eutomia**, vol. 1, n. 6, 2010.

VILARINHO, R. F. N. "Entre congruências e incongruências do metatermo Lusofonia". **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, vol. 21, n. 1, 2021.

VILARINHO, R. F. N. O. “Ampliando os entrelaçamentos: uma análise historiográfica e topológica da gramática de Fernão de Oliveira e das Ordenações Manuelinas, 2022”. (No prelo).

Capítulo 2

Direitos Humanos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: O Genocídio no Quadro Penal de Angola, Brasil e Timor-Leste

DIREITOS HUMANOS NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: O GENOCÍDIO NO QUADRO PENAL DE ANGOLA, BRASIL E TIMOR-LESTE

Judite Gonçalves de Freitas

João Casqueira Cardoso

A evolução dos ordenamentos jurídicos dos Estados relaciona-se com fatores sociais, económicos e culturais, transformações históricas (v.g. processos independentistas) e contextos geográficos e condições demográficas. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional relativamente recente (1996), multicultural, geograficamente descontínua - agregando países de todos os continentes -, inseridos em contextos regionais muito distintos. Na Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de julho de 1996, os sete Estados signatários comprometeram-se a promover ações de cooperação para assegurar o respeito pelos direitos humanos nos respetivos países à luz dos princípios declarados nas convenções da Organização das Nações Unidas sobre direitos humanos. Não obstante a relevância concedida à questão dos direitos humanos pela CPLP, mormente desde 2003, quando aprovou a Resolução sobre Direitos Humanos e a Abolição da Pena de Morte, dando um forte sinal para os Estados-membros integrarem normas internacionais de direitos humanos. Dois anos após o Estabelecimento de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, em conformidade com os Princípios de Paris (2012), a CPLP aceitou a Guiné Equatorial como membro de pleno direito, a partir do dia 23 de julho de 2014. Um momento de grande celeuma nos meios de comunicação social em torno dos possíveis efeitos perversos para a organização da

integração de um Estado autocrático com um ordenamento jurídico e uma prática que desrespeita os diretos humanos (incluindo a pena de morte) e com parca expressão da língua portuguesa, não obstante o debate dos "compromissos" assumidos pelo novo Estado-membro.

Contudo, a CPLP não deixa de suscitar interesse pela sua originalidade enquanto organização inter-regional, e mormente pelo seu projeto diferenciado e suficientemente amplo em matéria de objetivos, que não se limita a uma cooperação na área da promoção e difusão da língua e da cultura comuns, como é o caso, por exemplo, da Francofonia.

Pensamos que o ambiente político internacional é favorável ao estudo no plano micro das ordens jurídicas e das soluções apresentadas em distintos ordenamentos legais sobre a problemática dos direitos humanos; recorde-se, a este título, a mais recente participação da CPLP na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (2019).

A metodologia de abordagem é qualitativa - pesquisa e análise de fontes legislativas e de fontes de informação científica, livros e artigos científicos da especialidade -, aplicando o método exploratório. A metodologia e as técnicas de investigação assentam no desenvolvimento de um estudo analítico e comparado entre três ordenamentos jurídicos e seus elementos internos, de modo sincrónico e atual, aferindo as linhas de força e as variáveis endógenas de cada um quanto ao discurso jurídico e político sobre direitos humanos.

Com este estudo intentamos delinear uma possível resposta à questão de partida: de que forma a norma legal coloca em risco a proteção e o respeito dos direitos humanos no que tange o crime de genocídio em três Estados-membros da CPLP - Angola, Brasil e Timor-Leste.

A comunicação está estruturada em duas partes: iniciamos com a análise do conjunto de convenções e memorandos e outros documentos rubricados pelo Secretário Executivo da CPLP com as organizações internacionais que pugnam pela promoção e defesa dos direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário. No segundo ponto, são apresentados três estudos de caso, incidindo sobre outros tantos Estados membros da CPLP - Angola, Brasil e Timor-Leste -, abordando a questão específica da qualificação de um novo crime humanitário que toca de forma transversal os direitos humanos, através da violação do direito das minorias: o crime de genocídio.

A CPLP E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

O histórico da afirmação dos direitos humanos dos países da CPLP, com a exceção do Brasil, é relativamente recente. Afastada a fase de transição pós-colonial, iniciou-se a fase de construção do Estado-nação, na realidade africana lusófona, e com ela foi-se erigindo o processo de consolidação da identidade nacional, consubstanciado, com maior ou menor sucesso, na 'unidade' linguística, política e jurídica (RODRIGUES, 2015). Este processo contribuiu para apagar os conflitos civis, mormente em Moçambique (1992), Angola (2002) e na Guiné-Bissau que, entretanto, sofreu uma série de golpes de Estado e confrontos entre fações rivais do exército, que têm sido causa da grande instabilidade política e da ausência de justiça social.

A CPLP constituiu-se como fórum multilateral de concertação político-diplomática e cooperação internacional integrando, numa primeira fase, um conjunto de sete Estados de língua oficial portuguesa, seguindo-se a integração de Timor-Leste, em 2002.

A Guiné Equatorial foi, até ao momento, o último dos Estados a ser admitido como Estado-membro da CPLP no âmbito da X Cimeira da instituição realizada em Díli. Este novo membro foi alcançando, gradualmente, maior protagonismo, no contexto da CPLP, depois do reconhecimento do estatuto como observador associado desde 2006, intentando quebrar o isolamento internacional a que estava votado (GOMES, 2017.

Na Declaração Constitutiva da CPLP, datada de 17 de julho de 1996, os chefes de Estado e de governo dos sete países signatários - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe -, afirmaram estar "imbuídos dos valores perenes da paz, da democracia e do Estado de direito, dos direitos humanos, do desenvolvimento e da justiça social" (Preâmbulo).

Três anos depois (18 novembro 1999), a CPLP alcança o estatuto de instituição observadora na Assembleia Geral das Nações Unidas[9].

Na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nos dias 17 e 18 de julho de 2003, realizada em Coimbra, a CPLP aprovou a *Resolução sobre Direitos Humanos e a Abolição da Pena de Morte*[10], reiterado o seu propósito de promoção dos direitos humanos, estimulando os Estados-membros a integrarem e respeitarem as normas internacionais de direitos humanos nos seus ordenamentos nacionais, assim como a reforçarem a cooperação internacional nos encontros promovidos pelas Nações Unidas. Esta resolução traduz o reconhecimento e a convicção, pelo menos por parte dos órgãos da CPLP, de que a abolição da pena de morte, já aceite por todos os países da Comunidade, contribui para o reforço da dignidade

[9] Resolução da Assembleia Geral da ONU, A/RES/54/10, 18 November 1999, "Observer status for the Community of Portuguese-speaking Countries in the General Assembly.

[10] Direitos Humanos – CPLP. [Em linha]. Disponível em: <https://www.cplp.org>.

humana e para o progressivo desenvolvimento e consolidação dos direitos humanos.

A 9 novembro de 2006, 10 anos depois da constituição da CPLP, foi celebrado o primeiro *Acordo entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e a CPLP*, que prevê a troca de informação relevante sobre a matéria e a cooperação entre as partes na promoção e defesa integral dos direitos humanos, como que fomentando a ratificação, "sem reservas (...) dos instrumentos internacionais em matéria de direitos do homem" (ponto II, alínea 3), prevendo igualmente o reforço da atividade das Instituições Nacionais para a promoção e defesa dos direitos humanos. Está também contemplada a cooperação técnica na realização futura de projetos específicos de intervenção (ponto 2.)[11].

Em 2007 (7 de novembro), é celebrado um *Memorando de Entendimento entre a CPLP e a União Europeia*, que perfila o estreitamento das relações de cooperação entre as duas organizações nos domínios da: i) Democracia e Direitos humanos; ii) Prevenção, gestão e resolução de conflitos; iii) Diversidade cultural; iv) Educação, formação e juventude; v) Desenvolvimento económico e social; vi) Sociedade da informação, prevendo a realização de ações conjuntas com vista a apoiar os princípios da governação democrática, mormente nos domínios da governação política, incidindo sobre a democracia, Direitos Humanos e Estado de Direito, em especial o apoio ao sector da justiça; assistência e observação eleitorais; apoio aos parlamentos e aos meios de comunicação social e educação cívica[12].

[11] Acordo entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e a organização lusófona [em linha].

[12] Memorandum de Entendimento entre o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comissão Europeia. [Em linha]. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 01/01/2020.

Em 2013 (27 e 28 de maio), na sede da CPLP, em Lisboa, realizou-se, sob a presidência de Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP (2012-2016), o *I Encontro das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da Comunidade de Língua Portuguesa*[13] que reuniu os provedores de justiça de todos os países CPLP[14], com exceção da Guiné Equatorial, e um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Na sequência deste encontro foi criada a Rede de Provedores de Justiça e das Comissões Nacionais de Direitos Humanos visando, para além da articulação das diferentes atividades das Comissões Nacionais, promover o acompanhamento e o reforço das Instituições Nacionais de Direitos Humanos em todos os Estados-membros, sustentadas em padrões internacionais.

Um conjunto de outros protocolos e documentos foram entretanto gizados e rubricados, direcionando-se para a intervenção em áreas específicas, v.g. *o Plano de ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil* (2006) ou memorandos como o que foi celebrado a 19 de novembro de 2004 com a Organização Internacional de Trabalho (OIT), destinado a promover a cooperação técnica e de investigação no âmbito da justiça social e do trabalho digno.

Em suma, o reconhecimento da importância dos direitos humanos em toda a CPLP, mormente a partir de 2003 e o tendente diálogo com as instituições internacionais que atuam no âmbito dos

[13] Programa do Iº Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). [Em linh]. Disponível em: Iº Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

[14] Provedores de Justiça de Portugal, Angola, Moçambique, Timor Leste, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Brasil, os Presidentes das Comissões Nacionais para os Direitos Humanos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique), e um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o representante da Comissão Interministerial para os Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe, e o vice-Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos de Portugal.

direitos humanos. De igual modo, parece observar-se um crescente diálogo em matéria de direitos humanos nos Estados-membros da CPLP, envolvendo, nomeadamente, membros ou representantes do governo, parlamentares, sociedade civil e as INDH existentes. Não obstante estas iniciativas, a relação entre a CPLP e as organizações internacionais que atuam no âmbito dos direitos humanos parece-nos, de algum modo, desarticulada.

Compete também salientar que a CPLP, enquanto organização internacional, não surge enquanto tal em nenhuma norma específica sobre direitos humanos (CARDOSO, 2017). Assim, a nossa análise irá centrar-se sobre o direito penal e as eventuais consequências na área internacional, no caso de cada um dos três Estados membros da CPLP, individualmente.

CASE STUDIES

O motivo que nos moveu a apresentar, nesta comunicação, o estudo comparado do direito em matéria de genocídio, prende-se com uma motivação de fundo que é a de saber em que ponto se encontram os países CPLP, mormente Angola, Brasil e Timor-Leste – em matéria de violação 'grosseira' de um dos direitos mais relevantes contra a pessoa humana e o *jus gentium* (direito internacional).

Duas questões principais norteiam este estudo: primeiro, que conexão podemos estabelecer entre os direitos humanos e o direito humanitário, qual é a situação concreta destes três países da CPLP? Qual é, particularmente, a sua posição jurídica em relação aos crimes humanitários?

Estas são as principais questões que nortearam o estudo destes casos, muito embora já tenhamos efetuado o estudo dos nove Estados-membros.

Como sabemos, existem duas associações específicas que podemos estabelecer entre direitos humanos e o direito humanitário.

A primeira reporta à questão do genocídio, que constitui o mais típico, e provavelmente mais relevante dos crimes humanitários (SAVAZZONI, 2009). Trata-se, com efeito, de uma situação em que existe violação grosseira dos direitos das minorias e - em paralelo - uma posição qualificada como um dos crimes mais graves, não apenas contra pessoas, mas igualmente contra o *jus gentium* - o direito internacional.

A segunda conexão entre direitos humanos e direito humanitário, diz respeito ao *Protocolo Facultativo das Convenção sobre os Direitos da Criança relativo aos Conflitos Armados* de 2000, que não será abordada nesta exposição. Nesta intervenção debruçar-nos-emos sobre a realidade do direito legislado de três Estados-membros da CPLP: Angola, Brasil e Timor-Leste, comparando os distintos ordenamentos jurídicos relativos ao crime de genocídio.

Antes de mais, devemos salientar que a questão do genocídio é um assunto raramente abordado nos Estados-membros da CPLP, e na CPLP enquanto tal. Isso, *prima facie*, por não terem sido os Estados ou a organização lusófona diretamente tocada por situações constitutivas do crime de genocídio. Este aspeto pode esconder, de algum modo, um certo número de tabus sobre este assunto, em particular considerando o historial colonial de Portugal. Para além disso, Timor-Leste viveu, na sua história recente (nos anos 1990), situações de genocídio - os mesmos não tendo sido, na prática, julgados.

Quatro dos nove Estados-membros da CPLP - Angola, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste -, não ratificaram a *Convenção de 1948 sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio*[15].

As penas para o crime de genocídio não são foram fixadas pela Convenção, pois entendeu-se que o melhor seria a implantação destas ficar a cargo dos Estados partes no que fosse mais conveniente.

Para além disso, no caso específico da Guiné Equatorial, existe uma opacidade de acesso a determinadas fontes de direito - em particular na área criminal. De acordo com o Relatório Anual da Amnistia Internacional sobre a aplicação da pena de morte, p. ex., a Guiné Equatorial parece ter tido as últimas condenações à morte em 2018[16], uma exigência para a entrada do país na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que aconteceu em 2014, como referimos (SÁ, 2016). Não obstante este facto, no quadro legal, a Guiné Equatorial conserva até hoje (2022) a pena de morte, mantendo-se um país "retencionista". Nos poucos códigos penais disponíveis (1963; revisto em 1967), apenas se percebe que as normas jurídicas da Guiné Equatorial na área criminal são antiquadas, e sem qualquer referência ao genocídio ou a situações equiparadas. Apesar disso, é possível que os seus ordenamentos jurídicos tenham previsto uma sanção penal para o crime de genocídio, ou pelo menos para atos que são qualificados na Convenção de 1948 como genocídio.

[15] Disponível em: <https://treaties.un.org>.

[16] Disponível em: <https://www.amnistia.pt>.

Figura 1 - Perfil da Guiné Equatorial em matéria de direitos humanos



Fonte: FREEDOM HOUSE (2018).

Segundo o Código Penal Angolano de 2020 podemos verificar no Título VI ("Crimes contra a paz e a comunidade internacional"), no artigo 381.º, a referência explícita ao crime de genocídio:

> 1. É punido com pena de prisão de 5 a 25 anos quem, no âmbito de uma actuação concertada e, com a intenção de exterminar ou destruir, parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso:
>
> a) **Matar voluntariamente qualquer membro do grupo** [destaque nosso], o submeter a tratamentos desumanos, cruéis ou degradantes e, em geral, ofender gravemente a sua integridade física e mental;
>
> b) **Sujeitar o grupo a condições de vida e de existência susceptíveis de causar a sua destruição, total ou parcial** [destaque nosso];
>
> c) **Impuser medidas destinadas a impedir a procriação e os nascimentos dentro do grupo**;
>
> d) **Transferir, à força, menores de 18 anos, pertencentes ao grupo, para qualquer outro grupo** [destaque nosso].

> 2. **O incitamento público e reiterado ao ódio contra um grupo nacional, étnico, racial ou religioso** [destaque nosso] com o propósito de o destruir, total ou parcialmente, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

No artigo 382.º subordinado à temática e "Crimes de lesa humanidade" reforça-se o preceito do extermínio intencional de um grupo ou população, ampliando as ofensas contra a dignidade da pessoa humana a uma multiplicidade de circunstâncias.

É punido com pena de prisão de 3 a 20 anos, se pena mais grave não for aplicada por força de outra disposição legal, quem, **no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra determinada população** [destaque nosso] ou no contexto de um militar de um estado, território ou parte deste, cometer contra pessoas protegidas os seguintes factos:

> a) Homicídio doloso;
>
> b) Extermínio;
>
> c) Escravidão;
>
> d) Prisão ou outra forma de privação de liberdade física grave, em violação de normas e princípios de direito internacional;
>
> e) Ultraje à dignidade da pessoa humana mediante, nomeadamente o uso da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes;
>
> f) **Violação, escravidão sexual, prostituição, gravidez e esterilização** [destaque nosso];
>
> g) **Perseguição por motivos políticos, ideológicos, raciais, étnicos, sociais, culturais ou por razões de nacionalidade, género, religião, doença ou sexual** [destaque nosso];

> h) Desaparecimento forçado;
>
> i) Submissão de uma ou mais pessoas a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiência médica tratamento médico, dentário ou hospitalar nem efectuadas no interesse dessas pessoas e que causem a morte ou ponham seriamente em perigo as suas vidas ou saúde;
>
> j) A deportação ou transferência forçada de pessoas ou grupos de pessoas por razões relacionadas efectuada por razões militares imperiosas.

Não deixa de ser problemático o n.º 2 do artigo 381.º, na medida em que parece condicionar a prática do crime ao seu caráter repetido. A referência explícita ao crime do genocídio constitui um sinal do seu reconhecimento. De salientar, a este propósito, que Angola ratificou a Convenção de 1948, incluindo no mais recente sistema penal (2020) de forma explícita o crime de genocídio. A registar o significativo avanço relativamente ao antigo quadro penal eu não consignava de forma explícita o crime de genocídio.

No sistema jurídico brasileiro, e na área penal em especial, o crime de "genocídio" estava presente de forma explícita com a Lei N. 2.889, de 1 de Outubro de 1956, intitulada lei que "Define e pune o crime de genocídio". A lei em questão prevê:

> Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:
>
> a) matar membros do grupo;
>
> b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;

c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

Será punido:

Com as penas do art. 121, § 2º, do Código Penal, no caso da letra a [i.e. pena prevista para homicídio qualificado; reclusão, de doze a trinta anos];

Com as penas do art. 129, § 2º, no caso da letra b (i.e. pena prevista para Lesão corporal de natureza grave; reclusão, de um a cinco anos].

Com as penas do art. 270, no caso da letra c [i.e. pena prevista para Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal; reclusão, de dez a quinze anos].

Com as penas do art. 125, no caso da letra d [pena prevista para Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante; reclusão, de três a dez anos].

Com as penas do art. 148, no caso da letra e [pena prevista para Seqüestro e cárcere privado; reclusão, de dois a cinco anos];

Art. 2º Associarem-se mais de 3 (três) pessoas para prática dos crimes mencionados no artigo anterior:

Pena: Metade das penas cominadas aos crimes ali previstos.

Art. 3º Incitar, direta e publicamente alguém a cometer qualquer dos crimes de que trata o art. 1º:

Pena: Metade das penas ali cominadas.

> § 1º A pena pelo crime de incitação será a mesma de crime incitado, se este se consumar.
>
> § 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço), quando a incitação for cometida pela imprensa.
>
> Art. 4º A pena será agravada de 1/3 (um terço), no caso dos arts. 1º, 2º e 3º, quando cometido o crime por governante ou funcionário público.
>
> Art. 5º Será punida com 2/3 (dois terços) das respectivas penas a tentativa dos crimes definidos nesta lei.
>
> Art. 6º Os crimes de que trata esta lei não serão considerados crimes políticos para efeitos de extradição.

Após 1956, a Constituição de 1988, no seu artigo 3.º, inciso IV, afirma que "Constituem objectivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." Na base deste artigo da Constituição, a Lei N. 2.889, de 1 de Outubro de 1956 mantém-se em vigor, como constitucional.

Finalmente, o Código Penal de Timor-Leste, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 19/2009, de 30 de março, na parte especial, Título I "Dos Crimes contra a Paz e a Humanidade", Capítulo I, "Crime de genocídio e contra a humanidade", tipifica o crime de genocídio no seu artigo 123.º, com a redação seguinte:

> 1. Quem, com intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, praticar:
>
> a) Homicídio ou ofensa à integridade física ou psíquica grave de elementos do grupo;

b) Actos que por qualquer meio impeçam à procriação ou o nascimento de elementos no grupo;

c) Violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável;

d) Separação por meios violentos de elementos do grupo para outro grupo;

e) Actos que por forma violenta impeçam o grupo de se instalar ou manter em espaço geográfico que por tradição ou historicamente lhe sejam reconhecidos;

f) Sujeição do grupo a condições de existência ou a tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos, susceptíveis de virem a provocar a sua destruição, total ou parcial;

g) Confisco ou apreensão generalizada dos bens propriedade dos elementos do grupo;

h) Proibição de determinadas actividades comerciais, in-dustriais ou profissionais aos elementos do grupo;

i) Difusão de epidemia susceptível de causar a morte ou ofensas à integridade física de elementos do grupo;

j) Proibição, omissão ou impedimento por qualquer meio a que seja prestada aos elementos do grupo assistência humanitária adequada a combater situações de epidemia ou de grave carência alimentar;

é punido com pena de 15 a 30 anos de prisão.

2. Quem, pública e directamente, incitar à prática de genocídio é punido com pena de 5 a 15 anos de prisão.

Verifica-se, neste caso, o carácter extraordinariamente abrangente da definição do crime de genocídio, que inclui uma referência especial à prática de violação [tal como foi reconhecido no caso do Ruanda], mas igualmente qualquer outra forma de

violência sexual de gravidade comparável. De realçar, no contexto de Timor-Leste, a matriz sancionatória elevada (até 30 anos de prisão), para qualquer um dos atos qualificados de genocídio — enquanto nos restantes países da CPLP, a matriz comum atinge um máximo de 25 anos de prisão. A ausência da vinculação, neste momento, de Timor-Leste à Convenção de 1948, parece superada pela sua atenção redobrada ao crime de genocídio — um aspeto certamente explicado pelo seu contexto histórico durante a ocupação indonésia.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que nos três casos analisados, os sistemas jurídicos reportam assinaláveis diferenças quanto à legislação que pune o crime de genocídio. No caso angolano, é a partir da lei de 2020 definido como tal. No direito penal de Timor-Leste, a definição do crime de genocídio é demasiado ampla e inclusiva, abrangendo, nomeadamente, a prática de violação ou todo o tipo de sevícias sexuais. Para além destas referências mais ou menos explícitas mantém-se o critério subjetivo, a punição para o crime tentado é a mesma do crime consumado. A matriz sancionatória é elevada (até 30 anos de prisão) para qualquer um dos crimes de genocídio, enquanto nos restantes países da CPLP a moldura penal é de um máximo de 25 anos de prisão. Contudo, a articulação entre a justiça nacional e a justiça penal internacional relativamente ao crime de genocídio augura um efeito de dissuasão importante e com isso, a longo prazo, uma diminuição dos casos de violação grosseira dos direitos humanos. Apesar da evolução geral constatada, no plano do direito nacional dos países membros da CPLP, a proteção dos direitos humanos está longe de concluída com total eficiência.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Lei nº 38/20 de 11, de novembro de 2020**. Luanda: Assembleia Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10/10/2021.

BANCO MUNDIAL. **Sao Tome and Principe - Sao Tome Education for All - Fast Track Initiative Program**. Washington: Banco Mundial, 2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org>. Acesso em: 17/02/2020.

BRASIL. **Lei n. 2.889, de 1º de outubro de 1956**. Rio de Janeiro: Planalto, 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/03/2020.

CARDOSO, J. C. I. C. "The Community of Portuguese language countries and human rights". **Tempo Exterior**, n. 34, janeiro / junho, 2017.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. "Portal oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". **CPLP**. Disponível em: <www.cplp.org>. Acesso em: 17/02/2020.

FREEDOM HOUSE. "Freedom in the World 2018". **Freedom House** [2018]. Disponível em: <https://freedomhouse.org>. Acesso em: 17/02/2020.

FREITAS, J. G.; CARDOSO, J. C. I. C. "The Future of the Right to Education in the Member States of the Community of Portuguese Language Countries: An Overview". **Sisyfus – Journal of Education**, vol. 7, n. 3, 2019.

GOMES, H. E. M. **A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial** (Dissertação de Mestrado em Estudos Internacionais). Lisboa: ISCTE-IUL, 2017.

GOMES, R. "CPLP: rede global em língua portuguesa". **Observare-Janus** [2011/ 2012]. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt>. Acesso em: 17/02/2020.

HUMANIUM. "Children of Angola". **Humanium**. Disponível em: <https://www.humanium.org>. Acesso em: 17/02/2020.

HUMANIUM. "Children of Cape Verde". **Humanium**. Disponível em: <https://www.humanium.org>. Acesso em: 17/02/2020.

HUMANIUM. "Children of Equatorial Guinea". **Humanium**. Disponível em: <https://www.humanium.org>. Acesso em: 17/02/2020.

MOREIRA, L. Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia. **CEPESE** [2010]. Disponível em: <http://www.cepese.pt>. Acesso em: 17/02/2020.

RODRIGUES, A. F. M. **O desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono**. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2015.

SÁ, A. L. "Guiné Equatorial e CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia". **Observare-Janus** [2015/2016]. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt>. Acesso em: 17/02/2020.

SAVAZZONI, S. A. "Crime de Genocídio". **LFG** [2009] Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 17/02/2020.

TIMOR-LESTE. **Decreto-Lei nº 19/2009, de 8 de abril de 2009**. Díli: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl>. Acesso em: 15/03/2020.

CAPÍTULO 3

A Atuação do Brasil no Atlântico Sul: Reflexões sobre os Avanços e Desafios da Cooperação em Defesa na CPLP

A ATUAÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL: REFLEXÕES SOBRE OS AVANÇOS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP

Kamilla Raquel Rizzi

Isabella Cruzichi

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, despontou como uma organização multilateral com o objetivo de privilegiar a cooperação entre os Estados-membros. Esses eram originalmente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, tendo Timor-Leste (2002) e Guiné Equatorial (2014) completado, posteriormente, os nove países da Lusofonia. Na dimensão geoestratégica, a entrada de Díli ampliou a área de influência da Comunidade até o sudeste asiático e à Oceania, enquanto Malabo reforçou a dimensão energética e atlântica da organização.

Constituída em um contexto de definição da ordem mundial do pós-Guerra Fria, durante seus 26 anos de existência, a Comunidade demonstra ter extrapolado a retórica inicial dos laços socioculturais da língua comum, consolidando-se como uma experiência singular entre seus pares da Anglofonia e Francofonia. A CPLP tornou-se um elemento estratégico na política externa dos seus Estados-membros, favorecendo uma inserção diferenciada desses no sistema internacional. Junto a isso, a Comunidade mantém um importante canal de diálogo com diversos organismos, além dos mais de cinquenta Observadores Consultivos e dos dezoito Observadores Associados. O interesse destes Estados em se inserirem na CPLP reafirma o prestígio e projeção internacional da Comunidade. Destaca-se também, a mais recente solicitação para

Membro Associado vinda dos Estados Unidos, evidenciando a relevância político estratégica do espaço lusófono.

Sendo a CPLP uma comunidade marítima, Mongiardim (2014) analisa que o vetor da maritimidade é o elemento que mais favorece o aprofundamento das relações intra-comunitárias, conferindo maior grau de convergência de interesses e influenciando sobre as relações de poder entre seus membros. Assim, pode-se afirmar que esta lógica possui implicações sobre o equilíbrio interno da organização. Entende-se que a triangulação tradicional, Portugal, Brasil e Angola, estabelecida desde antes mesmo da criação da Comunidade, vem competindo com o eixo Brasília-Luanda, favorecido pelo processo de deslocamento da balança de poder para o Atlântico Sul nas últimas décadas[17]. O Brasil ocupou pela segunda vez a presidência da Comunidade entre 2016 e 2018, propondo como eixo de sua gestão a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua gestão buscou conferir maior visibilidade à Lusofonia no cenário de outros organismos internacionais, nomeadamente no sistema ONU, reforçando o multilateralismo a partir da percepção das possibilidades que a multipolaridade cooperativa oferece aos Estados-membros da Comunidade.

Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo central analisar a ação brasileira em relação à cooperação em Defesa no âmbito da CPLP. Assim, o problema de pesquisa relaciona-se a qual o papel da Lusofonia na estratégia brasileira de atuação no Atlântico Sul. Compreende-se que o Estado brasileiro possui como diretriz norteadora da sua ação internacional em matéria de Defesa a consolidação de estruturas de governança multilateral que traduzam a nova distribuição de poder global e estejam voltadas à paz e à

[17] Para detalhes sobre a aproximação histórica entre os países lusófonos, desde 1989, e os interesses brasileiros, portugueses, angolanos, entre outros, envolvidos na criação da CPLP em 1996, ver RIZZI, 2014.

segurança regional e mundial (BRASIL, 2012b). Nesse sentido, a estratégia nacional busca priorizar a multipolaridade cooperativa visando a diversificação de parcerias e a aproximação com países do Sul (SOARES DE LIMA, 2017), pois, segundo Lafer (2017),

> É natural que o desenho de uma Grande Estratégia para o Brasil envolva uma compreensão adequada dos principais eixos de confrontação/cooperação (ou subordinação) presentes na ordem mundial [...]o entendimento de "para onde vai o mundo" requer uma análise despida de noções apriorísticas, tão comuns nos períodos anteriores ao nosso. Para que logremos uma situação de maior estabilidade, em que multipolaridade e multilateralismo se combinem de forma positiva, necessitamos mais do que nunca compreender os fatores que compõem o "poder estatal", além das motivações de seus líderes. E, naturalmente, este esforço de compreensão tem que começar por nós mesmos: nossas capacidades e nossas limitações (LAFER, 2017, IV).

Assim, se na América do Sul, a cooperação em Defesa avançou no início do século XXI no âmbito da UNASUL, no Atlântico Sul, a manutenção da região como zona de paz e cooperação perpassa por ações conjuntas de Defesa. Logo, a conjugação conceitual entre multipolaridade cooperativa e revalorização do multilateralismo é importante para a análise da CPLP, pela ótica brasileira. Tendo isso em vista, a hipótese levantada sugere que a CPLP desde sua criação já compunha esse quadro mais amplo da ação internacional do Brasil, porém, o aprofundamento da cooperação no domínio de Defesa verificado nas últimas duas décadas, evidenciou as grandes potencialidades da Lusofonia para a estratégia brasileira destinada ao Atlântico Sul. Dessa forma, a CPLP, para além de uma iniciativa bem sucedida,

deve ser compreendida como uma peça chave para estratégia de defesa nacional.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva-explicativa, tendo por base o protocolo quanti-qualitativo e o método hipotético-dedutivo. Em termos de procedimentos, faz-se uso da análise documental ampla e de bibliografia especializada objetivando testar a hipótese formulada, bem como identificar e analisar os processos e atores envolvidos.

O capítulo está estruturado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção dedica-se a observar a evolução da cooperação em defesa na CPLP, destacando o processo de institucionalização da temática dentro da organização, bem como analisar o papel da vertente marítima de cooperação em defesa, identificada como o vetor chave. Em um segundo momento, será tratada a ação brasileira no Atlântico Sul, bem como os desafios inerentes a esta, contemporaneamente, no âmbito da cooperação em Defesa na CPLP.

A COOPERAÇÃO MARÍTIMA NA CPLP COMO ESSÊNCIA DA COOPERAÇÃO EM DEFESA

Diversos fatores corroboram para o valor estratégico da lusofonia, no aspecto geográfico, a CPLP se estende por cerca de 10 milhões de km², abrangendo quatro continentes (América, África, Europa e Ásia), reunindo uma população de aproximadamente 290 milhões de pessoas. A ordem mundial do pós-Guerra Fria tem se caracterizado pelo processo de revalorização das dimensões geopolíticas e geoestratégicas dos mares e oceanos. Em vista disso, ao longo das duas últimas décadas, o conceito de “Amazônia Azul”

foi difundido a fim de evidenciar a importância político-estratégica do espaço marítimo para o desenvolvimento e segurança nacional. Abordado pela primeira vez pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho em 2004, o termo "Amazônia Azul" surgiu visando denominar a soma das três zonas marítimas sobre a jurisdição do Estado brasileiro que somam 5,7 milhões de km², equivalente a aproximadamente metade da massa continental do país.

É válido considerar que a maioria das capitais da CPLP, exceto Brasília, estão localizadas próximas ao litoral e possuem portos de grande circulação. Em vista disso, estes países controlam importantes fontes de riqueza além de rotas marítimas com elevado fluxo comercial (Atlântico, Canal de Moçambique e o Mar de Timor). No mesmo sentido, a Lusofonia reúne vastas áreas oceânicas totalizando mais de 7,5 milhões de km², sendo desses 120 m.m de Zona Contíguas (Brasil, Angola, Portugal, Cabo Verde e Timor-Leste) e 400 m.m de Plataformas Continentais (Brasil e Portugal), valores que tendem a crescer dada as propostas de alargamento das Plataformas Continentais[18] apresentadas na ONU.

[18] A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) – assinada pelo Brasil em 1982 e, posteriormente, ratificada em 1988 – apresenta os conceitos de Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental, que, embora distintos e aplicáveis a espaços oceânicos próprios, têm sido frequentemente confundidos e erroneamente utilizados, conforme Souza (1999). Assim, entende-se como Mar Territorial a soberania do Estado costeiro sobre o seu território e suas águas interiores em uma faixa de mar adjacente (o Mar Territorial), com dimensão de até 12 milhas marítimas (1 m.m.= 1.852 metros) a partir das linhas de base (arts. 2 e 3 da CNUDM). Nessa faixa, o Estado exerce soberania sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre leito e o subsolo deste mar.

A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma área situada além do mar territorial e a este adjacente (CNUDM, art. 55) e "[..] não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial" (art. 57 da CNUDM). A Convenção garante ao Estado costeiro "[...] direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo [...]" (CNUDM, art. 56, par. 1, alínea a). Com o objetivo de promover a utilização dos recursos vivos da ZEE, o Estado costeiro fixará as capturas e tem também jurisdição para regulamentar a investigação científica marinha e "[...] tem o direito exclusivo de construir e de autorizar e regulamentar a construção, operação e utilização de: a) ilhas artificiais; b) instalações e estruturas [...]" (CNUDM, art. 60, par. 1) com finalidades econômicas e/ou para fins de investigação

O Brasil foi o segundo Estado, depois da Rússia submeter um pedido à Comissão de Limites da Plataforma Continental no ano de 2004. Em 2007, teve parte do seu pedido concedido, mas a totalidade ainda é discutida na Comissão. Em 2004, o país havia reivindicado 960 mil km^2, dos quais 190 mil km^2 não foram aprovados pela CLPC. Frente a negativa, o Brasil optou por dividir a sua margem continental em três regiões e submetê-las individualmente para a Comissão. Assim, em 2015 a proposta da Região Sul foi encaminhada e aprovada em 2019, seguida pela proposta das Margens Equatorial e Meridional submetidas respectivamente em 2017 e 2018 as quais ainda não foram analisadas.

Formalizado em 2009, Portugal também apresentou o seu pedido, tendo sido criada a subcomissão de avaliação em 2017. Moçambique fez sua submissão em junho de 2010, na qual frisa que não há nenhuma área reivindicada sob disputa e que Moçambique esteve envolvido em negociações com as forças-tarefa da África do Sul e Madagascar em questões de delimitação bilateral de espaços marítimos. Já Angola formalizou a solicitação em dezembro de 2013, entretanto, o caso angolano tem como fator complicador disputas com seus vizinhos ao norte, Gabão, Congo e República Democrática do Congo, envolvendo sobreposições na área marítima descrita na submissão. Cabo Verde e Guiné Bissau apresentaram em 2014 suas solicitações no formato de um pedido conjunto que envolve também Gâmbia, Guiné, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa, entretanto, assim como nos processos angolano e moçambicano, a subcomissão de avaliação ainda não foi criada.

científica. Já a Plataforma Continental de um "[...] Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância." (CNUDM, art. 76, par. 1).

Nesse aspecto, destaca-se o papel brasileiro, apresentando-se como um importante parceiro dos PALOPs no mapeamento e estudo de suas Plataformas Continentais. De acordo com a Comissão Interministerial para a Delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (CIDDEMA) além de acordos de cooperação técnica estabelecidos com os governos de Brasília e Lisboa visando o suporte ao processo de Delimitação e Demarcação das Fronteiras Marítimas e o processo de Extensão da Plataforma Continental, o Estado angolano também contratou uma empresa brasileira com experiência na matéria para elaboração da Submissão da proposta.

Deve ser ainda sublinhada a notória diversidade de riquezas que essas amplas áreas oceânicas abrigam, sendo que estes Estados-membros possuem vastas reservas de recursos minerais reforçando a importância da Comunidade para a segurança energética global[19]. Nesse sentido, Eiras (2013) aponta para a oportunidade de se utilizar o poder petrolífero da organização como "uma alavanca

[19] O Brasil é o oitavo maior produtor de petróleo do mundo (3,7% da produção mundial) e terceiro maior das Américas, atrás dos Estados Unidos e do Canadá, possuindo a décima quinta maior reserva do mundo (13 bilhões de barris). Angola é o terceiro maior produtor de petróleo da África (148 mil barris de petróleo dia), depois da Nigéria e da Líbia, e possui a décima sétima maior reserva mundial (8,4 bilhões de barris). Moçambique é o terceiro maior detentor de reservas de gás natural na África, depois da Nigéria e da Argélia. As reservas (1,1 bilhões de barris) e a produção (184 mil barris por dia) da Guiné Equatorial são significativamente menores que a brasileira e angolana, e a segunda está em queda nos últimos anos, contudo, ainda são consideráveis, especialmente quando se leva em conta que essa produção é majoritariamente destinada para a Espanha. Ademais, diante da crise energética global agudizada pelo estopim e desenrolar do conflito russo-ucraniano, Angola, Moçambique Guiné Equatorial e Brasil configuram entre os países com maior potencial para responder às demandas energéticas das principais potências globais, tanto em virtude de suas substanciais reservas, mas também graças a relativa estabilidade política e securitária compartilhada por esses Estados. Angola desponta nesse cenário de forma notória, além de já possuir infraestrutura e ter uma consolidada posição no quadro de exportadores mundiais, demanda um menor investimento para ampliar sua produção diária quando comparado aos demais; Itália, por exemplo, em poucos meses de guerra já firmou um novo acordo de importação com Luanda. Moçambique ao seu turno possui uma das maiores reservas de gás natural do mundo (13° no ranking mundial, com potencial de aumento para valores ainda mais significativos), assim, mesmo com infraestrutura limitada e a situação securitária delicada na província de Cabo Delgado o país é considerado, ainda que a longo prazo, um parceiro importante no quadro geopolítico mundial, visto a retomada das obras da Total no projeto "Mozambique LNG", que é o maior investimento privado atual no continente, anunciada em março de 2022.

transformacional da influência da CPLP no mundo". Este processo de ampliação da relevância política e econômica mundial da Comunidade deve necessariamente vir acompanhado do aumento da cooperação nas áreas de Defesa e Segurança na organização, sendo um elemento essencial para a preservação da soberania e do desenvolvimento destes Estados contra ingerências extrarregionais.

As primeiras ações na área da Defesa na CPLP estiveram atreladas ao aspecto diplomático e de resolução de conflitos, com as reuniões setoriais iniciando em 1998 (o Brasil ficou três anos como Observador, nestas ações). Nos anos 2000, foi criada a Secretaria Técnica Permanente para Assuntos de Defesa. No quadro atual, os norteadores da cooperação em Defesa e Segurança na organização são o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa de 2006, revisado em 2016 e a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa de 2015. Nesse contexto, também surgiram o Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa (CAE/CPLP) (1998) e os Exercícios FELINO, iniciados em 2004, e que têm ocorrido a cada dois anos, desde então, intercalando o formato e o país-líder (RIZZI; CRUZICHI, 2017).

A penúltima edição dos Exercícios, no formato Forças no Terreno, foi realizada no Brasil, em 2017, na Academia Militar das Agulhas Negras e reuniu 1.600 militares, dos quais 60 foram oficiais e assessores estrangeiros, com a direção 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha). Sobre a Operação o Capitão de Mar e Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, Walter Marinho de Carvalho Sobrinho, afirmou que Exercícios como a FELINO conservam o Brasil inserido no contexto internacional e demonstra as capacidades profissionais das suas Forças Armadas e da indústria de defesa nacional (MOURY, 2017)[20]. Para além disso, a participação

[20] A edição 2018-2019 teve o Exercício na Carta (2018) em São Tomé e Príncipe, e a segunda fase, com Exercício no Terreno (2019) em Angola. O último reuniu 1.428 efetivos dos nove membros, sendo

brasileira, dado o papel de liderança do país no cenário internacional, "[...] oferece para os demais países uma visão mais ampla do contexto internacional, por sua situação estratégica na América do Sul" (MOURY, 2017). Nesse mesmo sentido, Prazeres (2019) destaca que o posto brasileiro é de uma influência natural e até mesmo urgente, em termos numéricos, pois o país representa cerca de 80% da população total e aproximadamente 70% das Forças Armadas da Lusofonia (PRAZERES, 2019). Nesse aspecto, o Brasil busca desenvolver capacidades próprias de projeção de força além de fomentar uma ação ativa em operações de paz, ajuda humanitária e apoio a defesa civil (BARBOSA JUNIOR, 2018).

Se o mar representa a essência da Comunidade, também se torna um desafio natural para a segurança e a defesa dos Estados, principalmente por demandar uma concepção diferenciada de limites e fronteiras, ao mesmo tempo em que existe a carência de meios militares e de tecnologia de ponta para fiscalização e controle dessas áreas. Essa é uma problemática fundamental para o Brasil (que possui recursos econômicos crescentes, mas uma imensa região costeira a patrulhar, ou seja, sua projeção é continental e marítima paralelamente) e também para os países africanos, que em muitos casos não possuem marinhas e guardas costeiras proporcionais às suas dimensões (SILVA, 2014). Como já mencionado, o mar é um sujeito central para Comunidade[21], e desde sua fundação a organização conta com um fórum permanente de assuntos marítimos como uma das temáticas fixas das Reuniões Ministeriais Setoriais.

disponibilizado pela Força Aérea Nacional angolana duas aeronaves (IL-76, AN-72) e dois helicópteros "Augusta". A Marinha de Guerra forneceu navios e lanchas de patrulha e uma companhia de fuzileiros navais. Os próximos exercícios, que seriam realizados em 2020 na Guiné Bissau em formato Carta e em Portugal, em 2021, em formato Força de Terreno, foram adiados em virtude da pandemia de COVID-19.

[21] O que reforça esta perspectiva são exemplo como: o Seminário das Plataformas Continentais (desde 1999) e os Fóruns de Estudo do Mar (também desde 2010), a Conferência dos Ministros das Pescas da CPLP (desde 2008), o Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa (desde 2008) e o Encontro de Portos da CPLP (desde 2008).

No entanto, foi só no começo da última década que a cooperação gerou uma articulação mais expressiva na vertente marítima. Nesta esfera, foi aprovada em 2010 a Estratégia para os Oceanos da CPLP, cuja iniciativa visava concentrar esforços entre os Estados-membros no sentido da elaboração de uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos[22] (CPLP, 2010). Assim, a estratégia parte da percepção que os assuntos do mar representam um domínio estratégico para o desenvolvimento dos países parte e da CPLP como um todo.

No mesmo sentido, foi proposta, na XIII Reunião dos Ministros de Defesa, em 2011, a criação de uma Agência Lusófona de Monitoramento do Atlântico Sul como um órgão da esfera de Defesa da CPLP. A Agência seria um Sistema de Informações Estratégicas e Apoio a Operações Conjuntas e Combinadas, podendo atuar na cooperação civil (ordenamento do território e gestão ambiental), mas principalmente na inteligência militar e de segurança, na prevenção de ameaças e vulnerabilidades (MATOS, 2012), porém ainda não foi concretizada em termos institucionais e normativos.

Identifica-se uma importante consonância entre a visão da Comunidade e a posição brasileira em relação aos oceanos, notadamente o Atlântico Sul. Esta concordância fica evidente na fala do então Ministro da Defesa do Brasil na ocasião do III Simpósio das Marinhas da CPLP, no Rio de Janeiro:

[22] De modo mais pontual, destaca-se que a Estratégia é composta pelas seguintes ações: elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP; cooperação no desenvolvimento dos respectivos projetos de extensão da plataforma continental e da investigação científica e proteção ambiental; cooperação para a pesquisa de recursos minerais; identificação de áreas estratégicas de interesse comum dos Estados-Membros da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima, visando a criação de um Observatório de Informação Estratégica Marítima; desenvolvimento de um projeto pedagógico referentes aos assuntos do mar; e a criação de uma Feira do mar da CPLP (CPLP, 2010).

> Os oceanos são elemento de integração entre civilizações. Até onde é possível enxergar no futuro, o comércio marítimo continuará sendo a grande artéria da economia mundial. Protegê-lo é vital para qualquer nação que queira manter-se soberana. O aparelhamento das marinhas e guardas costeiras tornou-se essencial à segurança dos Estados. Necessitamos de Forças Navais preparadas para garantir a defesa de nossos países e, também, para fazer frente às ditas "novas ameaças". Atores não estatais podem infligir sérias perturbações à ordem mundial, por meio do uso assimétrico de tecnologia e armamentos. **Mesmo assim, o foco de uma Marinha de guerra como a brasileira continua a ser a dissuasão de forças potencialmente hostis em nossas costas e no Atlântico Sul.** Nossos desafios comuns exigem a ampliação da cooperação e do entendimento entre nossas marinhas e guardas costeiras (AMORIM, 2012 p. 02 e 03, **grifo nosso**).

Desse modo, destaca-se a cooperação marítima como um elemento estratégico para a organização, ainda que, segundo Bernardino (2011), a cooperação no setor naval e na segurança marítima seja apontada como o domínio ainda negligenciado pela Comunidade dentro da esfera de Defesa e Segurança. Dentre as ações mais recentes, destaca-se a V Conferência das Marinhas da CPLP, em 2018, sediada na Escola Naval do Rio de Janeiro, resultando o Primeiro Exercício de Partilha de Informações sobre Tráfego Marítimo entre as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP realizada em setembro de 2019. O exercício, que ocorreu por meio do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo desenvolvido pela Marinha do Brasil, foi conduzido pelas Marinhas brasileiras e portuguesas participando também a Marinha de Guerra de Moçambique, as Guardas Costeiras de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Nesse aspecto, o Atlântico Sul constitui uma janela interessante de oportunidades para o espaço lusófono afirmar-se como exemplo de uma cooperação construtiva, dissuasora e de desenvolvimento para a segurança global, visto que, a nova geopolítica dos recursos energéticos da região assume uma importância tal, que encaminha para uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais (AZEVEDO, 2014). Soma-se a este contexto, a ação brasileira que - visando ampliar sua zona de influência da esfera sul-americana até a costa ocidental africana - passou a atuar de modo a reforçar sua presença na região através do estímulo institucional a ações como pesquisa e produção oceânicas, ampliação dos acordos de cooperação (norteada pelas relações Sul-Sul), reativação da indústria naval nacional, fomento de iniciativas inter-regionais no setor de Defesa (MONGIARDIM, 2014).

O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

De modo geral, deve-se ter em vista que a presença brasileira na CPLP pode ser analisada a partir de dois aspectos:

> [...] de um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do "pragmatismo" de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente (MYAMOTO, 2009, s/p).

A inflexão da política externa e de defesa brasileira para o Atlântico Sul nos últimos quarenta anos se justifica e legitima também nas ações na CPLP e como fatores contínuos, complementam-se com a descoberta de petróleo no mar na década de 1970 e o início da sua prospecção, o encontro de jazidas na Bacia de Campos e nas águas profundas da Bacia de Santos (conhecidas como Pré-Sal). Os investimentos recentes voltados para a exploração dos recursos do mar e os fluxos marítimos em geral, também se notaram na expansão da indústria naval nacional (a partir da renovada atuação estatal). Por outro lado, essa nova escala dos fluxos marítimos tem gerado impactos de toda ordem e o mais evidente deles ocorre nas regiões costeiras e na rede portuária em particular. Da perspectiva de uma estratégia nacional que se baseia nas referências normativas do Direito Internacional, esta projeção marítima do Brasil foi resultado da sua política externa conjugada às ações da política de defesa, que buscaram consolidar "direitos e interesses no espaço marítimo do entorno regional estratégico, isto é, o Atlântico Sul" (DA COSTA, 2014, p. 04). Em consonância com o autor, compreende-se que

> Essa conquista envolveu movimentos decisivos em duas frentes principais. No *front* externo, intensa movimentação diplomática junto a ONU e especificamente no âmbito da Convenção sobre o Direito do Mar (1982) e, em seguida, com a sua ratificação em 1994. No *front* interno, o esforço de pesquisa envolvendo o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (REVIZEE) e o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), ambos liderados pela Marinha, apoiados diretamente pela Petrobras e com a participação de instituições nacionais de pesquisas oceanográficas. Essa articulação bem sucedida envolvendo o Itamaraty, a Marinha e instituições de

> pesquisas foi responsável por duas conquistas que permitiram ao país consolidar seus direitos e o consequente domínio legal no Atlântico Sul (DA COSTA, 2014, p. 05).

Cabe mencionar que desde a colonização, o Brasil tem uma vocação para sua dimensão marítima, transmitida pela ocupação portuguesa. Dessa forma, o Atlântico Sul tornou-se a base processual de diferentes conjunturas históricas. Passando de rota comercial durante o Antigo Regime Colonial, posteriormente veio a ser o elo entre o Brasil e o continente africano, por meio do tráfico negreiro, cujas atividades eram uma forma de exercer seu controle, temido pelos ingleses, os quais atuariam como polícia dos mares, prendendo navios negreiros clandestinos, e assim garantindo que houvesse consonância com os tratados já assinados para eliminar o trabalho escravo. Com a abolição da escravidão, interromperam-se por mais de meio século as relações Brasil-África e, consequentemente, o controle do Brasil sobre o Atlântico Sul, o que é considerado por Penha (2011), um "vazio de poder". Apenas com a Guerra Fria, novas análises se focaram na defesa hemisférica. Concorda-se com o autor (2011), ao afirmar que o espaço marítimo do Atlântico Sul pode ser avaliado em função de três variáveis estratégicas: como bacia, como rota e enquanto "vazio de poder" até o final do século XX. No século XXI, a projeção para a área é de dinamismo crescente por parte de atores regionais e extrarregionais, e esse aspecto faz com que se endosse ainda mais a liderança brasileira.

Para o Brasil, o controle e a defesa do Atlântico Sul se relacionam à sua posição geoestratégica, ligadas às vantagens por natureza (capacidades relacionadas à integridade territorial, riquezas minerais e naturais, plataforma continental). A revisão de literatura especializada indica que já na segunda metade do século XX, autores como Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva apontavam

a tendência brasileira às atividades voltadas para o Atlântico Sul e América do Sul – o que seria conceituado no século XXI, como Entorno Estratégico brasileiro. Therezinha de Castro estabeleceu as duas vertentes oceânicas da América do Sul (a vertente do Pacífico, considerada na época pouco movimentada, e a vertente do Atlântico, cujas redes hidrográficas estão voltadas para esta, mais inserida no comércio internacional), enfatizando que as cidades mais populosas do Brasil são litorâneas. Golbery também distinguiu o contraste entre Atlântico e Pacífico. O segundo, para o autor, não seria origem de ameaças, pois além da barreira natural da Cordilheira dos Andes, a hileia amazônica se constitui como um ardiloso obstáculo para possíveis invasores. Dessa forma, é para o Atlântico que as projeções brasileiras devem se voltar, pois esse estaria mais vulnerável a influências e a ameaças externas. Nesse mesmo sentido, Castro (1999, p. 181) aponta que no contexto oceanopolítico, as nações podem ser divididas em dois grupos – as que possuem e as que não possuem; resultando assim, que a intenção fiscalizadora das primeiras deve ser a de defender as vantagens já adquiridas, e a das últimas, adquirir vantagens similares, logo, na defesa de suas rotas está a segurança do posicionamento dos países que, como o Brasil, "respiram pelo mar".

Therezinha de Castro (1997), ao descrever a vocação geopolítica sul-americana, menciona que o continente sul-americano abrange duas vertentes oceânicas, que estão caracterizadas por duas zonas longitudinais: 1) A primeira é formada pelos Andes cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu "destino manifesto"; Therezinha de Castro aponta para a importância geoestratégica da Bacia Amazônica, que se constituiria numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica: a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de *"heartland"* do continente. Em consequência, quando

melhor aproveitada, a Bacia Amazônica, com a integração, poderá se transformar em polo de atração de zona repulsiva; na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente" (CASTRO, 1997, p. 03). Além disso, a autora menciona que o Brasil se articula, a grosso modo, com os Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais a Amazônica e a Platina, tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no "*heartland"*. Além disso, chama-se atenção para o Pacto Amazônico firmado pelo Brasil com os demais países interessados, em 1980.

Os autores também discutem a importância de certos pontos estratégicos, como a costa oeste africana e a Antártida. Therezinha de Castro identifica na América do Sul um desvio continental para leste, e aponta a importância da cooperação com a África ocidental através da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), enquanto Golbery enfatiza a importância de percepções de ameaças que se instalem do outro lado do Atlântico[23]. A autora (1999) analisa também, que de modo geral o Atlântico pode ser diferenciado dos dois outros grandes oceanos por sua ampla comunicação marítima com as zonas polares. No âmbito regional do Atlântico Sul o posicionamento brasileiro se destaca, pois o país, apesar de não ser bioceânico, é dotado de duas faces litorâneas: uma voltada ao Hemisfério Continental, a partir da zona de estrangulamento do Atlântico; e a outra, na maior linha costeira, dependente do Hemisfério Oceânico (CASTRO, 1999).

De acordo com Therezinha de Castro (1999) observa-se que, antes da Segunda Guerra Mundial os interesses do Brasil possuíam uma orientação quase exclusiva no sentido norte-sul do Atlântico.

[23] Em relação à Antártida, ambos convergem suas percepções sobre a importância das passagens interoceânicas. Golbery, por sua vez, situa tal importância na hipótese do expansionismo soviético, onde a passagem da Antártida faria parte de manobras de resistência ou contra ofensiva a este.

Contudo, este quadro começou a se alterar durante a Guerra Fria e hoje, suas diretrizes geopolíticas já alcançam o Índio e o Pacífico. Assim:

> Além da Rota Sul-Americana, praticamente de cabotagem desde o Rio da Prata até Trinidad, tem ainda maior importância, no sentido norte-sul, a Rota Europeia, que do saliente nordestino atravessa a zona de estrangulamento do Atlântico, apoiando-se em Cabo Verde para atingir mercados de importação e exportação da Europa. No sentido Leste-Oeste, em âmbito bem regional do Atlântico Sul, a Rota Africana, partindo da trijunção de corredores de exportação Santos-Rio de Janeiro-Vitória, atinge a zona ocidental do continente que reparte conosco o oceano; essa Rota do Cabo da qual já participávamos ativamente durante o período colonial, no comércio com Portugal; atualmente, em face de interesses comerciais no Japão, aproximadamente com a China e necessidade de importar petróleo do Oriente Médio, não sendo país bioceânico, para o Brasil, a Rota do Cabo, além de ser a de mais longo curso, é, também a de maior importância. São essas as linhas vitais de comunicação marítima para o Brasil, que, consequentemente, não podem limitar as possibilidades de controle do mar que nos serve dentro do equilíbrio estável como na instabilidade que se refletiu durante a Guerra Fria na Geopolítica do Confronto (CASTRO, 1999, p. 181).

No final da década de 1970, a geopolítica brasileira começou a formular os interesses propriamente nacionais, dissociados daqueles que versavam majoritariamente sobre a defesa do mundo ocidental, além da busca por um afastamento em relação à influência norte-americana. O Brasil liderou o movimento para conferir ao

Atlântico Sul o enfoque Sul-Sul bem como o conceito de não militarização que se endereçava aos países não pertencentes a área, não confundido com desmilitarização, nesse sentido, a atuação brasileira buscava acentuar o papel dos Estados ribeirinhos nas grandes responsabilidades na defesa, paz e segurança regional (CASTRO, 1999).

É nesse contexto que, na década de 1980, o Brasil propôs a criação da ZOPACAS[24] que objetivava a cooperação não apenas entre os países da América do Sul, mas também entre os países litorâneos ocidentais da África. Assim, cabendo a esses as providências necessárias à sua própria defesa através de exercícios conjuntos, justificando-se o conceito de "cooperação" na denominação da Zona (CASTRO, 1999, p. 315).

O Atlântico Sul, assim, progressivamente, converteu-se em prioridade de interesse e ação do Brasil, e isso também ficou claro na evolução dos documentos de Defesa do país, desde 1996. Estas potencialidades ficaram mais evidentes a partir de 2003, com a conjugação de ações de política externa e de defesa nacional. Por exemplo, a Política Nacional de Defesa, de 1996, previa a concepção do "espaço regional brasileiro" extrapolando a massa continental sul-americana, incluindo, também, o Atlântico Sul (BRASIL, 1996, p. 05). Nas atualizações da Política Nacional de Defesa (2005, 2012 e 2016) a manutenção do Atlântico Sul como área estratégica para o Brasil é evidente, aprofundando-se inclusive as especificidades de atenção e atuação. Na Estratégia Nacional de Defesa (2012) é remetida claramente a relevância da ação do Ministério da Defesa na ação com a CPLP para "incremento na interação inter-regionais"

[24] Por excelência, a ZOPACAS é uma instância de Defesa e Segurança no Atlântico Sul, que remonta à década de 1980 e que, mesmo com avanços e recuos em sua proposta de manter a área pacífica e cooperativa, tem se mantido ativa e de interesses dos Estados lindeiros do Atlântico Sul. No âmbito das Zona, ocorrem, desde os anos 1990, as reuniões ministeriais e de Cúpula, além de Exercícios Atlansur, manobras aero-navais reunindo forças do Brasil, Argentina e Uruguai e África do Sul.

(BRASIL, 2012, p. 37). Na atualização do Plano Nacional de Defesa, aprofundou-se essa compreensão, ao estabelecer-se "como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica" (BRASIL, 2016, p. 06). Para Abdenur e Souza Neto (2014), a cooperação brasileira em Defesa ao longo do Atlântico Sul remonta à tentativa de construção de um "cinturão de boa vontade", em expressão do Ministro da Defesa, Celso Amorim, em fevereiro de 2012, e sinaliza

> [...] uma redefinição de ameaças e parcerias centrada na abundância de recursos marítimos (atuais e potenciais) do Atlântico Sul. Tal definição de ameaças parece estar acompanhada de um esforço por parte do governo brasileiro em iniciar o desenvolvimento de uma identidade comum entre os países do Atlântico Sul. Com influência da contribuição de Iver Neumann**, pode-se entender o Atlântico Sul como um espaço onde ocorre um processo de construção da região** (*region building process*) (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 216, **grifo nosso**).

Essa noção é contemplada pelo conceito de Grande Estratégia do Brasil, também lançado por Amorim. Corroborando a hipótese de pesquisa, identifica-se em complemento que a relevância da Lusofonia no sistema internacional contemporâneo está condicionada ao seu comprometimento com as estabilidades regionais, possuindo uma voz ativa na discussão dos problemas de seus membros e que se torne fator de dissuasão (BARBOSA JUNIOR, 2018). Quando o Brasil colabora para o cumprimento dessas, está ao mesmo tempo fomentando seu papel de ator influente

junto aos países africanos como também reafirmando a via multilateral da diplomacia brasileira.

Em termos de ameaça, as principais preocupações dos Estados lusófonos são os atos de pirataria, a depredação de recursos, tráficos ilícitos (pessoas, drogas, armamento), imigração irregular e crimes ambientais. Não se pode perder de vista que os problemas de segurança implicam em desafios aos processos de desenvolvimento nacional dos Estados envolvidos. No entanto, no que concerne a região do Atlântico Sul, o Brasil é o único da CPLP com meios de fiscalizar de uma forma mais eficaz sua área de jurisdição marítima, nesse contexto, grupos criminosos atuam explorando vulnerabilidades e vazios de poder. Reside aí a necessidade de um maior esforço para o reequipamento das forças de segurança e na cooperação entre países parte da CPLP.

O Brasil ainda realizou no período da sua presidência recente, o II Curso da Fundação Alexandre de Gusmão para Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP, na ocasião a temática dos oceanos foi destacada como um tema caro à gestão brasileira, ocupando uma sessão específica durante o curso. Assim como destaca o Embaixador brasileiro:

> [...] não podemos, da parte brasileira, negligenciar o Atlântico, terreno por onde passam 95% do fluxo comercial brasileiro, volume que justifica o interesse do Brasil em desenvolver com seus parceiros africanos mecanismos de cooperação no âmbito da defesa e na prevenção à pirataria, em crescimento nos últimos anos. O Brasil procura cooperar com os países africanos da região para que possam exercer plenamente o patrulhamento e a defesa de suas águas jurisdicionais. O patrulhamento marítimo e aéreo é fundamental para nossos países, não somente para o combate ao narcotráfico, mas também para a

> preservação do ambiente marinho, combatendo, por exemplo, a pesca ilegal, e ainda para garantir segurança na exploração de petróleo (ABREU, 2018, p. 241).

Nesse sentido, o Brasil possui três missões navais instaladas no continente africano em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia (membro observador da CPLP). Sendo que, em relação ao último país, há mais de 10 anos o Estado brasileiro oferece treinamento nas escolas da Marinha do Brasil e na base naval de Walvis Bay, uma cooperação que já formou cerca de 1.100 militares da marinha namibiana (ABREU, 2018).

DESAFIOS À AÇÃO BRASILEIRA

O Estado português, dentre os membros da CPLP, possui o modelo mais consolidado de cooperação em matéria de Defesa, agindo nas áreas de capacitação institucional, ensino, doação de material, bem como no desenvolvimento de parcerias na área da segurança marítima e integração de contingentes de operação de paz e humanitária, com destacado papel na estruturação das Academias Militares de Angola e Moçambique e a formação em escolas militares portuguesas (BARBOSA JUNIOR, 2018). Para além disso, foi criado em 2006, o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) direcionado prioritariamente aos PALOP, tendo como objetivo conjugar no âmbito da cooperação técnico militar as relações bilaterais e multilaterais. Baseado no fato de Portugal ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia, e de suas Forças Armadas possuírem sólida experiência em Missões e Operações de Paz na Europa, África, Ásia e Oceania, o Programa visa contribuir para a ampliação das

capacidades das Forças portuguesas na gestão de crises no continente africano sob mandato internacional. Em 2007, o projeto foi apresentado durante a IX Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP, segundo Portugal, a iniciativa dá espaço à multilateralidade no seio da CPLP, tornando possível que o Brasil e Timor Leste integrem o projeto (TEIXEIRA, 2011). Dessa forma, Portugal se insere neste cenário com recursos limitados, mas com uma vasta experiência na OTAN e nas ações conjuntas da UE (SILVA, 2014). Portanto, Lisboa frente a CPLP, no que tange a cooperação em Defesa, tem consolidado sua atuação como principal interlocutor entre a Lusofonia e os organismos internacionais a que pertence.

Brasil e Portugal apresentam uma constância nas relações em matéria de Defesa desde os anos 2000. Destacam-se as iniciativas referentes à convocação de comissões permanentes em conferências semestrais entre as respectivas marinhas, exercícios conjuntos no Atlântico Sul, treinamento da Marinha da República Democrática do Congo (2016), Acordo sobre Compartilhamento de Informação (2017), acordos para o aumento de diálogo entre a indústria de defesa brasileira e portuguesa (2017), cursos e estágios setoriais; visitas e embarques operacionais além de programas de intercâmbio entre militares e civis (SILVA; CARVALHO, 2019).

Dessa forma, é possível afirmar que Brasil e Portugal, como os dois maiores Estados-membros e com maior influência e interesses na Comunidade, embora com momentos de concorrência na liderança e desavenças pontuais, compreendem a relevância da organização para a concertação entre os pares e para região. Assim,

> [...] esta instrumentalização geopolítica e geoestratégica da singularidade histórica, cultural e linguística que marca o relacionamento luso-brasileiro possui duas consequências: (i) o fim da

> chamada "teoria da porta", segundo a qual a importância de Portugal no âmbito do relacionamento luso-brasileiro prende-se com seu papel de elo de ligação com outros centros políticoeconómicos dos quais está próximo. (Lopes 2000; Leal 2000); e (ii) o reforço da maritimidade de Portugal como contraponto à sua localização periférica no continente europeu (Bessa 2000; Bessa 2004; Carvalho 2004; Moreira 2004) (BARBOSA, 2008, p. 13).

É fundamental considerar, nesse sentido, o movimento de expansão ao Sul que a OTAN vem articulando durante a última década, cujo maior exemplo foi a realização do exercício "*Steadfast Jaguar*" em Cabo Verde no ano de 2006, primeiro país do continente africano a ser arena de exercícios dessa, cujo objetivo principal foi testar a nova unidade de Força de Reação Rápida (NRF)[25] da organização, proposta em 2002 pelos EUA[26].

Compreendida pelo Estado caboverdiano como um reforço a sua importância internacional e uma oportunidade de qualificar as condições de fiscalização e o controle do seu espaço marítimo, a cooperação com a OTAN, desde 2006, não teve significativos avanços ou se traduziu em vantagens expressivas para o Estado africano. De modo geral, os exercícios evidenciam as pretensões mais extensivas articuladas pela OTAN operacionalizadas pelas NRF. O Atlântico Sul "é o ponto de grande importância geoestratégica para as Forças Navais dos EUA, em trânsito para a

[25] A NRF possui como missões fundamentais: o combate ao terrorismo, a ajuda ou operações humanitárias de evacuação de civis, operações de apoio à paz e de interdição marítima, operações especiais em casos de ameaça no campo químico, biológico e radiológico, a atuação como força de interposição entre beligerantes e o combate contra os vários tráficos, principalmente de armas, drogas e de pessoas (VARELA, 2007).

[26] Exercício combinado (aéreo, naval e terrestre), cujas ações principais ocorreram nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e Fogo, reunindo 7000 efetivos e 400 militares caboverdianos, com unidades de Infantaria, Polícia Militar, Fuzileiros e ainda com a sua recentemente criada Unidade de Reação Rápida (VARELA, 2007).

região do Golfo Pérsico, na Rota do Cabo; e quem dominar a ameaçada Rota do Cabo colocará as mãos na garganta do Ocidente" (CASTRO, 1999, p. 302). Segundo Varela (2007, p. 20), o principal objetivo da organização "foi se posicionar estrategicamente junto às plataformas de petróleo da Mauritânia, aos países islamizados da sub-região africana e aos mercados de matérias primas essenciais como o diamante, a bauxita, o urânio e o petróleo, e também colocar-se como o grande «pacificador» da região [...]". Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar iniciativas contemporâneas ao exercício "*Steadfast Jaguar*", como a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (U.S. AFRICOM) em 2007, a reativação da Quarta Frota em 2008, além da realização de teste de mísseis balísticos[27] reafirmando a projeção estadunidense sobre o Atlântico Sul em ambas as costas[28].

Paralelamente, a CPLP sustenta-se como uma parceria estratégica para o Estado chinês, notadamente no campo energético. O país asiático possui uma importante presença na exploração de petróleo no Brasil e em Angola e de gás natural em Moçambique, além de ser o maior comprador do petróleo lusófono. Nesse contexto, insere-se o Fórum de Cooperação Econômica China CPLP (Fórum Macau), criado em 2003 por iniciativa do Governo chinês, visa ser um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental objetivando consolidar o intercâmbio

[27] Em maio de 2019, a Marinha estadunidense comunicou o teste de um míssil sem ogivas nucleares feio pelo submarino nuclear USS Rhode Island cujo ponto de impacto final seria o largo da Costa da Província de Namibe em Angola.

[28] É importante citar que a partir de 2010, a Marinha dos EUA encabeçou exercícios multinacionais chamados Obangame Express, reunindo frotas de países membros da OTAN e africanos, para manobras de patrulhamento do Golfo da Guiné, área de escoamento do petróleo produzido pelos países da região. Desde então, o número de países participantes subiu de 9 para 22, inclusive, de marinhas de países bastante distantes, como a Dinamarca e a Turquia. O Brasil foi incluído nas manobras em 2013 e tem participado anualmente. O exercício Obangame Express foi realizado pela primeira vez em 2010, de lá para cá, o treinamento vem sendo executado anualmente. Em 2019, o Obangame Express contou com a participação de 33 países, que colocaram à disposição do exercício 95 embarcações e 12 aeronaves, entre os dias 10 e 22 de março (MARINHA, 2019, s/p).

econômico e comercial entre a China e os Estados-membros. Ao longo das Conferências Ministeriais foram aprovados os Planos de ação para a Cooperação Economia e Comercial que definiram o conteúdo da cooperação em diversas áreas[29]. Ainda que o Fórum não abordasse nenhum componente militar explícito, nas linhas de cooperação destaca-se a menção do domínio do mar. Diante disso, Teixeira (2011) identifica que seria possível que os Estados ampliassem o âmbito do apoio cooperativo já existente e, com a criação de protocolos de cooperação para a Defesa e Segurança nesta esfera, poderiam constituir condições para uma maior coordenação e eficácia da cooperação militar[30].

No âmbito intra-CPLP, claramente o papel brasileiro vem se ampliando. Angola é o maior parceiro em cooperação militar do Brasil no continente africano. Em 2017, ocorreu no Distrito Federal a 2ª Reunião do Comitê Interino Conjunto de Defesa Brasil–Angola, no qual foram discutidos os Projetos de Cooperação nas áreas de Ensino e de Inteligência, Indústria de Defesa e Saúde Militar. A ação brasileira destaca-se na capacitação e treinamento de pessoal militar angolano nos setores de formação técnica de engenharia (Graduação e Pós-graduação) bem como, nas esferas profissionais militares (formação, aperfeiçoamento e especialização).

Ademais, a Marinha do Brasil é uma das principais instituições em capacitação e treinamento militar de oficiais da

[29] Intergovernamental, comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infraestrutura, energia e recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, cooperação para o desenvolvimento, turismo, transportes e comunicações, cultura, rádio, cinema e televisão, desporto, saúde domínio do mar, cooperação entre províncias e municípios (FÓRUM MACAU, 2019).

[30] Tendo-se em vista que a China já possui uma importante cooperação bilateral neste domínio com Angola compondo até mesmo um Comité Conjunto de Cooperação da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China. De modo geral, o governo de Pequim, por meio de instituições fortes, maior capacidade de auxílio econômico e substancial presença militar no continente africano, ao longo dos anos vem dificultando que o Brasil se estabeleça como principal expoente da cooperação Sul-Sul com os países da África (ANTUNES *et al.*, 2019).

marinha angolana. Foi também iniciada em 2012 a assistência logística com a concessão de navios patrulha e exercícios conjuntos com o enfoque na temática da pirataria (ANTUNES *et al.*, 2019). Nesse aspecto, destaca-se a implementação do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (Pronaval), de acordo com o documento assinado em 2014, o governo de Luanda adquiriria sete navios-patrulhas a serem produzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) da Força Naval Brasileira - além disso, o Memorando de Entendimento previa a cooperação na área acadêmica e a formação e capacitação de pessoal para construir e operar as embarcações, como também, a qualificação de homens da marinha mercante.

Em 2014, Brasil e Moçambique através de um Comunicado Conjunto firmaram a cooperação entre as respectivas Forças Armadas com destaque para as seguintes iniciativas: capacitação naval em áreas como vigilância marítima e prevenção da pirataria; apoio da Marinha do Brasil à reforma da Escola Naval de Pemba, reflutuação de um dique na Base Naval de Maputo e na reestruturação das bases navais moçambicanas; como também, a doação de aeronaves Tucano para a Força Aérea de Moçambique. Além da disponibilização de vagas em cursos de capacitação, formação e especialização oferecidas pelo Brasil e a realização de adestramentos conjuntos entre a Marinha Brasileira e a Marinha de Guerra moçambicana.

Em relação a Cabo Verde, foi criada em 2014 uma Missão Naval Permanente, o Estado brasileiro ainda doou uniformes, prestou apoio técnico pela Diretoria de Hidrografia e Navegação e cooperou para a estruturação do serviço *Searchand Rescue* (SAR), a capacitação e treinamento de pessoal militar. A Marinha nacional também contribuiu no treinamento dos fuzileiros navais de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Com o último, foi criada, em 2015, uma Missão Naval para treinamento da Guarda Costeira. Destaca-se

também os acordos com São Tomé e Príncipe para a capacitação na área de sinalização náutica e hidrografia para portos de águas profundas e apoio na formulação de uma estratégia de segurança marítima nacional para o país. No que diz respeito à Guiné-Bissau, a cooperação está até então concentrada no treinamento de pessoal militar, com a projeção de instalação de uma Missão Militar naquele país pelo Comando do Exército. Com a Guiné-Equatorial, também predominam acordos de capacitação militar iniciados em 2010, mas que evoluíram de modo mais lento quando comparados aos demais Estados-membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os avanços e possibilidades para o Brasil na CPLP são muitos e complexos, com o papel almejado de liderança nas áreas de cooperação, a legitimidade de sua projeção no Atlântico Sul, a confiabilidade de seus vizinhos na América do Sul auxiliando nessa projeção e as consequentes parcerias bi e multilaterais (intra e extra-CPLP) nas duas costas sul-atlânticas, os desafios e limitações são ainda maiores. A consolidação da dimensão marítima brasileira enfrenta a crescente presença extrarregional, especialmente encabeçada pela OTAN e pelos EUA. Quanto à OTAN, é importante ressaltar como o papel de Portugal tem se mostrado muito relevante para a CPLP, especialmente na área de cooperação em Defesa (pela *expertise* e atualizações na área, de forma operacional e normativo-institucional), também pela proximidade com os países do Norte Atlântico, servindo como ponte de possibilidades e interesses.

Nesse sentido, deve-se compreender a estratégia portuguesa, tendo em vista seu posicionamento periférico no continente europeu, ocorrendo em dois níveis. Assim, intra-CPLP, Portugal utiliza suas credenciais de experiência e recursos como membro da OTAN para

endossar sua posição de líder na Comunidade. Já no âmbito da OTAN, o Estado português utiliza deste capital adquirido na Lusofonia para valorizar sua posição diante das potências centrais. É sabido que, historicamente, nomeadamente durante a Guerra Fria, Portugal fez uso da sua presença nos territórios africanos para barganhar com as potências ocidentais. Atualmente, porém, a ação de Lisboa vai além do papel interventor dos interesses dos Estados centrais, pois a cooperação em Defesa e Segurança na CPLP – a qual Portugal foi um dos principais impulsionadores – é caracterizada por fomentar a autonomia da Organização e ampliar as capacidades dos Estados-membros, sendo o principal incentivador institucional dessas ações, de maneira bi e multilateral.

Assim, confirmou-se, por meio dos procedimentos metodológicos adotados, que o papel da Lusofonia na estratégia brasileira de atuação no Atlântico Sul é prioritário, inclusive com o conceito de entorno estratégico, servindo como vetor desde 2005. Reitera-se que o Estado brasileiro possui como diretriz norteadora da sua ação internacional em matéria de Defesa a consolidação de estruturas de governança multilateral que traduzam a nova distribuição de poder global e estejam voltadas à paz e à segurança regional e mundial (BRASIL, 2012). Nesse sentido, a estratégia brasileira tem priorizado a concepção de uma multipolaridade cooperativa para buscar diversificar parcerias e oportunidades, se aproximando dos países do Sul (SOARES DE LIMA, 2017), além de manter-se próximo de outros parceiros tradicionais do Norte (Estados Unidos, Europa e China). Assim, se na América do Sul, a cooperação em Defesa avançou nas duas primeiras décadas do século XXI (de forma bi e multilateral, especialmente tendo a UNASUL como instrumento importante - o qual deve ser revalorizado futuramente), no Atlântico Sul, a manutenção da região

como zona de paz e cooperação perpassa pelo aumento das ações conjuntas (bi e multilateral) de Defesa[31].

Tendo isso em vista, a hipótese de trabalho foi confirmada, pois se identificou pela análise realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que a CPLP desde antes de sua criação já se inseriu nesse quadro mais amplo da ação internacional de Brasília. Logo, o avanço da cooperação no domínio de Defesa das últimas duas décadas e meia têm evidenciado as potencialidades e as dificuldades da Lusofonia para a estratégia brasileira destinada ao Atlântico Sul. Dessa forma, a Comunidade, para além de uma iniciativa bem-sucedida, deve ser compreendida como uma peça-chave para estratégia de defesa nacional.

Apesar dos desafios inerentes a isso, não resta dúvida, que o Brasil se consolidou como liderança sul-atlântica no século XXI, ao fortalecer sua dimensão marítima, sem perder a prioridade da dimensão continental, como apontava as análises geopolíticas de Castro e Couto e Silva, no século XX. Cabe destacar que a aproximação entre academia e Forças Armadas no Brasil, desde 2005, tem qualificado esta análise e projeção brasileira e que independente de mudanças de governo, não devem ser interrompidas ou minimizadas no aspecto da valorização do Atlântico Sul como área de paz e cooperação basilar de atuação da CPLP. Ao passo que suas políticas externa e política de defesa têm dialogado de forma

[31] O recuo da atuação externa e de defesa do Brasil desde 2016 tem consequências negativas nas ações prioritárias de seu entorno estratégico, como a a) ausência do Presidente na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em 2021, sendo representado por seu Vice na principal reunião anual da Comunidade – quando Angola (parceiro histórico do Brasil) tomou posse da presidência rotativa, e b) o uso da viagem para tratar de temas alheios ao interesse nacional (como o imbróglio jurídico da Igreja Universal); junto com o débito brasileiro de dois anos (2019, 2020) no pagamento das contribuições anuais a CPLP, fazendo do Brasil o principal Estado devedor do organismo se configuram como elementos sintomáticos, os quais revelam uma baixa priorização da região atualmente, não como uma limitação estrutural, mas sim como uma questão de política de governo, em detrimento da política de Estado anteriormente posta em prática.

mais próxima e assertiva no que se relaciona a CPLP (parte essencial do Entorno Estratégico brasileiro), o Brasil demonstra que, institucionalmente, está construindo as condições de se consolidar o como líder *de facto* e não apenas *em these* das ações no Atlântico Sul, relativas à Defesa, muito além de questões de governo.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. "O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África". NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (orgs.). **O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. São Paulo: IPEA, 2014.

ABREU, F. J. M. "Intervenção do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, no II Curso da Fundação Alexandre de Gusmão para Diplomatas dos Estados Membros da CPLP". *In*: LOPES, L. H. S. *et al*. **A presidência brasileira da CPLP (2016-2018)**: Textos e Documentos. Brasília: FUNAG, 2018.

AMORIM, C. L. N. "Prefácio". *In*: LIMA, M. R. S. *et al*. **Atlas da política brasileira de Defesa**. Buenos Aires: CLACSO / Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

ANTUNES, A. *et al*. "A Cooperação Marítima Brasileira e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como Instrumento de Projeção Internacional". **Anais do XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 2019.

AZEVEDO, F. D. “A CPLP e o Atlântico Sul”. **Texto para Intervenção no VIII ENABED**. Brasília: Ministério da Defesa, 2014.

BARBOSA JUNIOR, J. **O emprego das Forças Armadas em operações de paz e humanitárias**: o contributo da CPLP (Trabalho de Investigação Individual do CPOG - Curso de Curso de Promoção a Oficial General). Pedrouços: Instituto Universitário Militar, 2018.

BERNARDINO, L. M. B. “A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”. **IDN: Nação e Defesa**, n. 128, 2011.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 10/04/2020.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 10/04/2020.

BRASIL. Ministro da Defesa (2011-2015: Celso Luiz Nunes Amorim). **Discurso por ocasião à abertura do III Simpósio das Marinhas da Comunidade de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 1996. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 10/04/2020.

CASTRO, T. “O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico”. **Revista da Escola Superior de Guerra**, vol. 136, n. 2, 1997.

CASTRO, T. **Geopolítica**: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, W. M. "Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia". **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org>. Acesso em: 17/10/2019.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos**. Oeiras: CPLP, 2011. Disponível em: <https://oceano.cplp.org>. Acesso em: 12/10/2019.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **XIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP**: Declaração Final. Santa Maria: CPLP, 2011. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 17/10/2019.

DEFESATV. "Marinha do Brasil encerra sua participação no exercício multinacional 'Obangame Express 2019'". **DefesaTV** [18/06/2019]. Disponível em: <https://www.defesa.tv.br>. Acesso em: 15/10/2019.

EIRAS, R. "Segurança Energética na CPLP: um Imperativo Estratégico". **IDN: Nação e Defesa**, n. 136, 2013.

IEA – International Energy Agency. "Statistics". **IEA** [2019]. Available in: <https://www.iea.org>. Access in: 12/10/2019.

LIMA, M. R. S. *et al*. **Atlas da política brasileira de Defesa**. Buenos Aires: CLACSO / Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

MATOS, A. "Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspectiva de Cabo Verde". **IDN: Nação e Defesa**, n. 131, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Marinha do Brasil. "Marinhas do Brasil e Portuguesa conduzem 1º exercício de partilha de informações sobre o Tráfego Marítimo entre os países da CPLP". **Marinha do Brasil** [24/09/2019]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br>. Acesso em: 12/10/2019.

MIYAMOTO, S. "O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 52, n. 2, 2009.

MONGIARDIM, M. R. "A nova face da CPLP". **Academia.edu** [2014]. Disponível em: <https://www.academia.edu> Acesso em: 25/09/2019.

MOURY, T. "Forças armadas de países de língua portuguesa realizam exercício conjunto no Brasil". **Diálogo Americanas** [2017]. Disponível em: <https://dialogo-americas.com>. Acesso em: 12/10/2019.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico-Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PRAZERES, M. F. L. L. "O Brasil e a CPLP: oportunidade a ser ainda mais explorada". **Defesanet** [2019]. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br>. Acesso em: 12/10/2019.

RIZZI, K. R.; CRUZICHI, I. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, vol. 2, n. 4, 2017.

SILVA, D. D. “Das Caravelas à Cooperação Sul-Sul: o Atlântico lusófono em perspectiva comparada no âmbito da Defesa e da Segurança Internacional”. **Textos da Conferência Internacional "Espaço Lusófono" (1974/2014) - Trajectórias Económicas e Políticas**. Lisboa: CESA / CSG / Instituto Superior de Economia e Gestão/ Universidade de Lisboa, 2014.

SILVA, D. D.; CARVALHO, C. A. “Military Technical Cooperation for Development – The Brazilian Perspective of Interaction for the 21st Century”. **Revista da Escola de Guerra Naval**, vol. 25, n. 1, 2019.

SOUZA, J. M. “Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?”. **Revista Brasileira de Geofísica**, vol. 17 n. 1, 1999.

TEIXEIRA, A. M. F. R. **Possibilidades e oportunidades de emprego das Forças Armadas da CPLP no Quadro da Arquitectura de Paz e Segurança Africana** (Trabalho de Investigação Individual do CPOG - Curso de Curso de Promoção a Oficial General). Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2011.

VARELA, O. B. “The Crossroads of Defence and Security in the Middle Atlantic: Cape Verde between NATO‟s Swordand the African Wall?”. **Direito e Cidadania**, Ano VII, n. 25 / 26, 2007.

CAPÍTULO 4

A Cooperação Internacional Brasileira com os PALOP: Uma Avaliação de sua Evolução e Involução da Perspectiva Sul-Sul

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA COM OS PALOP: UMA AVALIAÇÃO DE SUA EVOLUÇÃO E INVOLUÇÃO DA PERSPECTIVA SUL-SUL

Mariana Herreira Gonçalves Pertile

André Santos da Rocha

Os últimos 20 anos foram marcados por uma conjuntura onde novas estratégias foram tomadas por países para sua inserção no cenário internacional, essas assumiram feições seja sob os prismas geoeconômicos e/ou geopolíticos. Essa conjuntura é caracterizada por um relativo enfraquecimento da hegemonia americana e consolidação de redes hierárquicas de poder (AGNEW, 2008) e, consequentemente, pela emergência de novos atores como *players* econômicos e diplomáticos, destaca-se os ditos "países emergentes" dos BRICS. O Brasil destacou-se bastante, em especial entre os anos 2003-2010, por assumir uma nova estratégia diplomática com fortes traços geopolíticos (ROCHA, 2019) ao buscar por uma aproximação com países do Sul Global, sob a perspectiva da Cooperação Sul-Sul (CSS). Para inúmeros autores o continente africano esteve na centralidade política desta diplomacia (MILANI, 2012; LIMA, 2005; ROCHA, 2018).

Por isso, torna-se importante compreender aspectos dessa iniciativa brasileira sob o prisma Sul-Sul, dando especial atenção aos seus principais parceiros no continente, os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) com destaque para os governos Lula#Dilma (2003-2016). Sobretudo porque, segundo Paulo Visentini (2010), no referido período foi construído um "novo expansionismo pró-África", bem como as consequências da ação de outras envergaduras da política eterna adotadas após 2016, que

marcou um abandono da vertente Sul-Sul na abordagem de cooperação.

Assim, proposta deste capítulo é apresentar a cooperação internacional brasileira pensando em sua relação com os PALOP, avaliando a perspectiva de evolução e involução concernentes aos acordos e projetos de cooperação técnica e o discurso da Cooperação Sul-Sul (CSS), tendo como questão entender a ambiguidade desta diplomacia, bem como apontar seus caminhos atuais. Para realizar esse estudo tomamos como base a análise conjuntural da diplomacia brasileira em conjunto a coleta e interpretação de dados sobre a cooperação internacional brasileira presente em informações disponibilizadas pelo MRE (Ministério das Relações Exteriores) e da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), bem como os relatórios publicados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a respeito da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi).

Sendo assim, a primeira seção se constrói apresentando elementos conjunturais, teóricos e analíticos que permitem entender a cooperação internacional, a agenda sul-sul e as relações de poder. Tomando como efeito uma revisão bibliográfica e interpretações contemporâneas sobre os rumos do modelo de Cooperação Sul-Sul (CSS).

A segunda seção possui o enfoque no histórico da agenda brasileira para África com enfoque nos PALOP. São destacados com maior ênfase o mandato do governo Lula (2003 – 2010), quando a CSS passou a ser utilizada como uma de suas estratégias (para além de ações diplomáticas e comerciais), de forma a se aproximar sobretudo da América Latina e do continente africano, dando um novo impulso a essas parcerias. Isto decorre a partir de um novo olhar para sua rede de influência, buscando uma diversificação em sua política externa, diminuindo sua dependência de parcerias tradicionais, sobretudo dos EUA. Tal ação foi desenvolvida em

diferentes frentes como: aumento de investimentos, perdão de dívidas, abertura de novas embaixadas, projetos de cooperação.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos alguns apontamentos sobre o declínio dos investimentos e a diminuição da agenda de cooperação para a África. Isso expressa a variação da intensidade e volume, que vai diminuindo desde o fim do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, e se intensifica nos governos subsequentes. É possível observar uma tendência de afastamento, o que levanta questionamentos sobre como a Cooperação Sul-Sul se insere na agenda das relações internacionais brasileiras e quais motivos propiciaram tal tendência.

ELEMENTOS CONJUNTURAIS, TEÓRICOS E CONCEITUAIS: COOPERAÇÃO, PODER E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

A conjuntura política contemporânea vivenciado no contexto da globalização produziu uma intensificação das trocas e transações comerciais. Do ponto de vista político, fim da Guerra Fria inaugura uma nova cisma, antes pautada sobre o prisma Leste-Oeste, onde haveria uma disputa hegemônica pautada na tensão existente até então entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS), agora para uma tensão construída a partir do horizonte Norte-Sul, que materializa as diferenças econômicas, tecnológicas e os desafios sociais enfrentadas pelos países, marcando de forma simplificada a complexidade da assimetria do sistema-mundo.

A tensão Norte-Sul não se constitui de um atributo de localização, cujo a inserção se baseia na posição referente à Linha do Equador. Ela advoga raízes históricas e condições de

desenvolvimento econômico e social desiguais, além de matrizes coloniais e colonizadoras constituídas de forma desigual na longa duração de nossa civilização (QUIJANO, 2005).

A forma de interpretar diferentes elementos da riqueza e da pobreza das nações no sistema internacional não é nova, bem como a busca de alternativas para superar a dimensão das desigualdades. Desde a segunda metade do século XX, existem políticas que se constituíram modelos de superação dos problemas, estes estavam inseridos em ações de Ajuda Humanitária ou por transferência tecnológica marcada pela orientação Norte-Sul. O grande debate é que o modelo de superação baseado em uma relação assimétrica não estaria produzindo modelos desenvolvimento equivalentes, uma vez que haveria contrapartidas baseada em interesses de países do norte na aproximação com os países do Sul (AYLON, 2007; MILANI, 2012).

As críticas a este modelo assimétrico e a busca de alternativas mais horizontais na cooperação internacional tem origens também no mesmo período. Desde a Conferência de Bandung (1955), que reuniu diversos países africanos e do sudeste asiático, já apontava para modelos de cooperação que fossem além de uma pauta do Norte ou marcada pelas grandes potências hegemônicas - naquela ocasião os Estados Unidos da América e a União Soviética. Não é à toa que o geógrafo Yves Lacoste (1991) escreve um livro para tratar desta concepção, intitulado "Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas". Aquela conferência apontava para a superação de um certo neocolonialismo, que poderia ser nutrido das alianças para o desenvolvimento que partissem da pauta do Norte para o Sul. Embora existiam políticas e iniciativas de alguns países do Sul para aproximações nesta busca do desenvolvimento, elas eram tímidas e restritas a iniciativas particulares, como foi o caso brasileiro com a Política Externa Independente nos governos de Jânio Quadros (1961-1964) que se detinha a buscar aproximações

com países da África e da América Latina. Neste sentido, a aproximação entre esses países do Sul Global, seria uma estratégia de empoderamento, portanto uma forma de exercício de poder, que se materializa a partir da Cooperação Internacional (ROCHA, 2019).

Assim, o fim da Guerra Fria e o avanço da globalização econômica inauguram um quadro muito favorável às novas configurações do poder na contemporaneidade. Para John Agnew (2008), há uma redefinição de diferentes pontos (econômicos, políticos, técnicos e culturais) que permitem tanto a emergência de novos atores quanto da construção de novas estratégias de poder. Como se sabe, o exercício do poder na histórica política internacional sempre foi pautado pela superioridade econômica e militar. Todavia o avanço das novas tecnologias de informação, a conjuntura de um quadro político "Multi-unipolar", a valorização da opinião pública internacional, e avanço de pautas de agenda comum como a do meio ambiente, e mais recentemente da crise sanitária imposta pelo cenário pandêmico, tem indicado a coexistência de modelos espaciais de hegemonia.

O uso do termo hegemonia parte da sua diferenciação em envolver tanto a coerção, mas também o reconhecimento demonstrado por mecanismos que abarcam poderio técnico, econômico e diplomático. No contexto de globalização, instituições como o FMI e o Banco Mundial a exercem através do mecanismo econômico, via capital, por meio de empréstimos, restando para os países da semiperiferia adotar medidas de reajuste de conduta de forma a se inserir na globalização. Contudo, mesmo que esse discurso esteja baseado em questões postas como “universais”, grande parte delas são inverdades: o acesso à informação é seletivo; há o aprofundamento das desigualdades; além do crescente endividamento. Fredric Jameson (1985) levanta o papel desempenhado pelas imagens para a consolidação da globalização, a força das propagandas e sua relação com uma construção cultural,

de símbolos para o ideal de consumo. Dessa forma, revela como essa nova fase do capitalismo está fundada em mais contradições e mitos que são postos como "verdades", onde lugares são unificados pelo capital, porém fragmentados por suas próprias estratégias, resultando em territórios de valorização e desvalorização.

Dentro dessa lógica, para atingir as metas colocadas, países da periferia e semi-periferia buscam alternativas menos agressivas e, por vezes solidárias, assim, a Cooperação Sul-Sul surge então como uma forma de aproximação entre os países ao abrir oportunidades de desenvolvimento de projetos que visam melhoria em domínios sociais, embora segundo Emma Mawdsley (2017) alguns elementos desta cooperação possam ser questionadas. Esses projetos contribuem na elucidação de como o campo do conhecimento pode e deve ser visto também enquanto campo de poder, uma vez que o Brasil possui uma ação reativa frente a esses projetos. Isto significa que é solicitado ao Brasil pelos países receptores a elaboração dos projetos. Assim, o poder nessa dinâmica se encontra fundado na superioridade tecnológica e informacional, a partir desse domínio do conhecimento e noção de levá-lo a outros países junto ao desenvolvimento – aqui se pode associar também uma noção colonizadora.

A Cooperação Sul-Sul é definida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância como "um processo em que dois ou mais países em desenvolvimento buscam atingir objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos". Ela tem como marco o lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) em 1978, o qual promove a implementação da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Conta ainda com a Resolução nº 64/222, de 21 de dezembro de 2009 que, ao celebrar os trinta anos do PABA, consolidou-se um marco entre os países do Sul como meio de

colaboração, troca de experiências e conhecimento para se atingir metas de desenvolvimento e fortalecimento de suas capacidades.

A CSS se coloca em primeira instância como uma alternativa frente às relações norte-sul, seriam elas construídas sobre elementos como horizontalidade, não condicionalidade, não interferência e não indiferença. Todavia para Emma Mawdsley (2017), essa estratégia se revela também como proposta contraditória, quando observadas segundo alguns aspectos que envolvem elementos econômicos na cooperação, podendo promover assimetrias. Como a autora coloca:

> Essas intervenções trouxeram deslocamento e violência, extração e exploração - mas também trouxeram estradas, eletricidade, empregos e produtos baratos. Para muitas pessoas comuns em países mais pobres, eles ajudaram a alimentar esperanças de "futuro moderno", bem como medos e ressentimentos… (MAWDSLEY, 2017, p. 5).

Muitos dos aspectos que envolvem os desdobramentos da cooperação Sul-Sul estão diretamente envolvidos com as transformações territoriais. Necessitamos pensar que a materialização das novas agendas de desenvolvimento, transferência de tecnologia, acordos comerciais entre outras ações, tem impacto significativo na vida social dos países envolvidos. Por isso entendemos que partirá do território a observação dessas interações políticas. Para isso, compreendemos o território como "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ademais, para Saquet (2017a, p. 38) sua principal característica é:

> a de abarcar componentes e processos sociais e naturais, áreas e redes, circulação e fixos, sujeitos e instituições, identidades e diferenças, mudanças e permanências, apropriações e desapropriações, poderes e contrapoderes, singularidades e generalidades (...).

Nesse sentido, ele consegue expressar uma imagem do exercício do poder, e permite observar suas consequências em um sistema assimétrico que se estabelece estando inserido em um contexto de competitividade e desenvolvimento. Logo, ainda que haja a proposição de uma ação conjunta, é possível perceber uma hierarquização constituindo uma relação marcada pelo poder, que neste contexto está associado ao conhecimento.

Assim, sendo o lócus das transformações e implicações do poder, sua ressignificação vem sendo (re)elaborada desde a Guerra Fria, quando a lógica contínua dos Estados-Nação é sobreposta com uma lógica em rede marcada pelos fluxos, sobretudo de investimentos provenientes dos EUA, e por uma variedade de atores e de tempos. A emergência dessa lógica traz à luz uma nova percepção sobre o poder e seus detentores para além da figura central do Estado, permitindo uma infinita gama de centros de poder. Assim, sua compreensão expande para além da dimensão material, atingindo também o imaterial, abarcando força e saber (RAFFESTIN, 1993).

Neste sentido, para muitos autores a territorialização da diplomacia brasileira representa feições de dominação e do subimperialismo (GARCIA; KATO; FONTES, 2012; ROSSI, 2015). Assim, coloca-se em confronto a dualidade dessa diplomacia "solidária" e "humanista", logo coloca-se principalmente em questão as transformações territoriais provocadas pelos projetos de cooperação. Destarte, enquanto há o compartilhamento de

experiências e conhecimentos técnicos, fundamento previsto em sua atuação, há também o reconhecimento da sua expertise e deve-se pensar ainda em como esse conhecimento será reconduzido no país receptor, isto é, em como ele será adaptado e posto em prática. A aplicação desses projetos pode envolver, ao mesmo tempo, lógicas de apropriação (material e imaterial, cultural, de recursos e terras), como também ações solidárias que demandam um compromisso social de ajuda mútua. Sobretudo porque o desenrolar desses projetos envolve a atuação de grupos de diferentes níveis tentando colocar seus valores e ideais em detrimento de grupos sociais mais frágeis.

Adiciona-se também a ampliação da sua rede de influência, marcado pelo aumento do número de embaixadas pelo continente africano e pela internacionalização de empresas brasileiras, que expõem sua territorialidade. Logo, se por um lado tem-se o perdão de dívidas e abertura de novas embaixadas – que representam a materialização da rede de influência brasileira –, por outro lado tem-se grupos não-estatais (como empresas, elites locais) interessados na abertura de mercado e em busca de recursos e investimentos.

Para Paulo Visentini (2010) essa diplomacia africana é vista também como uma estratégia para seu prestígio e aproximação com países com uma "ligação comum". A língua portuguesa é um destes "elos". Não é à toa que os PALOP configuram os maiores receptores dos projetos de cooperação do Brasil no continente africano e claramente são importantes parceiros diplomáticos. Tal proposta se apoia no princípio da horizontalidade entre países receptores e doadores – em contraste com a verticalidade das relações Norte-Sul –, não obstante o Brasil emerge enquanto novo ator para além dos atores tradicionais do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (DAC/OCDE). Dessa forma, há a promoção da imagem brasileira frente ao âmbito

internacional, impulsionando seu poder de barganha frente a órgãos internacionais.

No que diz respeito aos PALOP, houve gradual intensificação na relação desde o final do século XX como reforço ao movimento anticolonialista e ao fortalecimento do idioma, promovendo intercâmbio e cooperação principalmente na área da educação. Porém a intensidade desta aproximação possui claramente uma filiação com a orientação da política externa, como será abordado.

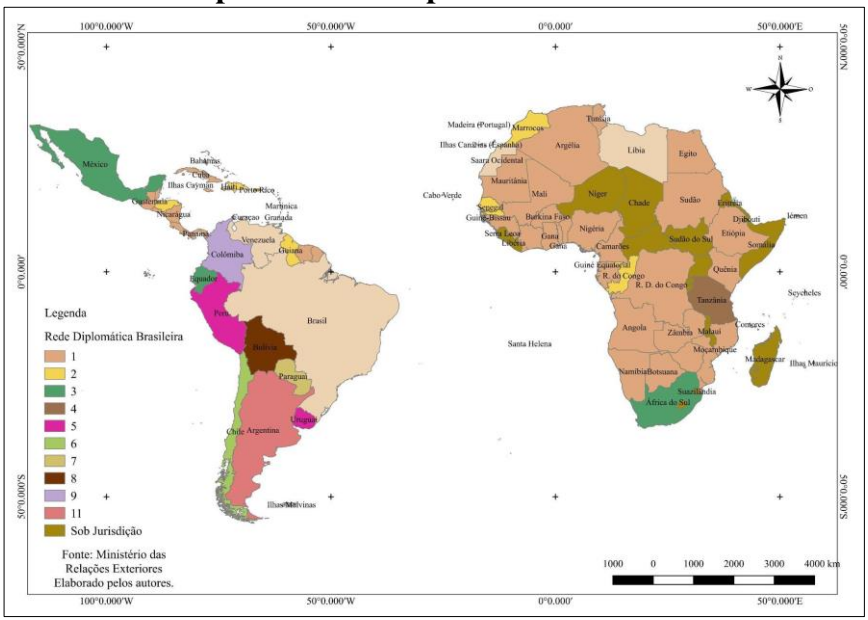
A COOPERAÇÃO SUL-SUL, OS PALOPS E A RECENTE AGENDA BRASILEIRA

A proposta da diplomacia brasileira é marcada por um paradigma que se fez presente, em diferentes níveis, desde o seu lançamento. Sua característica universalista foi um elemento importante que ultrapassou as barreiras das instituições, alcançando a sociedade civil com a ideia de que o Brasil é digno de um lugar de destaque no cenário internacional. Para sua manutenção deve-se levar em conta fatores tanto internos quanto externos que influenciam em sua elaboração e prática. Assim, sua elaboração deriva desde a concepção de seus formuladores às crises internacionais, implicando, ainda com a continuidade de seus valores, em uma variação na sua implementação.

Sendo assim, a busca por parceiros de diferentes pontos geográficos tem sido uma estratégia que levou o Brasil a ganhar destaque e apoio para a defesa de interesses frente à agenda internacional. Tendo como força motriz o desenvolvimento econômico, a diversificação geopolítica brasileira encontra nos países do Sul Global uma forma de expandir sua rede de influência,

garantindo o apoio necessário para exercer papel de destaque em fóruns internacionais. Como forma de representação, o mapa abaixo mostra os países em que o Brasil possui uma ou mais repartições consulares (dentre elas estão os consulados, consulado-geral e consulado honorário), ou até mesmo que não possui repartição, porém integram a rede diplomática.

Mapa 1 - A rede diplomática brasileira



No Brasil, ao longo do mandato do governo Lula (2003 – 2010), a CSS foi utilizada como uma de suas estratégias, dando um novo impulso nas parcerias dos países do Sul Global, sobretudo da América Latina e do continente africano. Isto decorre a partir de um novo olhar para sua rede de influência, buscando uma diversificação em sua política externa, diminuindo sua dependência de parcerias

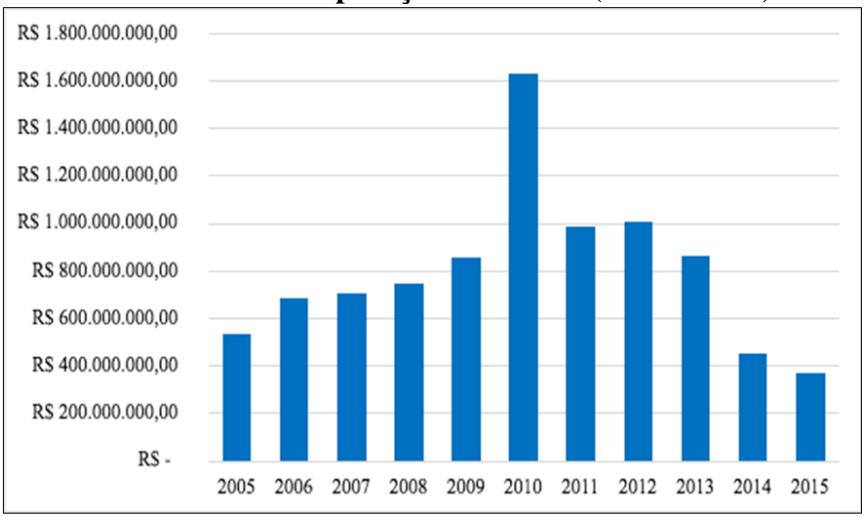
tradicionais, sobretudo dos EUA. A construção desta agenda de cooperação coincide em a construção do "entorno estratégico" brasileiro, que é a zona geográfica da qual o Brasil deve se projetar geopoliticamente. Compreende-se também que além de um alinhamento estratégico, há um alinhamento de sua política interna que percebe a cooperação como uma forma de aproximação e colaboração com os países do Sul Global. Isso fica muito evidente em umas das falas do ex-presidente, na II Cúpula América do Sul-África, realizada em Isla Margarita, em 26 de setembro de 2009:

> Desde nossa primeira Cúpula, essas trocas já aumentaram 50%. Queremos fazer da cooperação um fator de emancipação técnica e tecnológica. Compartilhamos experiências bem-sucedidas em matéria de saúde, agricultura e energia. Acreditamos no poder de transformação de uma parceria entre regiões que vivem realidades semelhantes e enfrentam problemas comuns. O Brasil e a América do Sul apostam nos 800 milhões de africanos que querem realizar a promessa de um continente com vastas riquezas naturais e sólidas perspectivas de crescimento.

A fala acima é representativa, sobre os aspectos inerentes da cooperação Brasileira, em especial da cooperação técnica, que valorizou além das premissas da CSS, consolidou-se majoritariamente nas áreas de Educação, Agricultura e Saúde (ROCHA, 2018). Ainda se evoca que os referidos países destes continentes apresentam similitudes e afinidades que são potencialidades desta aproximação. Esse discurso, com feições geopolíticas (CAIRO, 2008), é na verdade uma forma de legitimação das ações da política externa e da diplomacia que privilegiou a África e a América Latina, que se consolidou em volumes destinados a

cooperação internacional. Assim, houve um esforço gradativo brasileiro em investir na cooperação nos primeiros anos (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Gastos do governo federal com a cooperação brasileira (2005 – 2015)



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de: IPEA (2018).

A mudança política que veio com tal governo não pode ser entendida sozinha. É preciso ter noção que houve também uma mudança na visão da burguesia brasileira a qual sem o apoio não seria possível sua execução – derivado principalmente pela valorização de *commodities* minerais energéticas e agrícolas. Confluindo os interesses de um lado de uma política externa nova, e de outro os interesses dessa burguesia em ascensão na busca por novos mercados para suas mercadorias.

Nesse sentido, há uma ressalva a partir do momento que se identifica duas linhas de ação que constituem a política externa brasileira para esses países. No caso da "Diplomacia Africana", a primeira e já comentada que é o interesse comercial que oferece um retorno a curto prazo, e que pode ser representado sobretudo por Angola e Moçambique, chamados de Grandes PALOP. Tais Estados são caracterizados por um desenvolvimento econômico superior em comparação aos outros países, e se sobressaem como receptores de investimento estrangeiro direto, sem contar a presença da exploração de petróleo nesses países.

Por outro, os PALOP são incorporados para além de interesses puramente econômicos, com um viés cultural altamente relevante. O elo histórico a partir da colonização portuguesa e o estabelecimento de fluxos entre os dois lados do Atlântico ressoa também nas relações estabelecidas atualmente. Dessa forma, compartilhar uma língua em comum impulsionou o estreitamento das relações, tendo como marco a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa[32]), criada em 1996, institucionalizando cooperação em diferentes áreas, tendo como fundamento a identificação linguística. Não obstante, ainda que a representação desse bloco nas trocas comerciais não seja expressiva – estima-se que os PALOP representam em torno de 1% do total de trocas brasileiras –, os projetos de cooperação técnica ganham destaque.

Entre 1999 e 2021, a educação e a saúde foram os setores que se destacam entre volume de atividades isoladas, seminários e cursos de capacitação aplicados. Nesse contexto, vale ressaltar que a educação foi o setor que mais teve projetos – foram ao todo 61, o que representa 16,22% do total –, dado que corrobora com a percepção de identificação linguística.

[32] São Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste.

Como exemplo há a implementação de Centros de Formação Profissional, aplicados em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Tem como objetivo a capacitação de jovens e adultos que poderão atuar em atividades produtivas. Ao aprofundar tal posicionamento, percebe-se que tal domínio consegue atender aos interesses brasileiros seja de reforço ao laço cultural, que estende receptividade a elaboração de políticas e estabelecimento de acordos multi e bilaterais. Assim, a proposta de cooperação abarca diferentes setores visando o aprimoramento de indicadores sociais e econômicos de forma a atender também a agenda internacional de desenvolvimento, como já abordado.

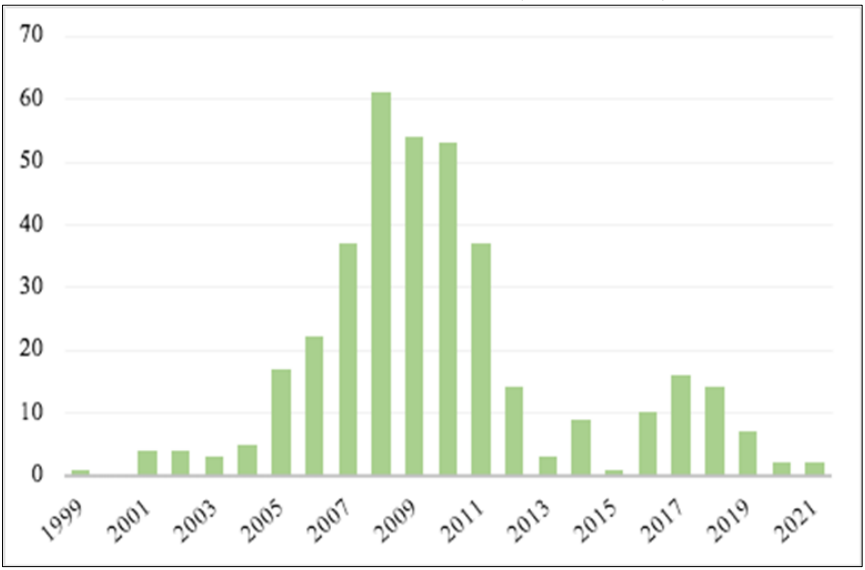
Estes exemplos de cooperação, implicam sim em profundas materializações nos territórios onde os projetos foram desenvolvidos, que de um lado pensando os projetos na área de educação trazem complementariedades, emancipações, possibilidades de formação e vínculos territoriais, colocando em prática elementos primários da CSS. De outro lado grande projetos de desenvolvimento, fortemente vinculados ao campo da agricultura, servem como modelos de espoliação dos territórios, como foi o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. A leitura territorial dos projetos é vital para entender essa nova gramática da geopolítica que tem na diplomacia sua estratégia primeira.

De forma a quantificar as ações e projetos realizados nos PALOP, têm-se o Gráfico 2, que indica o curso dessa relação de aproximação entre os países em questão, onde é possível observar que a partir do Governo Lula – início em 2003 – há o crescimento paulatino no volume dos projetos atingindo seu ápice em 2008, e depois, a partir desse ano observa-se uma diminuição, sendo assim válido examinar os motivos que traçaram esse perfil.

Os anos iniciais do século XXI foram marcados pelo início dessa aproximação, razões que já foram abordadas no presente estudo, porém é válido apontar que uma mudança é evidenciada

ainda no Governo Lula. O ano de 2008 é caracterizado pela crise econômica provocada pela eclosão da bolha imobiliária norte-americana. No Brasil, o impacto ocorreu devido ao ciclo das *commodities*: com dependência em relação aos produtos primários, a queda dos preços impactou negativamente a economia brasileira.

Gráfico 2 - Quantidade de projetos realizados nos PALOP (1999-2021)



Fonte: AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (Ministério das Relações Exteriores).

Com o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) esperava-se que ela mantivesse a linha da política externa do governo anterior. Contudo, com os ajustes feitos (principalmente com cortes orçamentários) percebe-se que tal continuação ficou em um plano muito mais de discurso do que práticas – observado pelo decaimento do número de projetos. Isso é resultado de um cenário hostil frente

aos efeitos acentuados da crise internacional, provocando mudanças e instabilidade nacional despontada pelas obras para a recepção dos grandes eventos, a queda do preço das *commodities* e pouco mais tarde a Operação Lava Jato. Com as medidas adotadas para contornar esse cenário, aos poucos irá se perdendo o apoio recebido no governo anterior, especialmente das parcelas do empresariado. Há o desencadeamento de desencontros, uma vez que ações para atender interesses de um grupo desagradam outro, e no final depara-se com a fragmentação da base de apoio e insatisfação tanto do empresariado quanto de movimentos sociais, o que levaria ao seu *impeachment*.

Com o *impeachment* de Dilma e a assunção do seu Vice Presidente Michel Temer, fica claro uma alteração de objetivo com ações ortodoxas (entendido como uma ruptura ao perfil dos governos anteriores e desvinculação da chapa PT-PMDB). Com isso há uma ressignificação das relações com enfoque econômico o que reafirma a tendência de queda, reforçado pelo discurso de posse de José Serra enquanto Ministro das Relações Exteriores em 18/05/2016:

> Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos

> benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos.

Seu governo breve serviu de prenúncio para o que estaria por vir. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, em seu segundo discurso como Presidente da República consolida a troca de visão ao afirmar que iria "retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais". Com falas polêmicas, durante o processo eleitoral houve dúvida quanto a visão que o continente africano teria na política externa brasileira. Ao ser eleito e nomear Ernesto de Araújo como Ministro das Relações Exteriores, ficou evidente o seu realinhamento voltado aos EUA. Para mais, o até então ministro definiu os setores de interesse em seu discurso de posse de forma pragmática ao afirmar que o "Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia", confirmando uma tendência de distanciamento que, entretanto, não pode ser compreendida como paralisação de interlocução. Importante colocar ainda que a eclosão da pandemia COVID-19 em dezembro de 2019 teve impactos significativos na política internacional associada ainda a uma crise sanitária e econômica que devem ser levadas em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No pós-Guerra Fria, os países do Terceiro Mundo passaram por um processo de adequação de forma a atender uma agenda internacional patrocinada pelos EUA, sendo representado pelo Banco Mundial e FMI. Porém, tal adaptação acabou por acentuar ainda mais o cenário de inflação e crises sociais desses países. Não obstante, o Brasil aponta uma mudança estratégica para superação a

partir do ajuste de sua política externa: a integração do Cone Sul (uma superação de dentro para fora).

Durante o Governo Lula, percebe-se que tal estratégia é mais explorada, voltando-se para além dos países da América Latina. Isso revela uma ressignificação não apenas para a condução da política externa, mas também sobre o olhar que se tinha do Brasil enquanto um país emergente. Assim, valer-se desse poder barganha acompanha a tendência que aflorava no sistema internacional de multipolaridade.

O potencial revelado para novas formas de relação fortaleceu esse novo olhar para além do eixo vertical Norte-Sul. Nele, países como os BRICS estabelecem novas parcerias almejando maior inclusão no processo de definição das agendas. Dessa forma, o campo de atuação brasileiro cresce conforme o estabelecimento contato com os países do Sul Global. Ainda que seja um grupo diverso, há uma identificação principalmente pelos problemas sociais enfrentados e a necessidade de reestruturação no campo do desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul torna-se um elemento chave e estratégico ao passo que o Brasil inicia sua atuação enquanto um novo doador. Assim, ainda que o discurso sobre cooperação esteja pautado em aspectos como solidariedade, não-interferência e autonomia; o seu desenvolvimento não está desassociado a projeção brasileira e o exercício de seu poder, em especial técnico-informacional.

A construção da postura diplomática brasileira com a África, em especial com os PALOP, tem forte relação com o posicionamento da política externa adotado pelos governos brasileiros. Percebe-se nitidamente que há um processo de evolução/crescimento e involução/diminuição que se manifesta nos números de acordos e projetos, mas também das inclinações diplomáticas. A Cooperação Sul-Sul claramente adotada como uma

estratégia diplomática e geopolítica é abandonada paulatinamente nos últimos anos.

Assim, mesmo que historicamente ocorra mudanças na abordagem da política externa, seja entre realinhamento com os EUA ou o chamado universalismo, isto decorre desde fatores internos (pressão de grupos, mudança de governo) e fatores externos (conjuntura internacional). Porém, buscar por opções de autonomia, evitando assim a dependência na figura de um parceiro em específico, permitiu ao Brasil maior flexibilidade de inserção, e na conquista de apoio frente a fóruns internacionais.

Em uma análise qualitativa, a territorialização dos projetos de cooperação, auxiliaram na tessitura da rede de influência brasileira, e como ela se coloca frente a dinâmica do cenário global (THÉRY, 2008). Assim demonstra que por mais que se discurse a respeito de uma alternativa, permanece com visões de Norte-Sul, isto é, o Brasil acabando reproduzindo ações presentes em suas críticas aos acordos desiguais entre Norte e Sul, sobretudo quando pensados aspectos relativos à dinâmica econômica e incentivo em projetos de desenvolvimento regional (ROSSI, 2015). Ademais, aproveita-se também como abertura à internacionalização de suas empresas que acabam por confundir-se com a lógica da cooperação, provocando tensão com grupos sociais. Contudo, observou-se ainda que paira uma tendência de distanciamento provocado por um realinhamento político voltado à parceiras consideradas "tradicionais".

Nesse sentido, essas mudanças territoriais também revelam o quanto a dimensão simbólica com a transferência de conhecimento e informações é parte constituinte importante da sua política externa e sobretudo de poder (SANTOS, 1996). Poder esse que embora seja para promover a liberdade (ARENDT, 2002), com os outros a partir do consenso, cooperação e solidariedade possui uma face operante com o controle de circulação e de acesso a recursos.

É importante romper com uma visão ortodoxa negativa, e evocar uma visão que entenda os PALOP como atores de sua história, com demandas e interesses. Esse movimento visa abranger também atores sociais historicamente excluídos dessa tomada de decisões para enfim resgatar a autonomia e empoderamento inicialmente pretendido. Bem como aprimorar o olhar sobre a importância da política externa brasileira nos estudos geográficos.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. "A nova configuração do Poder Global". **Caderno CRH**, vol. 21, n. 53, 2008.

ARENDT. H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AYLLON, B. A evolução histórica da Cooperação Sul-Sul. *In*: SOUZA, A. M. (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2019-2021: Ernesto Henrique Fraga Araújo). "Discurso de Posse". **Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG** [19/11/2021]. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 20/12/2021.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). "Discurso por ocasião da Plenária da II Cúpula América do Sul-África. Isla Margarita, 26 de setembro de 2009". **Ministério das Relações Exteriores** [28/08/2015]. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 26/01/2022.

DA REDAÇÃO. “Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro”. **Veja** [01/01/2019]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 20/06/2021.

GARCIA, A. S. *et al*. **A história contada pela caça ou pelo caçador?**: Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: PACS, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**: levantamento 2014 – 2016. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20/12/2021.

JAMESON, F. “Pós-modernidade e sociedade de consumo”. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 2, n. 12, 1985.

LACOSTE, Y. **Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LIMA, M. R. S. “A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 1, 2005.

MAWDSLEY, E. “Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’”. **Progress in Human Geography**, vol. 41, n. 1, 2017.

MILANI, C. R. S. “Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul”. **Caderno CRH**, vol. 25, n. 65, 2012.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

QUIJANO, A. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 55, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática.1993**.**

ROCHA, A. S. “A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África”. *In*: RÜCKERT, A. A. *et al.* (orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2018.

ROCHA, A. S. “Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África”. **Confins**: Revista franco-brasilera de geografia**,** n. 39, 2019.

ROSSI, A. **Moçambique, o Brasil é aqui**: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. “Território, cooperação e desenvolvimento territorial: contribuições para interpretar a América Latina”. *In*: SAQUET, M.; ALVES, A. (orgs.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.

THÉRY, H. Globalização, desterritorialização e reterritorialização. **Revista da ANPEGE**, vol. 4, n. 4, 2008.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. “Cooperação Sul-Sul”. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 20/06/2021.

VISENTINI, P. F. “Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “*soft*”? As relações Brasil-África no governo Lula”. **Revista Século XXI**, vol. 1, n. 1, 2010.

CAPÍTULO 5

Breve Análise das Relações Constitucionais Internacionais de Integração do Brasil com África e seus Reflexos Econômicas, Sociais e Culturais

BREVE ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS DE INTEGRAÇÃO DO BRASIL COM ÁFRICA E SEUS REFLEXOS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS[33]

José Flávio Sombra Saraiva

Antônio Walber Matias Muniz

Para compreender os mecanismos que mantém as relações internacionais em constante movimento, é imprescindível antes entender qual sua base jurídica, da qual decorrem as variadas possibilidades de integração que estimulam o crescimento e o desenvolvimento nos países. Quer seja na área política, quer seja na área econômica, a questão internacional deve sempre observar as coerências, objetivos e até limitação estatal, tendo em vista que há de se resguardar a soberania de cada um dos agentes envolvidos.

O primeiro objetivo é avançar a confluência dos estudos das Relações Internacionais e no Direito, destacando a valorização das interações atlânticas dos países africanos com o Brasil. Para tanto, inclui-se o olhar paralelo das disposições constitucionais que norteiam a construção e o estabelecimento dessas ligações, levando em consideração especialmente o que dispõe o artigo 4º da CFRB/1988, posto que o parágrafo único faz menção às relações latino-americanas, não deixando expresso igualmente às relações com os países africanos, fator que será analisado em caráter inicial e

[33] O presente artigo resulta de pesquisa final desenvolvida em torno do período de estágio pós doutoral do autor José Flávio Sombra Saraiva com orientação de Antônio Walber Matias Muniz, Professor colaborador no Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (PPGD) e se insere nas investigações do grupo de pesquisa NEI (CNPQ/UNIFOR).

hipotético visando melhor compreender a omissão normativa acerca do tema em questão.

Ao final do século XX, segundo o Banco Mundial e o IPEA (2014, p. 3) a África se tornou um dos principais temas da agenda externa do Brasil, cumprindo salientar que o movimento não ficou limitado a este país. A confluência de mandatários de todo o mundo (SARAIVA, 2015) na renovada Adis Abeba, na Etiópia, no ano de 2013, no centro da União Africana (UA), é um exemplo da elevação do continente africano.[34]

O objetivo segundo deste artigo é historiar as duas margens atlânticas em experiências de cooperação e integração de países africanos que falam a língua e a cultura portuguesa nas passagens atlânticas. O Brasil e partes dos países que falam no oriente também participarão dessa experiência. Porém, o centro de pesquisa é a da cultura e dos feitos históricos da formação dos Estados recentes que na África falam a língua de Camões.

O centro geográfico da pesquisa são os países de formação de língua portuguesa nos Estados multinacionais que falam e se expressam em língua portuguesa. O seu campo inicial é o Atlântico Sul, ampla geografia mais dinâmica nos papéis das conexões e interações entre o Brasil e a América Latina. Outro campo refere-se à percepção de que Brasil ganha força e representatividade moderada quando se aproxima aos países africanos de fala e escrita na África em expressão pela língua portuguesa.

O terceiro objetivo é avançar as escolhas feitas pelos países e a articulação política na seara das relações internacionais do continente africano. Duas instituições e atores internacionais de cooperação e articulação, a Comunidade dos Países de Língua

[34] A leitura em torno dessa discussão entre africanos de hoje na África e os descendentes de africanos nas Américas são difíceis ainda de tratar com o léxico menos importante nas universidades africadas, como lembram os estudos do professor Ali Mazrui, um dos mais importantes africanistas mundiais. O professor faleceu no ano de 2017.

Portuguesa (CPLP) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no plano das relações internacionais de África, ganha mais intensidade nas pesquisas novas realizada em livros e artigos, bem como a nova literatura dos estudos de valor positivo e construtivo, tanto nos estudos das Relações Internacionais, tanto quanto nos estudos de Direito.

O quarto objetivo é finalmente avançar a confluência, nos estudos das Relações Internacionais e no Direito, a valorização das interações atlânticas dos países africanos com o Brasil (SARAIVA, 1996).

Os presidentes africanos decidiram mudar, depois dos 50 anos da criação da primeira organização em 1963, então intitulada Organização da Unidade Africana (OUA) atual União Africana. Novamente seminários pan-africanistas em Adis Abeba no maio de 2013, enxame de jornalistas de todas as cadeias de informação do mundo e a disseminação de notícias, entre outros, conviveram com os novos discursos renovados dos intelectuais africanos. Alguns vocalizaram a era da África. Outros, desconfiados da conjuntura altruísta, lembram que a África tem pés de barro (FUNAG; SARAIVA, 2015, p. 129).

Mas a África está na moda. É a sua Renascença. O momento é histórico e dá vez civilizatória à África. Por esse capítulo ajuda-se a explicar o grande vai e vem de Adis Abeba. O flash de Obama, com seus ancestrais, que esteve às festas africanas dos 50 anos de independências. Essas imagens, entre outras, criaram um espetáculo de uma nova visão dos países africanos na era da globalização.

Mas o mundo também mudou nas primeiras duas décadas do século XXI (SARAIVA, 2015, p. 130). O professor africano Ali Mazrui, um dos mais intelectuais presentes nos discursos acerca da África no mundo, chamou a atenção que a época é a de uma "África para os africanos". Neste sentido, (SARAIVA, 2015) seria

impensável que o Brasil atravesse a confiança depositada pelos africanos sem gestos de generosidade, compreensão e projeto de fundo transformador para o continente ribeirinho. Há algum movimento, particularmente de ensaios de financiamentos e apoio social e de saúde, a facilitar a internacionalização do financiamento brasileiro, além da cooperação técnica, mas os resultados são ainda longínquos das possibilidades do Brasil (SARAIVA, 2015, p. 132).

Preencher a fronteira atlântica do Brasil com capital político e projetos estruturais com impacto na paz e no desenvolvimento sustentável e sustentado na África ainda é um desejo (SARAIVA, 2015, p. 132). Ante o espelho de uma nova África, os africanos que gostam e respeitam os brasileiros, como os alunos da elite africana nova que recebemos todos os dias nas nossas salas de aula, não estão muito contentes com a tensão entre discurso e prática do Brasil na África, finaliza (SARAIVA, 2015, p. 132). As razões dessas desilusões ficam para a conclusão do artigo.[35]

O artigo se estrutura em quatro capítulos além da introdução e o último capítulo fala com o Ceará e com a área geográfica dos Estados nordestinos que vem valorizando a presença de alunos e empresários africanos nesse Estado. Ampliada esta estratégia brasileira de interação de jovens africanos no nordeste brasileiro, movem-se novas criações educacionais como a forja da criação da UNILAB nos Estados do Ceará e na Bahia, reunindo as iniciativas não apenas desta criação, mas também os movimentos que se iniciam em torno de vários aspectos com sensibilidade econômica própria.

Os Estados do Ceará, do Pernambuco e da Bahia vêm se destacando particularmente na densidade no vértice nordestino nas relações Brasil-África. O nordeste brasileiro tem todas as

[35] Este tema também é chamado por maiorias nos países africanos, mas também em países com grandes descendentes de africanos. Em todo o continente, o sentido de ser um outro, e não o espaço.

possibilidades para avançar esse projeto, embora essas articulações entre Brasil-África no vértice nordestino no caminho de mudanças positivas, só ocorram à margem do que preferiu o legislador constituinte a teor do parágrafo único do artigo 4º de nosso texto constitucional.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sob a perspectiva de que a construção de relações pacíficas entre países se torna necessária para que a convivência não seja permeada por conflitos, incluindo também os demais com os quais cada um estabelece seus vínculos de acordo com interesses da esfera pública, cada ordenamento jurídico detém a responsabilidade de apresentar direcionamentos que norteiam as relações internacionais para, então, poder-se criar alianças formais e parcerias de cooperação envolvendo crescimento e respeito mútuo, tal qual se verificam em Estados soberanos desde sua concepção no Tratado de Westfália em 1648.

Guiado pelo ensejo dessas reflexões iniciais, observa-se que as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil receberam singular atenção e, diante da impossibilidade de isolamento perpétuo, a preservação das fronteiras territoriais com os países vizinhos bem como o estímulo e da construção com fronteiras não-territoriais do outro lado do Atlântico ganharam força com o passar das décadas.

O contexto no qual o Brasil estava vivendo, qual seja o da saída de uma ditadura militar, estando diante de transição democrática quando da edição na normativa constituinte ao final da década de 1980, assim como o das turbulências globais em

decorrência da Guerra Fria, não se constituíram como entraves, mas sim como período de adaptação e de fortalecimento entre os laços com os países latino-americanos, embora tenha sofrido, por outro lado, quanto à estabilização da política exterior (VIZENTINI, 1999, p. 134; CERVO, 2002, p. 7-10).

Almeida (1990, p. 57-62) retrata que, ao fazer um comparativo entre as demais constituições e a Constituição de 1988, não havia paralelos que se pudesse estabelecer de fato no que tange a disciplina – ainda que geral – de matérias relacionadas à política internacional como a última o fez, além de explicitar de forma clara a divisão de responsabilidades e atribuições de competências para cada um dos Poderes.

A Constituição Federal brasileira em seu artigo 4º estabeleceu os princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil. Entretanto na leitura de seu parágrafo único, especificamente, apenas encontra-se menção a uma parte dessas relações de forma mais acentuada. Vejamos: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (BRASIL, 1988. Grifo nosso).

Frente a essa constatação, torna-se oportuno o seguinte questionamento: teria sido um lapso, ou proposital omissão do legislador constituinte em não trazer os povos africanos além de outras comunidades, para o discurso consolidado no parágrafo único do artigo 4º da CRFB/1988, uma vez que na África encontramos nossas raízes culturais e linguísticas muito mais do que com os nossos vizinhos da América espanhola? Até que ponto caberia uma justificativa para tanto ou quem sabe até um reparo, ainda necessário salvo melhor juízo, no próprio texto constitucional?

A hipótese mais provável a ser analisada do ponto de vista constitucional é a de que a referida omissão identificada, teria considerado diretamente a América Latina em virtude da aproximação territorial e por propor uma ação integrativa em virtude das potencialidades e benefícios de uma comunidade pacífica no eixo sul-americano. Contudo, ressalta-se que, para melhor interpretação do artigo referido, deve ser levado em consideração não somente o texto publicado em si, mas igualmente a percepção daqueles que participam do processo de aplicação ou execução do texto constitucional, apresentando suas considerações fundamentadas acerca da política externa brasileira (UZIEL; MORAES; RICHE, 2017, p. 5-7).

Em outras palavras, não seria apenas manter restrita ao texto puro ou à visão do Judiciário, percebendo a discricionariedade de poder agir para além da norma sem, entretanto, violar os preceitos constitucionais que lhe conferem validade, tanto é prova que a omissão não se constituiu em impedimento que, mesmo não constando explicitamente no parágrafo único do referido artigo 4º do texto constitucional brasileiro, as relações com os africanos foram ganhando destaque e relevância cada vez maiores, como será possível perceber nos capítulos que escrevemos adiante.

Ademais, tendo em vista que o dispositivo em questão não se trata de cláusula pétrea constitucional, a correção do equívoco ou omissão diante da percepção tardia dos legisladores, poderia ocorrer, segundo o ponto de vista observado nas constatações do presente texto, sem maiores obstáculos, considerando o fato de que um Projeto de Emenda Constitucional versaria com uma redação mais adequada, mais abrangente, do referido parágrafo único, ampliando, assim, os meios de integração com nações de outros continentes, propostas e estímulos de crescimento e desenvolvimento comuns com outros grupos de países que não somente os da América Latina,

mais precisamente com os países sul africanos ou aqueles dos quais herdamos a nossa língua materna e significativos traços culturais.

Como reflexo, independentemente se a alteração legislativa vier no sentido mencionado na forma de Emenda Constitucional, o fato é que o estabelecimento de novas políticas de integração e zelo com as relações afro-brasileiras pode figurar também como espécie de ressarcimento ou reparos decorrentes da dívida inestimável que o Brasil terá sempre com os países africanos, questões arraigadas desde o período colonial, por intermédio de acordos em diferentes esferas sobre temáticas variadas.

Uma excelente forma de demonstrar tal comprometimento foi o comprometimento do Brasil na formação da CPLP e dos PALOP. A Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) celebrada em 1996 que, guardando observância imperiosa das normativas constitucionais, conta com Estatuto que discrimina atos, competências, objetivos e demais disposições concernentes à proposta da Comunidade (CPLP, 2007). Quanto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o Brasil externou forte cooperação visando promover condições para o seu desenvolvimento, reduzindo os efeitos da exclusão econômica e social, colaborando na melhoria da qualidade de vida dos povos de seus respectivos países (ABC, 2020).

As duas instituições mencionadas serão explanadas de modo mais profundo nos capítulos seguintes, que perpassam por uma construção reflexiva sobre essa integração entre os países africanos entre si e destes com o Brasil, ao lado de apanhados históricos e experiências adquiridas.

A CPLP: NOVAS FORMAS DE MOVIMENTO NA ÁFRICA PORTUGUESA NOS PALCOS MUNDIAIS

A CPLP chegou ao seu dia para oficiar e informar ao mundo sua chegada aos outros sistemas de arranjos comunitários de Estados nas relações internacionais contemporâneas. Nasceu a CPLP como uma organização internacional em 17 de julho do ano de 1996, oficializada em Lisboa, Portugal, mais precisamente no CENTRO CULTURAL DE BELÉM, com pompa e alegria. Lá estavam em Portugal todos os países para formar a nossa convergência com a fala e fato da bela língua portuguesa. Era a imagem da superação dos velhos espectros da mancha colonialista que ficara para trás.

Contabiliza-se 23 anos em 2019 da crescente comunidade e que vem avançando, mesmo nos temos e teatros difíceis. Há na articulação agradável entre os Estados e os líderes que romperam os últimos indesejados: o colonialismo e os pós-colonialistas. O mundo da CPLP foi de festas e discursos. Juntaram-se os representantes da metrópole com os novos líderes de estados de velhas colônias e vários países colonizados pelos próprios portugueses.

A CPLP teve objetivo inicial de articular politicamente os Estados de línguas portuguesas às línguas outras, em forma de poder cavalar nas complexas e formas da globalização que emergiam no sistema internacional de poder naquele estágio da elevação e de interações estatais outras.

Coincide a formação da CPLP com os movimentos da expansão da China tanto para o Brasil, quanto para a Índia e África de países de língua portuguesa. A interação se fez por meios diplomáticos. Mas a CPLP não ficou apenas com os exercícios pragmáticos com países tão diferentes no globo.

A CPLP inicial que desejavam seus criadores eram articular vários Estados atlânticos do norte com o tanto campo aberto de cooperação e articulação no Atlântico Sul. Nasceu a organização nos primeiros interesses da participação de Portugal e o Brasil. E logo se apresentaram os novos Estados no campo africano e seus interesses de interação, mais vivas, nas novas relações internacionais do fim dos anos 1990.[36]

Para os fundadores, como o presidente José Sarney no Brasil, bem como o presidente português naquelas quadras, final dos anos 1990 e os inícios dos 2000, eram momentos para a busca dos sete países do mundo em forma de um conjunto que apenas tinham oficialmente falavam e escrevem na língua de Camões. Formaram-se na ideia de "identidade linguística" em primeiro momento de adesão à comunidade os países Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Como observador figurou à época o Timor Leste para em seguida tornar-se membro da aludida comunidade. E segue o interesse de Macau, já como um meio observador, também se apresentando para a porta larga das relações econômicas, políticas e estratégicas envoltas em aspectos voluntários como nas aproximações chinesas. A maior ponte do mundo, sobre rios e oceanos, é a nova ponte China-Macau, entregue pelo presidente da China recentemente (SARAIVA, 2001, p. 45-47).

Mas houve dúvidas e recusas no projeto da CPLP. Sua origem emergiu na base da formação portuguesa no mundo com grande força de dois países: o Brasil e Portugal. A fidelidade do Brasil a Portugal e suas afinidades foram os primeiros passos para as convergências.

[36] Esses foram momentos difíceis nas negociações entre as partes, afirma o Professor Flávio Sombra partícipe desse momento de transformação das relações internacionais que envolvia sensibilidades das partes, particularmente dos novos países africanos naquela quadra dos anos 1990.

Houve também problemas na relação com as ex-colônias, bem como antecedentes que maculavam na formação da CPLP na fala dos conservadores portugueses. Houve ideário predominante conservador até o século XX emergente das energias da tradição colonialista. Mas foi possível firmar entre Brasil e Portugal em 1953, na cidade do Rio de Janeiro um Tratado de Amizade e Consulta. Este Tratado foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 59 de 25 de outubro1954. Ao longo do século XX a dimensão africana seria incorporada.

No Brasil, o presidente Jânio Quadros, no marco de discursos terceiro-mundistas, colou o referido modelo de discurso com o fito de atribuir maior peso às temáticas Norte-Sul. Nesse sentido pode se entender os primeiros os passos da criação de uma comunidade lusófona, na metrópole e no centro lusitano.

Nas duas décadas atrás da criação da CPLP, as ideias já exibidas pela diplomacia portuguesa e brasileira discutiam essa possibilidade em um fato político. Servia para Portugal pelo cuidado da língua portuguesa e uma possibilidade de exibição de um império que se moveu para a sociedade civil e para o Estado moderno, ao abandonar os seus regimes políticos duros, como ocorreu com o Brasil.

A partir da presidência do maranhense José Sarney (1985-1989), tendo como ministro da Cultura o senhor José Aparecido de Oliveira em muito avançou o projeto da comunidade lusófona naqueles dias, e, durante o mandato do presidente Itamar Franco (1992-1994), o Professor Flávio Sombra em sua passagem de trabalho no Ministério da Educação, levou a cabo o projeto e desenvolvimento em companhia de Aparecido de Oliveira. O presidente Itamar Franco foi muito generoso com esse projeto lusófono da CPLP. E o Professor Flávio teve a oportunidade de avançar nessa transição de cooperação internacional por ocasião da

formação do ILLP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), instrumento institucional inicial da CPLP.

Depois de Itamar Franco, o presidente Fernando Henrique (1995-2000) incorporou a CPLP. Do lado brasileiro, o projeto avançou mais, mas nem sempre esse avanço se refletiu nas discussões em torno dos trabalhos e de recursos. Houve dificuldade de avançar a CPLP para os contatos com o outro lado da África, como no caso de Moçambique.

Em todos os aspectos as dificuldades não se sobrevieram sobre o inédito sonho da articulação internacional global de todos esses países e de língua formal africana. Para muitos estudiosos daquela quadra não ganhariam créditos nesse projeto CPLP. Criticavam-se naqueles anos a edificação falsa do racismo, do pouco interesse em escala global e dirigidos por países com modestas personalidades e capacidades para buscar o espaço da conversa com Estados ricos e Estados sem expressão na comunidade internacional. Houve crítica de parte dos portugueses arcaicos e racistas. Diziam que nos tempos da formação da CPLP que os pobres africanos iriam mandar nas ruas de Lisboa e de cidades brasileiras, ao abrirmos possibilidades mais importantes para a interação dos que falam português de Moçambique a Guiné-Bissau.

Ao contrário, a CPLP tem hoje uma dimensão político-diplomática prevista em seu nascedouro e agradeçam ao ter nascido nessas iniciativas de aproximação no Atlântico Sul em seus corredores de ida e vida na Comunidade.

Um dos instrumentos afirmativos da dimensão da conversação da política e diplomática na CPLP foi o seu espaço de concertação política e diplomática. Essa é a balança entre os instrumentos jurídicos e os constrangimentos naturais nas relações internacionais. A CPLP tem uma dimensão político-diplomática prevista em seu nascedouro. Instrumentos jurídicos ajudaram na sua

feição inicial, no hoje e já informado em outro momento passado, desde os anos 1990. Os chefes de estado e de governo reunidos na cidade de Lisboa em 17 de junho de 1996 contribuíram coletivamente para a consolidação de uma realidade cultural nacional e intergovernamental a conferir identidade própria aos países signatários da língua portuguesa.

Importante são também os dois outros instrumentos afirmativos da dimensão na sua primeira formação da CPLP. Dos três objetivos básicos da CPLP, conforme o art.3º de seu estatuto lisbonense de 1996 os primeiros instituem a concertação político-diplomática entre seus partícipes, bem como a concertação política entre os mesmos no âmbito das relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais. (SARAIVA, 2002, p. 320).

E afinal, desde esses 23 anos, a CPLP ampliou o seu projeto inicial. Logo em julho de 1998 voltou-se para o terceiro termo jurídico na seara do direito internacional e das relações internacionais, no caso o Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP, intitulado "Declaração da Praia", assinado durante a II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizado no Cabo Verde. E logo se seguiu o quarto instrumento jurídico, emanado da III Conferência de Chefes de Estado da CPLP em Maputo, Moçambique, entre 17 e 18 de julho de 2000. Declaração de Maputo.

Importante na Declaração de Maputo foi a participação de Xanana Gusmão pelo Timor leste, então presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense. Em especial deixaram claro o interesse pela pronta inclusão do oitavo membro da CPLP. Mas as guerras intestinas e externas não puderam ajudar o tema do Timor-Leste, embora tivesse a CPLP o interesse de ocorrer contra os massacres após consulta visando possibilitar eleições gerais e consequente oficialização da independência do Timor-Leste.

Em todo não se tem tempo e pressa. Isso foi ficando, ao logo do tempo, uma CPLP institucional, mas menos vontade de inferir e avisar que a CPLP veio para a paz, não correr para as guerras orientais. E nem a China deveria intervir no campo dos países de cantões de língua portuguesa na Ásia.

Em todo caso, houve historicamente avanços jurídicos com os quais Estados parte da CPLP chegam a investir cooperativamente o seu capital na mira de construção de um espaço próprio para nós, de cá, vindo da língua de Camões, mesmo considerando outras opções para inserção dos países cuja língua oficial é a portuguesa considerando o cenário de globalização e de comunhão democrática entre todos os integrantes da CPLP.

Apesar das dificuldades de avançar na complexa construção fraterna dos países de língua portuguesa, as propostas perseguidas atualmente são concretas com destaque para a educação social e qualificação para o trabalho. Essas propostas vêm gerando a percepção sobre o que fazer com populações de trajetória conflituosas e apuros constantes impostos pelas condições difíceis dos aludidos países africanos cuja língua oficial é a portuguesa.

O Brasil vem avançando no sentido de se articular com a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) para a direção dos projetos da CPLP em curso. Inúmeras listas e pesquisas vêm se desenvolvendo no campo do Brasil para os desenvolvimentos de cerca de 130 projetos no ano de 2019, em curso da CPLP sobre a organização do Brasil. Há que se observar a existência de um novo cenário nas relações luso-brasileiras e, este cenário tem proporcionado substrato à CPLP se comparado aos momentos iniciais de sua implementação.

Há que se falar também em superação dos tempos em que se deixa a quadra da diplomacia de punhos de renda em favor de uma nova convivência fraterna positiva dos traços culturais dos países

africanos com Portugal. Isso mudou a CPLP, que veio para ficar e está sendo lapidada para reinserir-se num novo marco internacional de países que poderiam ser apenas margem do sistema internacional. Entretanto, vem-se construindo enquanto um colchão de solidariedade e de ações políticas vislumbrando a afirmação de um espaço maior para a língua portuguesa no mundo.

A CPLP tem o Brasil em lugar na globalização atlântica e dos desafios em um mundo de renovação no espaço africano.

A modernização aqui e acolá, como no caso de Angola e Moçambique com as mudanças de institucionalização da vida política a dominar uma ligeira possibilidade de reduzir o poder da oligarquia petrolífera. O caso angolano e seu crescimento econômico de tipo asiático é muito importante para que este país se afirme positivamente nos processos da CPLP.

OS PALOP VÃO AO MUNDO

Os PALOP são Estados exclusivamente da geográfica africana. Não existem países do PALOP em outros cantos do globo, ao contrário da esplanada diversificada geografia dos países da CPLP. O centro do PALOP é a língua portuguesa escrita e em suas possibilidades e criações próprias. São países bem diferentes em suas geografias na grande continência da África. Os membros do PALOP manejam sua própria cooperação interestatais tanto quanto entre blocos assimilados com clivagem às tradicionais formações do colonialismo português.

Os PALOP são Estados que derivam sua modernidade (SARAIVA, 2015, p. 110) nesta iniciativa de organização para ter mais parte nas decisões na própria África. São cinco países os que falam oficialmente, em seus países africanos, a língua formal de

Camões. Esses países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe se apresentam no sistema internacional como PALOP. No entanto, os países dos PALOP são Estados que derivam sua modernidade de um processo tardio de descolonização atabalhoada. Algumas dessas cinco nações permaneceram, até recentemente, esgarçadas por guerras fratricidas ou terríveis problemas no campo interno de cada um desses países (SARAIVA, 2015, p. 110).

Cada um desses países contém particularidades importantes, diversidades, contudo são convergentes ao redor da língua portuguesa e dela se utilizam como um segmento ou arranjo para facilitar a sua internacionalização. A África portuguesa, Portugal assim como o Brasil vem mantendo programas que se desejam tanto na África tanto quando a iniciativas dos países grandes e de Portugal. Desde alunos e profissionais, passando por refugiados, até trabalhadores finos em suas especialidades. Há importantes novidades nas recentes historiografias acerca desses processos africanos de internacionalização.

Os PALOP são, portanto, países que não tem o lastro apenas da língua portuguesa na África. A língua portuguesa não é apenas o lastro de identidade nacional ou fator de afirmação regional para vários dos países do PALOP (SARAIVA, 2015, p. 112).

Angola, por exemplo, possui maior percentual de pessoas que falam línguas de matriz africana em relação aos falantes da língua portuguesa. Cerca de 35% dos habitantes daquele país tem o português como língua materna contra os 37% que usa a língua do umbundo como sua língua mãe. Essa é uma preocupação dos líderes angolanos na conexão com os seus próprios membros dos PALOP (SARAIVA, 2015, p. 112-113).

Para ampliar o grau de dificuldade à adesão africana ao mundo de língua portuguesa devem ser lembrados dois aspectos

cruciais que remontam à memória. Em primeiro lugar, o português ainda simboliza, para a última geração de combatentes nas guerras de independência dos PALOP, a língua do colonizador. Em segundo lugar, há uma crescente aproximação de alguns desses países, como Moçambique e Guiné-Bissau, de outras comunidades linguísticas de matriz ocidental, como o inglês e o francês, que geram mais resultados práticos em relações comerciais e diplomáticas no PALOP (SARAIVA, 2015, p. 113).

Nesse sentido, pergunta-se acompanhando o celebrado escritor Mia Couto: deseja-se impor aos PALOP a língua portuguesa? O que está em perigo de fato, não são só as antigas línguas africanas, faladas há séculos naqueles países? De que maneira se pode dar empregos aos jovens que fogem de guerras, recrutamentos forçados, crises sociais e econômicas, utilizando a língua portuguesa como instrumento de afirmação de identidade, de cidadania e bem-estar econômico? São essas algumas das perguntas formuladas pelos africanos frente ao anglo dos PALOP (SARAIVA, 2015, p. 113).

Para os africanos, o ponto nevrálgico da CPLP é a ausência de conteúdo político e econômico nas formulações e práticas na instituição. Dessa crítica, advém um rosário de reclamação com relação à dinâmica de trabalho e aos financiamentos de projetos (SARAIVA, 2015, p. 113).

Os PALOP ainda desejam enfatizar, nos dias atuais, a dimensão da cooperação técnica, científica e tecnológica da CPLP, bem como a vertente da concentração político-diplomática.

O que o Brasil faz? Embora colabore nas suas possibilidades e esteja cada vez mais interessado ao Atlântico Sul, ainda se tem uma visão pragmática e realista acerca dessa cooperação (SARAIVA, 2015, p. 114). Da mesma forma, nas praias atlânticas dos PALOP, a

ênfase africana contrasta com o esforço português e brasileiro na área da afirmação e valorização da língua portuguesa na África.

Ao mesmo tempo, em forma positiva, os países da CPLP e dos PALOP vem reconhecendo que houve alguns avanços no campo político como o órgão de concentração político-diplomático nas crises da Guiné Bissau. Mesmo assim, os africanos ainda gostariam de ver a CPLP e os PALOP mais próximos dos problemas que o Brasil tem de avançar. Falta a política de apoio de desenvolvimento das economias africanas por parte da CPLP e pelos PALOP. Ainda que seja um objetivo quase excessivo para o escopo funcional das duas instituições, gera mal-estar entre as lideranças africanas dos PALOP e da CPLP (SARAIVA, 2015, p. 114).

Os líderes africanos estão pedindo mais. No entanto, há uma expectativa positiva vista na inserção portuguesa na CPLP, um pouco do Brasil para avanços mais positivos e de projetos que necessitam para a conservação de um espaço solidário e de consolidação de seus espaços na área periférica do Atlântico Sul.

Também importante a dimensão atlântica da inserção portuguesa que tem lastro diplomático e, quando pode, trouxe benefícios para a estratégia de parceria com o Brasil a fim de ocupar espaços do Atlântico Sul e de acessar as possibilidades de continuar na África que fala a língua de Camões. A inserção portuguesa na CPLP, mas também os PALOP, bem como o Brasil, deveriam também avançar suas possibilidades políticas e econômicas, "como Angola, país crescente e rico" podem trabalhar juntos, gradualmente, em forma de uma certa imagem de unidade parecida e inspirada no sistema do *commonwealth* a moda dos ingleses e americanos.

O Brasil originalmente carrega certa dificuldade em suas escolhas políticas no mundo lusófono, tanto dos PALOP quanto da CPLP. No tocante a CPLP, coincidiu com grande período de retração nas relações de comércio e de aproximações diplomáticas

significativas com países africanos. Entretanto, houve avanço com o Presidente Lula da Silva este avanço foi significativamente positivo, uma vez que aumentou o peso do Brasil na sua vocação atlântica. CPLP e PALOP se tornaram de interesse para o Brasil nas últimas décadas.

Assim sendo, mesmo com certo "afro-pessimismo" dos últimos anos o Brasil não perdeu o contato com a África, permanece aparelhado em seus conhecimentos africanistas e observou a retomada do crescimento econômico africano que observamos hoje[37]. Dessa forma, a projeção de baixa no tabuleiro das relações do Brasil com os países africanos não significou nos últimos anos o fim de contatos. Manteve-se a CPLP e o grupo do PALOP. Mesmo com uma baixa econômica e política na maneira do tratar da diplomacia brasileira com o continente africano.

Especialmente a política persistiu. O espaço atlântico da CPLP segue ampliando principais parceiros comerciais na África. Fora do mundo da lusofonia, outros países africanos se aproximaram dos países da CPLP e dos PALOP. Trata-se de Nigéria e Brasil, respectivamente primeiro e segundo detentores da maior população negra do mundo. A diplomacia nigeriana é altamente sofisticada. A concentração bilateral Brasil e Nigéria foi muito importante para a agenda internacional comum dos PALOP e da CPLP.

Nesse sentido, o Brasil, mesmo nessas dificuldades internacionais, mantém a sua agenda com os países africanos. Vem mantendo os acordos e visitas com a Nigéria na área do Atlântico Sul. Há envolvimento de agentes diplomáticos brasileiros nos projetos do Atlântico Sul que se mantém como o espaço da CPLP e dos PALOP.

[37] O Professor Flávio Sombra Saraiva realizou, há mais de uma década, entrevistas em pelo menos duas viagens a África à bordo da aeronave presidencial na quadra do movimento animado da Era Lula, à busca de articulações e assento nas missões com países da CPLP e dos países do PALOP.

Ao concluir esses aspectos da CPLP e dos PALOP é importante informar que a CPLP ainda é uma plataforma operacional relevante para uma nova concertação político-diplomática. Mesmo com o fatalismo na via difícil de construção e organização internacionais, nem tudo é tragédia. Nem toda a verdade está com os otimistas, mas se pode calcular que essas duas instituições (CPLP e PALOP) podem avançar em iniciativas e formulações para o tempo que nós temos. Precisam-se mudar programas, demonstrar mais vontade política pelos estados nacionais.

O ESPAÇO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA CONDUZIDA PELO NORDESTE BRASILEIRO

Uma das ligações do Brasil com a África é sua sociedade. Seria difícil enumerar as crescentes indexações dos que vieram e o que deixaram para o Brasil. Há estudos muitos próprios em torno nesses últimos anos. Pesquisadores estão à procura da valorização social dos descendentes da África no espaço do nordeste brasileiro. Tema que vem sendo instigado e falado abertamente em anos recentes. São essas iniciativas as de abrir as oportunidades de superar o racismo quase institucional no nosso país.

No nordeste brasileiro há Estados, como na Bahia, Sergipe, Alagoas, parte do Piauí, e mesmo no Ceará, que apresentam uma explosão de atividades inspiradas nas relações fraternas em relação aos acolhimentos para os estudos e os trabalhos para o nordeste brasileiro. Assim mesmo, levam-se notas de que no Ceará ainda a mitologia da índia é devedora da negra africana.

No entanto, a ruptura fundamental veio ao Ceará e à Bahia. Os dois Estados nordestinos apresentam rupturas na cultura tradicional permitindo o acesso aos novos cursos universitários. A

vinda de africanos passa também por um programa de permanência estudantil nas novas universidades e novos cursos. As criações das universidades voltadas pelo sistema UNILAB – Universidade da Integração Afro-Brasileira – foram rupturas no seu tempo. Ainda que importante mover o nordeste brasileiro em uma dimensão estratégica das relações Brasil-África, especialmente no campo da educação e da inserção laboral.

Nesse sentido, ainda se necessita uma estratégia global das relações Brasil-África no nordeste brasileiro. A projeção internacional do país, mesmo com dificuldades econômicas no Brasil, dá para avançar em alguns dos 54 países do continente africano.

Na África, há certa normalização macroeconômica em grande parte, mais precisamente no espaço geográfico subsaariano. Controles inflacionários, adoção de políticas fiscais responsáveis e política monetária adaptada ao mundo que hoje se verifica são elementos anotados pelos observadores internacionais acerca do giro africano da formação dos novos Estados africanos independentes. O crescimento no sul africano está em torno de 5% a 6%, superior aos países avançados e muito a frente à própria América Latina.

Foi essa uma mudança dos novos Estados africanos independentes e um dos mais importantes fatos econômicos do capitalismo contemporâneo, ao lado da elevação do Pacífico e da China, em especial. Nesse sentido, a elevação do patamar econômico africano se faz concomitante às adaptações políticas do mundo que se redesenha.

A África tardou a se adaptar, mas vem mostrando musculação original quando comparada às quatro décadas anteriores de fracasso no encaminhamento do projeto de crescimento econômico sustentado e sustentável. E a economia veio junto com a política, uma vez que os descensos dos grandes ciclos belicosos em

várias partes do continente africano contribuíram para o novo patamar civilizatório na região. O incremento de regimes democráticos permitiu maior inserção desses países africanos no sistema multilateral.

Informamos que a organização não governamental norte-americana Freedon House (ARCH PUDDINGTON, 2013) classificou, entre 49 países da África subsaariana, como livres (11), e parcialmente livres (18). Isso significa que se está configurando avanços no processo de normalização democrática. Percebe-se que novas elites políticas começam a substituir o "colonialismo interno" impetrado por ditadores africanos aos seus povos (SANTIAGO, 1977).

Do lado nordestino brasileiro do Atlântico Sul, o Brasil demonstrou ao mundo, nessa mesma quadra histórica, que era possível crescer a economia em patamares mais razoáveis, atuar de forma mais afirmativa no sistema mundial e reduzir, de forma paulatina, as desigualdades sociais.

O projeto estratégico brasileiro, particularmente no campo fértil do nordeste do Brasil, seria crescer e distribuir as quotas de renda e de educação, ao respeitar às regras internacionais e protocolos de investimento voltados para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, abre-se mesmo nas dificuldades do país, ainda no ano de 2019, o Brasil teria daí em diante como formular qualidades para compartir nas relações públicas e privadas com o outro lado do Atlântico Sul. O nordeste brasileiro, particularmente os Estados do Ceará, Pernambuco e a Bahia.

É nesse contexto, portanto, que emerge o vértice do Nordeste brasileiro nas relações Brasil-África. Essa região, especialmente no caso dos três Estados mencionados, deveriam se preparar para o retorno da economia atlântica que já se indica nas consultorias internacionais, especialmente com alguma ligação com os grupos

chineses (inclusive com a parte de Macau na Ásia) nessas possibilidades que emergem no decorrer das relações do nordeste brasileiro com povos africanos no outro lado do Atlântico Sul.

Iniciativas para os PALOP, particularmente alentadas por esse grupo de identidades luso-afro-brasileiras no nordeste brasileiro, poderiam ser importantes para a recuperação que se deseja no comércio e interações no nosso espaço atlântico do sul. São vantagens no vértice nordestino: o adensamento de uma linha de cooperação e relações econômicas e de investimento positivo.

Segue, no campo das vantagens, são esses três Estados federais do Brasil os quais poderiam desenvolver um movimento com a vantagem até da UNILAB, a avançar alguma logística intelectual e a presença importante no Ceará e na Bahia a iniciativa positiva da UNILAB. Os elencos de vantagens sugerem particularmente no campo do comércio internacional Brasil-África. São essas as propostas:

i. densidade econômica própria destacada pelos três Estados em relação ao conjunto da região Nordeste;

ii. cultura empresarial consolidada por meio de associações de empresários com experiência de internacionalização;

iii. crescimento médio relativo no Brasil devido à crise econômica no país, mas há indício de nova roda econômica no Brasil com o lado da África ocidental;

iv. relevante experiência acumulada de paradiplomacia federativa na região;

v. distância geográfica privilegiada, passagem de navios no comércio marítimo que leva e traz mercadorias para portos europeus e estadunidenses;

vi. complementaridade entre produtos e serviços intercambiados;

vii. presença africana nos três Estados federais por meio de voos diretos semanais via Cabo Verde que ligam as duas costas atlânticas;

viii. presença africana nas matrizes históricas e culturais Brasil-África: política e cooperação nas metrópoles nordestina, Salvador, Fortaleza e Recife, que seja como elemento motivador ou complementar;

ix. crescente presença africana, no campo do ensino superior cearense, na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), e depois na Bahia, entidade federal de ensino superior;

x. presença africana nos grandes dois foros internacionais voltados par a construção de pontos atlânticos, com o Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, à exemplo de duas edições realizadas em Fortaleza, uma em maio de 2003 e outro em junho de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista constitucional, embora o Presidente José Sarney durante o processo de formulação da última constituição brasileira já demonstrasse interesse do seu governo na aproximação com países africanos, o texto final da referida norma nacional não contemplou no rol do § único do art. 4º idêntico conteúdo que também visasse formação de uma comunidade de países africanos ou de países de língua portuguesa em vez de, tão somente, a formação de uma comunidade latino americana de nações.

É como que se os constituintes de então tivessem aberto uma lacuna de parte de suas origens, esquecessem-se da reproduzir a língua do nosso colonizador português que também se espraiou por solos africanos. Essa lacuna permeia aqui a discussão historiográfica

por meio da CPLP e dos PALOP que tecemos, resgatando a sensação negacionista ou quem sabe até preconceituosa dos constituintes atuantes na constituição de 1988.

Portanto, mesmo sendo notória a herança cultural bem como as diversas semelhanças entre os povos africanos e o povo brasileiro, saliente-se já existentes no período da edição do texto constitucional, o ideal seria que a omissão relativa à temática na Constituição Federal de 1988, cuja justificativa foi analisada sob o prisma hipotético, fosse solucionada pelo ente Legislativo, conferindo, assim, maior segurança jurídica aos pactos celebrados, ainda que já possuam sua validade, além de reconhecer formalmente o papel da integração política e econômica com os países africanos.

Do ponto de vista das relações internacionais, a África se fez um dos principais temas na agenda da política externa brasileira no final do século XX. No cenário dessas relações a valorização das interações atlânticas dos países africanos, a conclusão central da historicidade dos países da CPLP e do conjunto dos países dos PALOP de hoje é que estão mais avançadas do que se possa ver nas notícias internacionais. Observa-se que Portugal teve um papel fundamental, dirigindo bem o leme, para a normalidade e da democracia depois de um império mundial criado pelos portugueses. Importante o recuar das elites de Lisboa com sua visão colonial histórica e imperial atrasadas.

As duas instituições de Estados em cooperação, como a CPLP quanto os países do PALOP, permitiram um caminho aberto para caminhar nos trilhos da demografia. Foram os portugueses, na situação dos anos de luta, que perderam algum tempo para o fim do colonialismo.

Em terceiro lugar, a presença do Brasil nas áreas africanas nos últimos 23 anos na África foi fundamental. Portugueses e brasileiros partimos adiante na correlação dos avanços dos PALOP

e do desenho positivo da CPLP e que ajudamos a mudar as coisas, mais que na integração sul-americana a considerar o arranjo constitucional que permitiu a instalação do bloco MERCOSUL.

Em quarto lugar, e finalmente, os dois conjuntos internacionais, a CPLP e os PALOP, avançaram também em racionalidade econômica, integração dos fluxos de comércio e a elevação econômica na África nos últimos anos.

Ao final, o Brasil precisaria voltar um pouco mais para esses países da CPLP e dos países do PALOP. As dificuldades econômicas políticas, ao observarmos a paisagem africana, a busca de projetos de todas que correm no grande painel dos países africanos. Constatou-se ainda que, as alianças de cooperação na área acadêmica e na área trabalhista tem sido promissoras em Estados da Região Nordeste a partir dos propósitos da integração Brasil-África, buscando valorizar a riqueza cultural das nações africanas de modo a ressarcir, na medida das possibilidades, a dívida que o Brasil possui, além de obter experiências ímpares de trocas e aprendizados de forma mútua, intentando alcançar gradual redução das desigualdades sociais, demonstrando que é possível fazê-lo.

REFERÊNCIAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. “Cooperação Brasil-PALOP”. **ABC** [2020]. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 25/10/2019.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 1, novembro, 1965.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 2-3, novembro, 1966.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 4-5, novembro, 1967.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 6-7, janeiro, 1968.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 9-9, janeiro, 1969.

AFRO-ÁSIA. “Informações”. **AFRO-ÁSIA: Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia**, n. 10-11, janeiro, 1970.

ALMEIDA, P. R. “A estrutura constitucional das relações internacionais e o sistema político brasileiro”. **Contexto Internacional**, n. 12, julho / dezembro, 1990.

BANCO MUNDIAL; IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ponte sobre o Atlântico**: Brasil e África subsaariana e Parceria Sul-Sul para o crescimento. Rio de Janeiro: Banco Mundial / Brasília: IPEA, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Bibliografia Afro-Asiática**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/11/2019.

CERVO, A. L. “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, n. 1, 2002.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Biblioteca e Centro de Documentação. **CPLP** [2007]. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 25/05/2020.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. “Acervo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil”. MRE. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 10/01/2022.

PUDDINGTON, A. **Democratic Breakthroughs in the Balance**. Washington: Boletim Freedom House, 2013.

SANTIAGO, T. **Descolonização**. São Paulo: Francisco Alves, 1977.

SARAIVA, J. F. S. (Org.) **Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)**: **solidariedade e ação política**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, 203p.

SARAIVA, J. F. S. “O diálogo Sul-Sul e a CPLP. Globalização e desigualdade no mundo pós 11 de setembro”. *In*: CARDIN, C. H.; CRUZ, J. B. (orgs.). **CPLP**: Oportunidades e perspectivas. Brasília: IPRI, 2002.

SARAIVA, J. F. S. “Plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. *In*: SARAIVA. J F S. (org.). **Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)**: Solidariedade e ação política. Brasília: IBRI, 2001.

SARAIVA, J. F. S. **A África no século XXI**: Um ensaio acadêmico. Brasília: FUNAG. 2015.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira. Brasília: UnB, 1996.

UZIEL, E. *et al*. "Entre direito e política externa – elementos para a interpretação do art. 4º da Constituição". **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, vol. 99, janeiro / fevereiro, 2017.

VIZENTINI, P. G. F. "O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases". **Ensaios FEE**, vol. 20, n. 1, 1999.

CAPÍTULO 6

O Eixo Bilateral Brasil-Angola: Da Superação dos Entraves Históricos às Aproximações Cooperativistas

O EIXO BILATERAL BRASIL-ANGOLA: DA SUPERAÇÃO DOS ENTRAVES HISTÓRICOS ÀS APROXIMAÇÕES COOPERATIVISTAS

Stela Ananda de Barros

O Brasil ocupou relevante posição no Sistema Internacional, ao servir como articulador substancial da cooperação entre os países do Sul. Durante a primeira década do século XXI, apesar de não ter sido precursor da cooperação Sul-Sul, foi vanguardista em internacionalizar programas internos de redução da fome e das desigualdades sociais, reproduzidos por muitos países em vias de desenvolvimento. Os países lusófonos do continente africano, dentre estes Angola, compreendem algumas das regiões prioritárias da política de Cooperação Internacional brasileira.

Tangente à especificidade das relações entre Brasil e Angola, às quais este artigo busca introduzir uma lógica histórica, pode-se dizer que os países se encontram entrelaçados por elementos históricos e culturais centenários. Tais elos de cooperação vêm sendo tratados e ampliados a partir de 1980, por meio do estabelecimento da Cooperação Técnica em diversas áreas, tais como: saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura[38].

O efeito da desastrosa lógica colonial, que provocou a insalubre relação inicial entre Brasil e África, por extenso período de submissão escravista, deixou marcas profundas e difíceis de serem esquecidas pela memória histórica, ou mesmo de serem apagadas

[38] Disponível em: <http://www.abc.gov.br>.

pelas sociedades remanescentes de tal sistema, já que herdaram, à contragosto, a condição de subdesenvolvimento assinalada pela desigualdade abissal dos seus coletivos. Entretanto, ainda que os entraves nas relações tenham sido consequência do esquema exploratório europeu, considera-se que, para o desenvolvimento da cooperação, as impressões culturais e as aproximações históricas tenham sido essenciais. Afinal, cimentaram a distinta perspectiva de interação entre duas bordas opostas do Atlântico: a de um país continental com um continente dividido.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

A partir do século XX, após a abolição da escravatura, é possível descrever as relações Brasil-África através da alternância entre períodos de aproximação e afastamento. Determinados tanto pela estratégia da Política Externa Brasileira-PEB, quanto pelo influxo das tendências do Sistema Internacional. No intuito de melhor compreender a intermitência desse vínculo, a partir de uma visão brasileira, parece-nos necessário dividir tais ciclos em períodos de governança nacionais. Dessa forma e para efeito da análise aqui pretendida, o padrão da dinâmica "aproximação-afastamento" será ilustrado por meio da recapitulação histórica seguindo a ordem cronológica elaborada por Elga Lessa de Almeida (2019). Essa autora identificou, em sete períodos diferentes, fatores domésticos e externos tomados como diretrizes pelos governos brasileiros para sua política externa.

O primeiro período é demarcado pelo afastamento quase que completo das relações comerciais e políticas Brasil-África após a abolição da escravatura, motivado pelo desejo do Brasil de criar uma imagem mais moderna e ocidentalizada dentro do Sistema Internacional. Esta etapa caracterizou-se pela intensificação do

processo de industrialização pós-Segunda Guerra Mundial. Esse fato levou o Brasil a excluir a África da sua pauta de estratégia econômica internacional, pois o continente ainda possuía muitas colônias europeias, prejudicando diretamente o alargamento do comércio de *commodities* brasileiro.

A expansão agrícola africana, apoiada pelo sistema preferencial da estrutura colonial, afetava o desempenho mercadológico das nações latino-americanas. Sendo essa a maior causa de desconforto e descontentamento com as políticas de comércio internacional, levando-as a buscar medidas comuns junto a organismos supranacionais.

Uma das críticas mais pertinentes a respeito do comportamento da diplomacia brasileira sobre a questão da colonização reside na volubilidade das relações com as nações africanas, afastando o Brasil dos interesses daquele continente.

Ou seja, havia nítida contradição na política externa entre a insatisfação do sistema de preferências comerciais, implícito às práticas coloniais, e a neutralidade diplomática em relação ao efeito exploratório da colonização no continente africano. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953, foi uma das ferramentas utilizadas pelo governo português para "[...] cristalizar o apoio brasileiro na questão das colônias africanas e asiáticas". O discurso brasileiro, a partir da XV Assembleia Geral da ONU, incorpora a "[...]defesa da descolonização e reconhecimento da independência das colônias africanas, entretanto, com a permanência do apoio a Portugal e seu colonialismo na África" (ALMEIDA, 2019, p. 27 e 29).

Diferente do momento anterior, o segundo período é caracterizado por uma política de aproximação dos países africanos, praticada pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, fundamentava-se ideologicamente pela posição brasileira contrária

ao racismo e ao colonialismo, a favor da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Enfatizava o ânimo coletivo por defender interesses comuns. em prol do progresso econômico apoiado em proteção dos preços das matérias-primas, avanço industrial e equilíbrio internacional (ALMEIDA, 2019, p. 29).

Apesar de fundamentais para o direcionamento da Política Externa Brasileira, tais interesses e princípios conflitavam com a prática comercial mantida com a África do Sul, sob o regime do *Apartheid*, e as diplomáticas de apoio à descolonização de nações sob o governo português. A abstinência de voto na Assembleia da ONU, em 1961, a respeito do caso angolano, ilustra bem essa situação.

O Brasil se absteve de interferir em favor da independência de Angola ante a necessidade de conservar relações amistosas com Portugal. Justificava-se, à época, que cabia à metrópole portuguesa primar pela autodeterminação do povo angolano, reconhecer seus direitos e conduzir sua libertação. Em tal caso, a nulidade da diplomacia brasileira não foi absoluta, pois houve a tentativa de criar uma agenda progressiva para a independência do País. Proposta rechaçada por Portugal (DANTAS, 1962; D´ÁVILA, 2011; MAGALHÃES, 1997).

A intensificação das relações com Portugal e o completo afastamento das relações políticas com a África assinalaram os primeiros anos da ditadura militar no Brasil e demarcam o terceiro período histórico. O governo militar de Castelo Branco protagonizou o retrocesso das tentativas de aproximação com o continente, iniciadas nos governos Geisel e Quadros (1961-1964). Ao executar, em junho de 1964, a prisão de militares africanos dos movimentos de libertação nacionais, principalmente de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique e realizar, juntamente com Portugal, exercícios navais no litoral angolano, o Brasil demonstrou aferrar-se à obstinação ultrapassada em manter uma imagem positiva de

coalizão com seus antigos colonizadores. Tal qual fazia com os Estados Unidos, ou seja, com a potência hegemônica da época (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Não obstante, no quarto período, a completa indisposição inicial em compartilhar dos interesses africanos não se mantém durante todo o período ditatorial. Antagônica às tendências do governo militar, a aproximação pragmática com alguns países da África e da Ásia, iniciadas no governo Médici (1969-1974) e alargadas no governo Geisel (1974-1979), abrem caminho para a renovada concepção estratégica de desenvolvimento econômico brasileiro.

A conjuntura da Guerra Fria dividia o mundo em polos hegemônicos opostos. Essa situação, induziu os países periféricos a assumir posições de alinhamento, o que também significou uma fórmula de preservação do diálogo e administração das diferenças. Paradoxalmente, o alinhamento político poderia prejudicar a colaboração horizontal em razão de diferenças ideológicas (LIMA, 2018, p. 14).

Contrária à lógica da estrutura bipolar, que prezava pelo alinhamento automático, surge uma concepção mais abrangente da política externa brasileira. Essa se desenha com aspirações autônoma, universalista e de alcance global. A partir de uma perspectiva paradoxal de abertura política, o Pragmatismo Responsável Brasileiro apontava para a promoção de mudanças no sistema internacional. Ou melhor, no comportamento do país no sistema internacional por meio da redução do fator ideológico, da continuidade das políticas diplomáticas e de uma certa independência dos regimes políticos.

Ao assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 1974, o embaixador Antônio F. de Azeredo da Silveira, defendia a ideia da necessária abertura do Brasil para o mundo. Para

tanto, o País deveria enfocar na cooperação internacional e no desenvolvimento, servindo-se de sua dimensão territorial e demográfica, bem como da sua capacidade de diálogo e de suas tradições. O alinhamento automático e a dependência externa, por serem fatores restritivos à soberania nacional, preocupavam tanto o embaixador, quanto o presidente Geisel. Ambos entreviam a possibilidade de fundamentar o regimento internacional com justiça e igualdade considerando as diferenças entre nações e as consequências dos regimes coloniais impostos. Para isso, seria medular a observância dos princípios de igualdade soberana, não intervenção e autodeterminação, todos da Carta das Nações (LIMA, 2018, p. 14).

A aproximação brasileira com países africanos surge da proposta de construção do "Brasil Potência". Alicerçada em planejamento econômico e metas de desenvolvimento nacionais, esse plano incluía a diversificação e expansão de mercados. Esse movimento foi, a posteriori, fortalecido pela diplomacia Geisel-Silveira (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Para tanto, somado ao entendimento de que a África se constituía em um mercado promissor para a exportação de produtos industrializados de produção brasileira, o chanceler Gibson Barbosa propôs uma linha inédita de política externa para o Brasil com força para reverter o clima de desconfiança e fragilidade das suas relações com a África.

No intuito de atingir tal propósito, Barbosa traçou um roteiro estratégico demarcado pela visita à nove países africanos. A empreitada resultou no estabelecimento de acordos de cooperação técnica, principalmente nas áreas de agricultura e engenharia, além de tratos voltados ao restabelecimento da navegação direta com vistas à facilitação das relações comerciais.

Na tentativa de dinamizar a economia brasileira e superar os entraves trazidos pela crise do petróleo de 1973, a opção do governo Geisel foi a de "[...] diversificar a estrutura produtiva e modificar a inserção internacional do país pela ótica do comércio exterior" (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Sendo assim, ao aproximar-se, não apenas da África, como também de países árabes, buscou-se garantir no Brasil o suprimento do petróleo e promover as exportações de bens e serviços, sendo necessário recorrer ao multilateralismo e "[...] resgatar, de imediato, a hipoteca do colonialismo e do desgaste provocado pelos votos do Brasil em favor de Portugal" (LIMA, 2018, p. 19).

No sentido de promover a já citada abertura política, as novas diretrizes no tocante à política externa relativa à África ficaram evidentes logo nos dois primeiros anos do governo Geisel, quando o Brasil reconheceu, em 1974, a independência da Guiné Bissau e, no ano seguinte, de Angola e Moçambique.

A participação brasileira nas questões internacionais é o reflexo da atualização política pela qual o país passava no tocante ao favorecimento da postura multilateralista facilitadora das negociações externas. Exemplo disso, foi a tentativa de promoção do equilíbrio diplomático a respeito dos conflitos com o Oriente Médio. A perspectiva de exploração de petróleo em países da região, como o Iraque, e em países africanos, como Angola, servem de termômetro para perceber a relevância do novo perfil da PEB.

O investimento brasileiro *offshore* era promissor. A experiência de Ernesto Geisel como ex-presidente da empresa nacional Petrobras, entre 1969 e 1973, foi decisória na composição do plano nacional alinhado ao regimento internacional. Havia, claramente, a expectativa de que a jurisdição internacional refletisse os interesses da nação. Para tanto, era necessário que as orientações da política externa mudassem "[...] os parâmetros nacionais de

interpretar o mundo e gerar atitude de renovada confiança por parte da diplomacia brasileira". Desse modo, os diálogos com as nações do Sul, tanto da América Latina quanto da África, foram nivelados e priorizados como zona de interesse de aproximação e integração (LIMA, 2018, p. 24-26).

Em linhas gerais, o milagre econômico e a diplomacia de contenção do governo Médici, caracterizados pela legitimação do poder através do desempenho econômico, pela cooperação com os vizinhos e pela atenuação do isolamento, alteraram o curso da diplomacia brasileira. Assim sendo, aproximaram o país, não apenas das nações circunvizinhas, como também das além-mar, servindo como base para uma economia a serviço do projeto político, que fora amplificada durante o Governo Geisel (1974-1979), cujo "pragmatismo responsável" tornou-se o princípio norteador da diplomacia brasileira. Desse modo, o senso de oportunidade da PEB, possibilitou o resgate de uma política internacional independente, da qual a herança converteu-se na "[...] base que sustenta a política externa do Brasil até nossos dias" (RICUPERO, 2017, p. 498).

No período seguinte, as relações do Brasil com a África, distribuídas entre o fim da ditadura militar e a redemocratização, foram comprometidas, entre outros fatos, pela crise econômica mundial e as guerras civis africanas. Tais acontecimentos refrearam o avanço da interação comercial entre ambos os lados e impediram o aprofundamento de suas relações, mas não significaram o completo afastamento, como ocorreu no início do governo militar.

Apesar de a redução das embaixadas brasileiras e da concentração comercial na África do Sul evidenciarem a propensão ao afastamento brasileiro, é possível destacar algumas ações responsáveis por manter, minimamente a interação com o continente, tais como: as "missões de paz em Moçambique (1994) e Angola (1995) e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP", no governo de Fernando Henrique Cardoso"

(ALMEIDA, 2019). Este último evento um forte indicador de como a participação brasileira foi intensificada em Fóruns Internacionais.

É importante ressaltar que o afastamento político-econômico não significou exatamente a ruptura das relações ou a suspensão dos acordos de Cooperação Técnica. Pode-se dizer que houve retração dos interesses brasileiros na região por conta de uma equação política que priorizou, sequencialmente, as diplomacias latino-americana, no governo Sarney (1985-1995); da liberalização econômica, no governo Collor (1990-1992); no âmbito interno do governo Itamar Franco (1992-1994) e, por fim, a política externa liberal e democrática, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Resumidamente, apenas para contextualizar os três governos que antecederam o de Luiz Inácio Lula da Silva, é importante dizer que a assustadora hiperinflação do país, na era Sarney, estava inserida numa política externa marcada pela crise da dívida e a perda de controle econômico e político. Neste momento, os imperativos da redemocratização optaram pela aproximação com a Argentina (RICUPERO, 2017, p. 227), crucial para a evolução do MERCOSUL e a relação comercial com os Estados Unidos.

O cataclismo de 1980 e o relacionamento desastroso de algumas nações latino-americanas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por conta das condicionalidades restritivas foram seguidos pela conjuntura globalizante da unificação dos mercados em escala, investimentos e fluxos financeiros no início da década de 90. O Brasil, que já havia perdido a capacidade de crescimento a partir de 1980, teve de reformular seus modelos de desenvolvimento e reorientar sua economia seguindo, a galope, ao longo dos dois anos de governo Collor de Mello, rumo a uma "[...] das modalidades mais fugazes do processo de liberalização" (RICUPERO, 2017, p. 547).

Após o *Impeachment* de Collor, o governo de Itamar Franco, foi "[...] relativamente pobre em inovações diplomáticas importantes (...), pois os potenciais parceiros externos só voltariam a se interessar pelo Brasil quando demonstrássemos capacidade de pôr ordem na casa" (RICUPERO, 2017, p. 564). O que viria a acontecer no final de 1994, com o sucesso do Plano Real. Diante da novidade do plano, a diplomacia brasileira optou por "[...] desenrolar-se discretamente" em torno dos temas já iniciados. Dentre estes, o avanço na construção da confiança com a Argentina e o Mercosul, na América Latina e a criação da CPLP, com impactos diretos nas relações multilaterais com o continente africano.

Sobre o sexto período, considerado como um momento de afastamento após a redemocratização, é importante salientar que o Governo Fernando Henrique Cardoso, manteve a tímida cooperação com a África. Por conta, principalmente, da política externa voltada ao processo de autonomia pela participação e integração, propenso à "sul-americanização da diplomacia" visando fazer da região um espaço pacífico e popular (RICUPERO, 2017, p. 564).

Foram fatores relevantes para afastar a diplomacia brasileira dos braços da África, convém acrescentar, os problemas regionais africanos, o desinteresse brasileiro em priorizar as relações com o continente e os desafios internos em superar a crise financeira.

O início do século XXI, caracterizado pela natureza do desafio econômico em conquistar a redução da pobreza e da desigualdade, o enviesamento político do governo progressista brasileiro deparou-se com um contexto externo favorável, iniciando assim o sétimo período de suas relações com a África. Assim, o gradativo protagonismo da periferia globalizada facultava as aproximações entre suas nações e contribuía para a expansão da Cooperação Sul-Sul. Neste cenário, a aspiração por uma política internacional protagonista e de prestígio, circunscreveu a política externa do Governo Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010,

cujas investidas do Partido dos Trabalhadores (PT) numa "diplomacia paralela" resultou no empreendimento mais marcante do mandato Lula: a diplomacia presidencial.

A diplomacia presidencial pode ser caracterizada pela participação ativa de presidentes na política externa, tanto na sua condução, quanto na execução e formulação. A prevalência de temas centrais como a política Sul-Sul e as relações regionais foram a tônica da atuação do presidente brasileiro. Em seu programa de governo para as eleições de 2002, a intenção de buscar estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo, sobretudo com a América do Sul e a África, era visível. Referendando o Brasil como segundo país de maior população negra do mundo, o programa buscava maior aproximação com o continente africano, sobretudo com os países de língua portuguesa.[39]

Notadamente é a partir do segundo mandato do governo Lula que a política externa de CSS afirma-se com mais delimitações. O programa oficial 2007-2010 enfatizava essas relações. Eram reforçados compromissos com o combate à fome, defesa da paz e com o fortalecimento dos laços entre países da África, num claro empenho de integração sul-americana.

De acordo com o programa, a consolidação dos polos de biocombustíveis – etanol, biodiesel e H-Bio, seriam um incentivo à formação de cadeias produtivas, que incentivariam "[...]a exportação da tecnologia de biocombustíveis para América Latina e África" (PROGRAMA OFICIAL DO CANDIDATO LULA, 2007-2010).

A construção de uma política externa concreta para a África no governo petista, importa salientar, só foi incorporada e assumida posteriormente. Mais especificamente, por meio de Resolução da Secretaria de Assuntos Internacionais, no 3.º Congresso do PT, em 2007, resultado de um "[...] conjunto interesses que passaram a

[39] Programa oficial do governo Lula. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>.

compor o governo, apesar de influenciado pelos princípios que norteiam o Partido" (ALMEIDA, 2015, p. 59).

De acordo com Rubens Ricupero (2017), a diplomacia Lula da Silva inspirava-se no aproveitamento das oportunidades no âmbito global, tendo, portanto, desdobramentos em quatro eixos principais: 1) obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político Global de primeira ordem no sistema internacional e, para tanto, o Brasil galgou um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU e investiu em coalizões, tais como G-20, BRICS e IBAS; 2) consolidação de condições que favorecessem o desenvolvimento a partir das vantagens comparativas brasileiras, expressas contundentemente na rodada de Doha, OMC; 3) ênfase na cooperação Sul-Sul; e 4) edificação de espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana (RICUPERO, 2017, p. 608).

Além do apreço pela perspectiva solidária da CSS, o projeto de desenvolvimento do governo prezava a expansão comercial por meio da internacionalização de bens e serviços de empresas privadas brasileiras.

A pauta comercial foi então significativa para o período. Ainda que embrionário, o comércio com a África subsaariana, por exemplo, ganhou impulso com o aquecimento da economia local. Houve, por parte do Brasil, interessada identificação de oportunidades no sentido de ampliar seus negócios em todo o continente africano. Sobretudo, por causa do aumento do valor das *commodities* na primeira década de 2000 (ALMEIDA, 2015, p. 63).

Graças à expansão global da economia chinesa, chamada de "efeito China", a conjuntura internacional favoreceu o aumento das exportações de matéria-prima brasileira. O crescimento econômico de outros países beneficiados por esse efeito foi determinante para a internacionalização dos investimentos de empresas brasileiras,

mediante promissoras perspectivas comerciais, nomeadamente no continente africano.

Ao longo deste período foram criados organismos, tais como a APEX e mecanismos com o intuito de ampliar a relação do Brasil com o continente africano. Decorrentes, não apenas de razões comerciais, representadas pelo fluxo das importações e exportações pouco relevantes em relação ao volume do comércio mantido com outras áreas do mundo ou à presença de empresas brasileiras em seu território. Mas, principalmente, por questão estratégica, disposta em um tabuleiro de *Soft Power* nas relações internacionais. O objetivo principal, além de abrir novos mercados, era o de mover-se com maior autonomia para ganhar mais espaço no Sistema Internacional através da força ideológica de suas coalizões políticas.

Por razões dos abalos políticos e da deterioração gradual e constante da economia, por conta da crise global que começava a estremecer o projeto de desenvolvimento nacional, o sonho do protagonismo brasileiro pela via da "diplomacia presidencial", inédita por seu prestígio internacional, foi substituído por uma política para dentro, característica do oitavo período. Resumidamente, envolta por uma postura de "[...] menor esforço na aproximação com países africanos" da presidente eleita Dilma Rousseff, deposta por um golpe de Estado em 2016. Não obstante, ainda em seu governo, "[...] os valores investidos na cooperação mantiveram-se em patamares próximos ou superiores aos anos anteriores, destacando-se a África como grande receptor de cooperação técnica" (ALMEIDA, 2019, p. 57).

A partir do governo do presidente interino Michel Temer, as relações de cooperação com a África tornaram-se ainda menos volumosas no tocante à cooperação técnica, apesar de serem celebrados novos acordos, principalmente na área de mobilidade e de segurança, sobretudo com os países no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Observa-se, conclusivamente, que a política externa brasileira no tocante às suas relações com a África, como já refletido, manteve trajetória não linear desde a abolição da escravatura até a primeira década do século XXI e os momentos de aproximação podem ser destacados em períodos de governos específicos. Dentre tais momentos de influxo, são evidenciados os esforços fundamentais à aproximação com o continente nos governos Lula da Silva, cujos resultados significaram mudança substancial no fluxo das relações brasileiras com o outro lado do Atlântico. Pautado em fortes iniciativas, a política externa do governo Lula tem relevo para a análise das diretrizes dos diversos programas de Cooperação Sul-Sul, que movimentaram, conjuntamente, agentes públicos e privados. Traduzidos em programas de assistência técnica, humanitária e de diálogos políticos, fazendo do Brasil, além de parceiro histórico e cultural, consorte estratégico da África.

ANGOLA E SUA APROXIMAÇÃO COM O BRASIL

A presença da África no mundo se faz notória não apenas por sua extensão territorial – que corresponde a mais de 30 mil Km² de terreno, repletos de atrativos naturais e recursos minerais –, mas também pelo alcance e presença, em imensuráveis proporções, da sua cultura que influenciou e segue influenciando parcela significativa do planeta.

Situada na região ocidental da África Austral, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico, Congo, Zâmbia e Namíbia, Angola ocupa importante espaço dentro da imensidão retalhada que é o continente africano. Sua relevância nos campos políticos, culturais e econômicos se expande para além dos limites continentais.

A República de Angola, assim chamada oficialmente, tem como capital a cidade de Luanda e comporta 18 províncias. Embora tenha como idioma oficial o português, Angola é um país plurilíngue, cujas línguas nacionais[40] se mantém vivas e são patrimônio inalienável do seu povo. Dentre as características mais marcantes, além da culturalidade ancestral de sua população, encontra-se o rico solo que abriga algumas das mais expressivas fontes de recursos minerais do planeta, das quais destacam-se petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais[41].

Apesar de tais potencialidades a tornarem uma das maiores economias do continente, Angola se vê submersa em um contexto paradoxal delineado pela capacidade extrema de autossuficiência em detrimento da presente e indisfarçável desigualdade social. Reflexo do histórico de exploração colonial e de uma Guerra Civil que assolou sua população, deixando-a "[...] dramaticamente privada de recursos médicos, sociais, econômicos e educativos" (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 355).

Após séculos de submissão ao regime colonial português, Angola tornou-se independente em 1975, com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, feitos entre o governo português e os principais grupos nacionalistas de Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Tais acordos visavam estabelecer um sistema de transição pacífico para o estabelecimento da República. A anuência dos acordos de transição pacífica criou positivas perspectivas, porém não foi suficiente para evitar o surgimento de lutas internas, protagonizadas pelos movimentos separatistas MPLA e UNITA.

[40] Também chamadas de dialetos. As línguas nacionais mais faladas são: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela.

[41] Disponível em: <http://www.governo.gov.ao>. Acesso em: 02/05/2018.

Passados poucos meses da independência, a disputa entre os dois grupos pelo controle da nova república culminou em uma Guerra Civil por 26 anos e que só terminou após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002 (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Esse episódio gerou o acordo de paz entre os movimentos[42].

Durante o período da Guerra Civil, cabe ressaltar, Angola foi palco de disputas internas pelo poder e internacionais por zonas de influência entre os países que participavam da Guerra Fria, como a União Soviética, que apoiava o MPLA, e os Estados Unidos, que estendiam seus braços à UNITA. Sem embargo, a Angola pós-Guerra Civil do século XXI segue sendo um território de disputas com nítidos vieses econômicos e políticos (WHEELER; PÉLISSIER, 2013).

Em reconstrução, a Angola moderna, por assim dizer, distanciada do caráter bélico de suas relações políticas internas, passava a ser vista como um proeminente parceiro estratégico. Seja para as relações regionais ou para as internacionais.

Despontando-se em exponencial crescimento econômico, ao descortinar de suas potencialidades, Angola tem apresentado índices positivos de produção e exportação de recursos minerais, principalmente o petróleo. Transformando-se, em menos de uma década e por essa razão, no "[...] segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, (...) considerado como o segundo maior detentor de reservas de gás natural do continente"[43] (FIDH, 2015, p. 07).

A mudança estratégica na política externa do país, no início dos anos 2000, coincidiu com a reconfiguração do sistema mundial, assinalada pela amplificação dos diálogos entre os países do Sul

[42] Com a assinatura do "Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka", firmado em Luanda, no dia 04 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.usip.org>.

[43] Relatório da Missão de Apuramento de Factos. Disponível em: <https://www.fidh.org>.

global e as propostas consideradas alternativas para o desenvolvimento. Tais propostas foram encabeçadas por países não centrais que passaram a assumir papel no sistema internacional, não apenas como receptores de auxílio externo, mas como fomentadores do desenvolvimento. A ampliação da participação destes países nas agendas e negociações internacionais modificaram, em parte, o arquétipo das relações de cooperação econômica, técnico-científica e cultural, antes verticalizadas entre o norte e o Sul e agora horizontalizadas nos próprios países em desenvolvimento.

A apreciação das oportunidades políticas e econômicas oriundas deste novo cenário internacional não se restringiu às relações bilaterais, mas oportunizou a cooperação multilateral. Objetivava o desenvolvimento e proteção conjunta, bem como à diminuição das assimetrias regionais via cooperação e suporte técnico pautados em políticas externas mais cientes das carências regionais.

Além do estímulo ao desenvolvimento, a criação de novas vias de expansão comercial também configurava os anseios da perspectiva da nova ordem. A reconstrução de Angola, no final da Guerra Civil, por exemplo, incitava a propensão de investimentos, principalmente nos setores de construção civil. Até porque, o país tinha começado a assumir projetos para melhorias de infraestrutura, tais como construção de estradas, moradias, hospitais, escolas e ampliação da tecnicidade dos setores petrolíferos e agrários (WAISBICH *et al.*, 2013).

A escalada econômica da República de Angola se reflete, também, na atuação política nos fóruns regionais e internacionais, como membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) e do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Angola vem desempenhando, ainda, importante papel na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil[44].

Especificamente em relação ao Brasil, Angola mantém inegável aproximação histórica e cultural. A ligação entre estes países não remonta apenas à época colonial, cujo tráfico de escravos significou um triste marco em suas memórias, mas emerge com grande força no final do século XX, quando o Brasil se torna o primeiro país a reconhecer sua independência (MELO, 2009).

O reconhecimento da independência angolana foi uma decisão-chave para facilitação dos arrolamentos comerciais e acesso de empresas brasileiras [45]as, atuante no país desde 1979. A possibilidade de abertura para os negócios e para a cooperação não significou imediato estreitamento das relações entre os países, pois houve muita resistência por parte de Angola em reconhecer o Brasil como aliado. Afinal, durante muito tempo, sob a justificativa de não querer romper relações amistosas com Portugal, a diplomacia brasileira não se opôs às investidas coloniais lusas naquele país. Mesmo assim, apesar das pressões internas e externas, o Itamaraty decidiu manter suas embaixadas em Angola, sendo, inclusive, por período indeterminado, o único país a fazê-lo para não sufocar as relações diplomáticas e dar maior credibilidade aos acordos de Alvor (MELO, 2009).

Os acordos bilaterais entre estes países foram facilitados pela manutenção das relações diplomáticas e tiveram como marco inicial o *Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica*, firmado em Luanda no dia 11 de junho de 1980. O intuito principal do acordo era o de desenvolver cooperação nas áreas de cultura, educação, saúde, formação profissional, administração pública, meio ambiente,

[44] Dados encontrados no site da CPLP, disponíveis em: <www.cplp.org>.

[45] "Presença em Angola desde 1979", dados retirados do site da Petrobrás, no link: <http://201.77.217.135/pt/paises/angola/angola.htm>. Acesso em 05/05/2018.

esportes, estatística e agricultura[46]. Tais relações se expandiram na primeira década do século XXI.

Com o fim da Guerra Civil Angolana, quando o Brasil passou a participar mais efetivamente da reconstrução do país, muitas empresas brasileiras, a exemplo da Odebrecht[47] e a Camargo Corrêa, empreenderam macroprojetos estruturais e abriram caminho para uma série de entendimentos bilaterais. Com a ascensão ao poder do governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva, os acordos bilaterais Brasil- Angola foram elevados a outro patamar, avivados pela operacionalização da Cooperação Sul-Sul.

O Brasil, impulsionado pelo notório desempenho econômico e pela busca por maior protagonismo nas negociações internacionais, tomava para si a posição de agente promotor de desenvolvimento e passava a valer-se de políticas de fortalecimento das relações diplomáticas com os países do Sul Global, dentre os quais Angola. Neste contexto, a relação entre os países se torna maior, sendo concretizada com a implementação de *Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos*, datados de 2015, com o propósito de diversificar a presença empresarial brasileira em Angola, já significativamente instalada, bem como promover a integração produtiva e estimular as exportações.

Entrementes, Angola configurou-se como um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África, destacando-se pelo intenso fluxo de comércio bilateral, que alcançou nível alarmante de

[46] O acordo, em seu segundo artigo, abarcava as seguintes modalidades: a) intercâmbio de informações bem assim a organização de meios adequados à sua difusão; b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização, através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica; c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum; d) intercâmbio de peritos e cientistas; e) organização de seminários e conferências; f) envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos; g) qualquer outra forma de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes. (Decreto legislativo nº 48, de 1981, disponível em: <http://www2.camara.leg.br>).

[47] A Odebrecht, em Angola desde 1984, construiu a maior hidrelétrica do país, a Hidrelétrica de Laúca, com 2.067 MW de potência. Disponível em: <https://www.odebrecht.com>.

crescimento de quase 20 vezes entre os anos de 2002 e 2008, passando de US$ 200 milhões para 4,21 bilhões neste período. Pode-se afirmar que existe um interesse indispensável na manutenção dos acordos, sobretudo por parte do Brasil que incrementou o comércio e teve abertura significativa neste rentável mercado angolano, sendo o acesso facilitado pela relação de cooperação. Considerando que Angola ocupa uma posição estratégica no sistema internacional por suas potencialidades mercadológicas, salienta-se que a parceria estratégica Angola-Brasil, além de ser relevante nas esferas empresariais privadas e nos acordos de Cooperação Técnica em âmbito estatal, revela-se também crucial à estratégia de inserção internacional e desenvolvimento desses países. Apesar do distanciamento atual, intensificado pelo isolamento pandêmico e crise econômica, conclui-se que: se ambos quiserem conquistar uma posição de melhor destaque no sistema internacional é importante que se utilizem do seu poder de barganha conjunto, vencendo diferenças e desigualdades históricas, no intuito de aumentar suas capacidades globais e vantagens sistêmicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. L. “Entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana”. **Caderno CRH**, vol. 29, n. 76, 2016.

ALMEIDA, E. L. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática**: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva (Tese de Doutorado em Administração). Salvador: UFBA, 2015.

AMORIM, C. "Discurso no 'opening segment'". **GSSD Expo 2010 book** [22/11/2010]. Disponível em: <http://www.expo.unsouthsouth.org>. Acesso em 10/10/2021.

ANGOLA. "O Perfil de Angola". **Portal oficial do Governo**. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao>. Acesso em: 01/02/2019.

ANGOLA. **Decreto nº 16/98, de 3 de julho de 1998**. Luanda: Conselho de Ministros, 1998. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 01/02/2019.

ANGOLA. Ministério da Indústria. **Plano de Médio Prazo para o Período 2009-2013**. Luanda: Ministério da Indústria, 2008. Disponível em: <http://www.tralac.org>. Acesso em: 01/02/2019.

BASTOS, E. K. X. *et al*. **Economia brasileira no período 1987-2013**: relatos e interpretações da análise de conjuntura no IPEA. Brasília: IPEA, 2015.

BRASIL. "Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) - Luanda, 1º de abril de 2015". **Itamaraty** [01/04/2015]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 10/01/2019.

BRASIL. MRE - Ministério das Relações Exteriores. ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. Brasília: Editora da ABC, 2014.

BRASIL. MRE - Ministério das Relações Exteriores. ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: Editora da ABC, 2013.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. “Negociação do projeto Academia Toyota de Formação Profissional”. **CNI**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 06/09/2018.

FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão. “A atuação do Brasil no Clube de Paris”. **FUNAG**. Disponível em <http://www.funag.gov.br>. Acesso em: 01/05/2019.

INDONÉSIA. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung in The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia**. Djakarta: The Ministry of Foreign Affairs, 1955. Disponível em: <https://www.cvce.eu>. Acesso em: 08/09/2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29/10/2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 - 2013**. Brasília: IPEA / ABC, 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: IPEA / ABC, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Conjuntura nº 60**. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05/03/2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão. "Cooperação Triangular para o desenvolvimento da construção civil em Angola". **JICA** [22/07/2011]. Disponível em: <https://www.jica.go.jp>. Acesso em: 29/10/ 2018.

KEOHANE, R.; MARTIN, L. "The Promise of Institutionalist Theory". **International Security**, vol. 20, n. 1, 1995.

LIMA, M. R. S. "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 1, 2005.

LIMA, S. E. M. (org.). **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018.

MELO, O. A. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**: relatos de política externa de 1948 à atualidade. Brasília: FUNAG, 2009.

MÉSZAROS, I. **Poder e Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

NON-ALIGNED MOVEMENT. **Historical Background**. Disponível em <http://www.nambaku.org>. Acesso em: 13/04/2018.

OCAMPO, J. A. "Cincuenta Años de la CEPAL". **Revista de la CEPAL**, n. extraordinário, outubro, 1998.

ODEBRECHT. **Relatório anual: Resultados de Sustentabilidade, 2014**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2015. Disponível em: <https://www.or.com.br>. Acesso em: 10/10/2021.

PATRIOTA, A. A. “Cooperação Técnica Brasileira: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”. **ABC - Agência Brasileira de Cooperação** [2012]. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

PINO, B. A. “Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul”. *In*: SOUZA, A. M. (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010.

RAE, H. “Theories of State Formation”. *In*: GRIFFITHS, M. (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century**: an introduction. New York: Routledge, 2007.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil**: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RICUPERO, R. **Message by Mr. Rubens Ricupero: Secretary-General of UNCTAD to the Special Ministerial Meeting to commemorate the 40th anniversary of the Group of 77**. São Paulo: UNCTAD, 2004. Disponível em: <https://www.g77.org>. Acesso em: 06/09/2018.

ROBERTO, S. “O diplomata que levou Geisel aos comunistas”. **O Estado de São Paulo** [18/04/2010]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 10/10/2021.

SANTOS, M. “Território e Dinheiro”. In: SANTOS, M. (org.). **Território e Territórios**. Niterói: PPGEO-UFF/AGB, 2002.

SBrT - Sociedade Brasileira de Telecomunicações. "Histórico". **SBrT**. Disponível em: <http://www.sbrt.org.br>. Acesso em: 06/09/2018.

SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos do Brasil na África**: o caso do ProSavana em Moçambique. Maputo: FASE, 2013.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Relatório de atividades SENAI - SP 2017**. São Paulo: SENAI, 2017. Disponível em: <http://www.sp.senai.br>. Acesso em: 08/09/2018.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. "Estrutura Institucional". **SENAI**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 06/09/2018.

SILVA, T. *et al*. "Desenvolvimento e Sustentabilidade na América Latina: Velha História, Novos Caminhos". **Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Gramado: ANPAD, 2014.

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental**. São Paulo: Zahar, 2018.

TOURAINE, A. **Em Defesa da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

USA DEPARTMENT OF STATE. "Henry Cabot Lodge Jr. (1902–1985)". **Office of the Historian**. Disponível em: <https://history.state.gov>. Acesso em: 08/09/2018.

WALKER, R. "Lines of Insecurity: International, Imperial, Exceptional". **Security Dialogue**, vol. 37, n. 1, 2006.

WALT, S. M. "Alliance Formation and the Balance of World Power**"**. *In*: BROWN, M. *et al*. (orgs.). **The Perils of Anarchy – Contemporary Realism and International Realism**. Cambridge: MIT Press, 1995.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Addison Wesley, 1979.

WATSON, A. **A evolução da Sociedade Internacional**: Uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora da UnB, 2004.

WENDT, A. "Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics". **International Organization**, vol. 46, n. 2, 1992.

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

WIGHT, M. **International Theory – The Three Traditions**. Leicester: Leicester University Press, 1991.

WOLTHERS, G. "FHC quer investir em Angola e atrair capitais da África do Sul". **Jornal Folha de São Paulo [**24/11/1996]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29/10/2018.

WORLD BANK. "History". **World Bank**. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 13/04/2018.

CAPÍTULO 7

Relações Étnico-Raciais no
Contexto Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA[48]

Arllan Gonçalves Corrêa

Monserrat Alonso Alonso

Ednamar Fátima de Urzêdo Vitória

Marlene Barbosa de Freitas Reis

A Educação para as relações Étnico-Raciais destaca-se como um tema de grande relevância para ser discutido no ambiente escolar, ainda mais após a aprovação da lei 10.639/03, que trata sobre a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos de todas as instituições de ensino, públicas e privadas. Neste sentido, faz-se necessário conhecer e reconhecer a verdadeira cultura brasileira, assim como o sofrimento e as lutas desse povo, com um olhar para o Movimento Negro, que desde a escravidão e após a abolição, vem lutando em busca de seus direitos constitucionais, educação, saúde, segurança e inserção ao no mercado de trabalho com salários dignos. Diante de tantas lutas, o Movimento Negro já obteve várias conquistas, tais como a criação de ongs, secretarias, aprovação de leis de proteção contra o racismo e discriminação e datas oficializadas que marcam a resistência e a importância do povo negro brasileiro.

A escola sendo um espaço de múltiplas aprendizagens, abriga uma rica diversidade cultural proveniente de diferentes alunos que a frequentam. Posto isso, discutir a educação para as relações étnico-

[48] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: CORRÊA, A. *G.*; ALONSO*, M. A.; VITÓRIA, E. F. U.;* REIS, M. B. F. "Relações étnico-raciais no contexto escolar". *Brazilian Journal of Development*, vol. 8, n. 3, 2022.

raciais é importante, haja vista que a educação, quando justa e igualitária, pode se tornar um dos meios de emancipação, devendo, portanto, possibilitar reflexões e debates acerca do respeito sobre o outro e, sua cultura, ressignificando o valor da vida humana, formando cidadãos conscientes diante de sua realidade e diminuindo dessa forma, atos discriminatórios, sejam eles, por raça, cor, cultura ou religião.

Desta maneira, discutir a educação para relações étnico-raciais é de grande relevância, especialmente em um país formado por processo de miscigenação, de identidade cultural bastante diversificada, mas também carregada de resquícios da época da escravidão que, infelizmente, de forma recorrente, faz com que a população negra ainda receba tratamentos cruéis e desrespeitoso quanto à sua origem e história.

METODOLOGIA

Para auxiliar a construção e reflexões deste artigo de abordagem qualitativa, que segundo Silva (1996) é uma pesquisa bastante utilizada e importante quando pretende-se investigar questões acerca da vida dos indivíduos e sua percepção com o mundo. Gil (2002) compreende que a pesquisa bibliográfica se desenvolve através de materiais já existentes, pesquisados por outros autores e que são encontrados em livros e artigos científicos. Assim, buscou-se contribuições de autores como, Gomes (2001; 2005; 2011), Cunha (2008), Rosa (2012), e Oliveira (2006), dentre outros que abordam sobre as relações étnico-raciais. Analisouse também documentos legais como a Lei de 10.639/03, e por fim, buscamos relacionar a temática em estudo às discussões sobre os sentidos da escola propostas por Coêlho (2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao se falar em educação étnico-racial, faz-se necessário compreender antes de tudo o contexto histórico e social das desigualdades que levaram as populações negras, afrodescendentes, quilombolas e indígenas à sofrerem situações de discriminação e injustiças ao longo da história. É preciso compreender que o racismo e a discriminação racial estão diretamente ligados a desigualdade social. Como afirma Cunha (2008),

> Além de sermos uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, a abolição foi realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra. Ao contrário, as políticas republicanas sempre foram da "negação do Brasil" e da europeização do país. As políticas cultural e educacional são exemplos importantes deste esforço, onde nós encontramos uma constante "folclorização", simplismos, desprezo e perseguição à cultura africana e afrodescendente (CUNHA, 2008, p. 7).

Sem nenhum planejamento de inserção social da população negra após abolição da escravidão, mas de modo contrário, alimentando ainda mais a exclusão social, pois, estes grupos não tinham direitos à terra, trabalho digno, saúde, educação e habitação, constituindo-se, consequentemente uma grande parcela mais empobrecida e em situações precárias de sobrevivência no território brasileiro, "o que pode ser uma das razões para que, cento e vinte e quatro anos após a abolição, os negros continuem em situação de desigualdade diante da população branca" (ROSA, 2012, p. 25).

A população brasileira, nessa perspectiva, não pode ser compreendida sem que sejam consideradas as relações entre diversos

grupos étnicos que formaram esta nação. É preciso colocar em discussão o caráter de formação do Brasil que, por estar alicerçado na escravidão, levam ao surgimento de concepções e práticas racistas ainda tão presentes na sociedade contemporânea. Assim considera Oliveira (2006),

> Seria um engano conhecer o Brasil sem conhecer a história dos afrodescendentes. Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país. Combater a discriminação racial não é tarefa exclusiva do poder judiciário. É preciso repensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos. A brasilidade, em muito é tributária da africanidade. As africanidades re-desenham e re-definem a identidade nacional e, com isso, o projeto político, econômico e social brasileiro. Ainda que o discurso político e acadêmico tenha excluído, durante séculos, a experiência africana no Brasil, sua influência não deixou de exercer papel fundamental na construção do país. Chegou o tempo de ouvir quem foi calado (OLIVEIRA, 2006, p. 18).

A população negra no Brasil marcada pela exclusão e abandono, mas também pelo ativismo de indivíduos dessa população que se organiza entre si formando coletivos e grupos com múltiplas ações sociais, se modificam em diferentes épocas, mas, com mesmo objetivo de enfrentar o racismo e a exclusão em várias dimensões.

Em relação ao mito da democracia racial, Gomes (2005) afirma que,

> O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento (GOMES, 2005, p. 57).

No mesmo sentido, Santos (2001) expõe também sobre o mito na democracia racial e a visão sobre o lugar do negro na sociedade,

> O ser negro está entrelaçado a um lugar imposto: o lugar de inferior, de menos inteligente, de menos capaz, de violento, de tribal. O mito da democracia racial, que afirma que "todos são iguais perante a lei", mas trata desigualmente, faz com que as desigualdades socioeconômicas sofridas pela população negra sejam vistas como de sua inteira responsabilidade, bastando de esforçar para conseguir "chegar lá" (SANTOS, 2001, p. 99)

Diante da exposição dos autores, observa-se que ainda não é possível falar de democracia, nem igualdade entre brancos e negros enquanto houver preconceito e discriminação racial em nossa sociedade. Nesta perspectiva, é fundamental uma educação e práticas sociais que de fato reconheçam as histórias e culturas, valorizando e respeitando as especificidades, para que haja a concretização dos direitos.

O racismo[49] é considerado um conjunto de pensamentos, referentes às crenças de que haveria uma raça superior sobre as demais e a existência de defeitos em ralação a ordem moral e intelectual de uma determinada raça. A discriminação racial está alicerçada em práticas e atitudes advindas de processos sociais e políticos, sendo seu foco principal a permanência de direitos e continuidade de privilégios de um determinado grupo (GOMES, 2005). Nesse sentido, a busca por institucionalização de direitos se intensifica "quando estão no poder pessoas racistas, que não tem um olhar voltado às populações colocadas a margem, como é a população negra, apesar de ser a maioria no Brasil" (OLIVEIRA, 2018, p. 50)

Diante disso, a importância dos movimentos negros, em busca dos direitos humanos, teve grandes realizações ao longo da história, principalmente na luta pela educação, saúde, e inserção ano mercado de trabalho. Estes grupos são empenhados em promover uma sociedade mais justa em diversas perspectivas, "valorização e reconhecimento da diversidade cultural permeada de valores éticos e estéticos oriundos de encontros entre culturas indígenas, africanas e europeias que perpassam toda a constituição sociocultural do nosso país" (OLIVEIRA; MACHADO, 2018, p. 51). Assim, os movimentos negros atuam com a finalidade de "exercer o poder para a promoção de um sistema de comunhão econômica e inclusão social, baseado na lógica própria de cada cultura" (OLIVEIRA, 2006, p. 130).

[49] O racismo revela-se basicamente em três níveis: individual, institucional e cultural. No nível individual, um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (branco, por exemplo). No nível institucional, o racismo dispõe as instituições (Estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos etc.) a serviço dos pressupostos do racismo individual; limita a partir de algumas práticas institucionais as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de pessoas (negras, por exemplo) a determinadas posições ou ao seu desenvolvimento pleno. No nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico-racial com relação a outro; ou seja, o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm o valor cultural de saberes greco-romanos (SILVA, 2001, p. 77)

Segundo Porfírio (2021), a luta do movimento negro teve como inspirações personalidade negras, tais como Zumbi dos Palmares, o maior líder quilombola da história do país. O movimento negro teve grandes conquistas devido suas reivindicações ao longo da história, e segundo Rosa (2012), esses movimentos tiveram maior destaque nas décadas de 1970 e 1980, onde foram criadas fundações, organizações e entidades negras, com objetivo de proteger e reivindicar direitos à população negra brasileira.

> A criação do Ilê Ayê, movimento cultural de afirmação da identidade, cultura e de busca por representação política e a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), que consistiu na tentativa de criação de um movimento nacional unificado de reflexão, combate e crítica ao racismo. Seguindo esta mesma tendência, no final dos anos 1980 foram fundadas: a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ); a União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO); a Articulação de Organizações de Mulheres Negras; o Fórum Nacional de Mulheres Negras; o Fórum Nacional de Juventude Negra e as entidades nacionais no campo da religiosidade de matriz africana (ROSA, 2012, p. 32).

A população negra percebe que as organizações, por meio de suas reivindicações, são percursos para alcançarem melhores condições de vida. Colocando em destaque as primeiras lutas dos movimentos negros no Brasil, em busca de melhores condições de vida, especialmente na área da Educação, que se pode compreendê-las como fundamentais na busca pela emancipação para esta população.

Sobre as lutas desse movimento, Gomes (2011) afirma que,

> [...] no desenvolvimento da luta antirracista, após os anos 70, o movimento negro também aprofunda a sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje faz parte de uma articulação latino-americana e internacional de mulheres negras. As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG'S, nos projetos educacionais. [...] Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero (GOMES, 2011, p. 141).

Na década de 90, lentamente, foram introduzidas, as demandas e as pressões políticas do movimento negro em relação ao governo federal. Surgiram ações como a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília no ano de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Assim, este movimento encontrou formas de pressionar o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que se implantassem políticas públicas de combate ao racismo (GOMES, 2011). Este evento teve a participação de aproximadamente 20 mil pessoas e, por meio do apoio de partidos políticos da esquerda e direita, firmaram o pacto político em prol da luta antirracista, dando origem ao Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. Tal documento foi entregue nas mãos do Presidente da República, apresentando um criterioso diagnóstico da situação social, política, econômica e educacional da população negra no Brasil, exigindo ainda uma ação imediata do governo brasileiro para a superação do racismo.

Como forma de combater o preconceito e racismo, o movimento negro obteve grandes conquistas, como na elaboração da lei nº 9.459/97, no artigo 1º, onde se define que "Serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional" (BRASIL, 1997, p. 1). Diante disso, com o decreto n° 3.198 de 2000 cria-se o Estatuto da igualdade Racial, sendo considerado como um dos instrumentos mais importantes na luta contra a discriminação racial.

Em 2004, diante de tantas reivindicações do Movimento Negro, é aprovado com unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura AfroBrasileira e Africana, sendo orientado a formulação de ações para que se valorize a história e a cultura Afro no brasil, sendo compromissada desta forma, com uma educação de relações étnico-raciais positivas, que coadunam com as competências estabelecias pela Base Comum Curricular - BNCC estabelecidas em 2018, sobre a valorização da diversidade.

Na Educação, é perceptível a presença de políticas públicas e de programas sociais, por meio do Ministério da Educação. Cria-se a lei n° 11.096 de 13 de janeiro de 2005, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Programa Universidade para Todos (Prouni), governo este marcado por implementações de programas educacionais com olhares para combater as desigualdades sociais do país por meio da educação,

> Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por

> cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, p. 1)

Para fortalecer e proporcionar ainda mais o acesso de pessoas negras e a valorização da diversidade cultural nas instituições de ensino superior do país, em 29 agosto de 2012 a Presidente Dilma Roussef, sancionou a lei n° 12.711/12, que ficou nacionalmente conhecida como a "lei de cotas para o ensino superior" que tem por objetivo, descrito no artigo 1°, destinar 50% das vagas para alunos que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas,

> Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012, p. 1).

Posteriormente, no artigo 3° incluiu a reserva de vagas destinadas a pessoas autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência

> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com

> deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, p. 1).

Portanto, com a criação das políticas públicas voltadas para área educacional possibilita o acesso de pessoas negras, indígenas e quilombolas, que foram excluídos e descriminados ao longo da história. Pensar em educação para as relações étnico-raciais, refletir sobre o respeito ao outro, a alteridade, a diversidade cultural existente no nosso país, bem como, pensar em uma ressignificação da prática pedagógica é imprescindível a fim de construirmos outras possibilidades diante desse cenário, e por meio da união de esforços, lutar contra todas as formas de discriminação (COSTA *et al.*, 2019).

A educação é vista como um processo de desenvolvimento humano, e a educação escolar é compreendida como um "espaço sociocultural e instituição responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura" (GOMES, 2001, p. 83). A escola então, enquanto importante instituição formadora de cidadãos, precisa contribuir de fato na formação dos sujeitos, para serem atuantes e transformadores de sua realidade. Coelho (2012) enfatiza que,

> A razão de ser da escola não é preparar recursos humanos para o Estado e as empresas. À medida que saber pensar as ideias e a realidade é fundamental para a constituição e a afirmação da existência humana, em especial da vida coletiva, cabe à escola ensinar as crianças, jovens e adultos a pensarem e a criarem uma sociedade diferente, fundada na permanente busca da igualdade, autonomia, liberdade e justiça. Como instituição de ensino e formação, ela exige dos envolvidos no ensino e na aprendizagem, dos professores e estudantes, o cultivo da

> interrogação, do saber e da crítica (COELHO, 2012, p. 66).

A educação, nesse sentido, é um direito social, e por estar no campo dos direitos, não pode ser destinada somente a alguns grupos privilegiados, ou atuar na perspectiva da organização e do mercado, mas ao contrário precisa garantir um espaço onde todos são partícipes, criadores e transformadores da realidade, sem segregações ou preconceitos. Uma educação e uma escola que esteja voltada para a emancipação e justiça social é, também, um grande desafio. Para Gomes (2001), são necessárias discussões entre educação, cidadania e raça, para a formação de uma sociedade democrática,

Pensar a articulação entre Educação, cidadania e raça significa ir além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa o questionamento acerca da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos e nas políticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos/ as o direito da cidadania (GOMES, 2001, p. 83)

Para fins de conhecer a história afro-brasileira e das relações étnico-raciais no ano de 2003, umas das primeiras ações do então presidente da república, eleito em 2002 - Luís Inácio Lula da Silva, foi sancionada a lei n° 10.639/03, que altera a Lei n° 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei passou a estabelecer de forma legal e obrigatória a inclusão nos currículos educacionais de conteúdos que abordassem o ensino da história e cultura afro-brasileira, em todas as escolas de ensino fundamental e médio em todo território nacional.

A lei nº10.639/03 estabelece as seguintes normas no ambiente escolar,

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2° Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2003, p. 1).

Percebe-se que é necessário que a escola dê garantias para que os alunos negros tenham os mesmos direitos de acesso e permanência, e principalmente, que sua história e cultura sejam tratadas de forma verdadeira e respeitosa, conhecidas e reconhecidas por outro viés, que não o europeu colonialista. E para que isso ocorra, é preciso proporcionar os conhecimentos necessários para que os alunos continuem nos estudos, se orgulhando de sua cor e se reconhecendo na história e cultura. Nesta perspectiva, Gomes (2005), discorre sobre a função que a escola deve exercer como instrumento e meio de inclusão social,

> Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é

> formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES, 2005, p. 147).

A escola, sendo um espaço de convivência e aprendizado social, precisa se estruturar para incluir a diversidade de culturas e valores, tendo como um de seus objetivos, a formação humana numa perspectiva da equidade, justiça, paz, alteridade, e portanto, sendo fundamental para uma convivência harmoniosa e saudável. Assim, a educação voltada para as relações étnico-raciais deve possibilitar reflexões debates e respeito sobre o outro e respectivamente sua cultura, ressignificando o valor da vida humana e de suas relações.

Segundo Oliveira e Machado (2018), a implantação da lei 10.639/03 não depende e não se destina somente aos professores regentes em sala de aula, mas "é fundante de um trabalho conjunto com as coordenações pedagógicas, as secretarias de educação" (p. 59). Considerando, ainda, que o processo de implementação é fundamental na elaboração de uma rede/grupo para que nenhum órgão fique de fora, "quer seja do sistema educacional, quer seja da comunidade" (OLIVEIRA; MACHADO, 2018 p. 59).

Gomes (2001) faz apontamentos sobre um importante caminho para que se possa fazer a articulação entre educação, cidadania e raça,

> Outro caminho importante que visa articular Educação, cidadania e raça é a superação do medo e/ou desprezo à diversidade. Seria interessante abrir

> um debate nas escolas para discutirmos com profundidade sobre a complexidade da diversidade cultural. Ser diverso não é um problema. Afirmar positivamente uma identidade racial também não. Ser diverso e portador de uma identidade racial são aspectos constituintes da nossa formação humana e também uma construção social e histórica (GOMES, 2001, p. 87).

Para percorrer esse caminho as escolas precisam rever as enunciações e as formas como os conteúdos estão sendo demonstrados e discutidos no cotidiano escolar, seja através dos livros didáticos, cartazes, projetos pedagógicos e eventos que abordam essa temática da educação para as relações étnico-raciais, ou seja, desvelar o silêncio entre a questão racial nas escolas. De acordo com Coêlho (2012), é necessário que "[...] a escola ensine os alunos a pensarem no real e o imaginário, as situações novas, a verem o não visto, a dizerem o não dito, o que é verdadeiramente significativo para as pessoas" (p. 81) assim, inserindo o homem na sociedade para que reconheçam nossa origem e os objetivos comuns para a constituição de homens honrados (COÊLHO, 2012).

Corroborando com Coelho (2012), Santos (2001) assevera que, a escola tem a "tarefa" de fazer com que a História seja contada a mais vozes, assim o futuro pode ser escrito a "mais mãos". Afirmando, também, a necessidade de romper com o silêncio que foram relegados aos negros, índios e quilombolas na história da sociedade brasileira, construindo assim uma imagem positiva de si mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil, sendo um país habitado por diversas etnias, precisa discutir sobre a sua gênese formativa, sobre a construção do respeito entre as pessoas, a fim de acabar com o preconceito e as histórias

com vozes únicas, enviesadas. É preciso, romper com a separação e discriminação por cor, condições sociais e situações de exploração, cultura ou religião, assim sendo, é conhecer e reconhecer a verdadeira história e a importância da população negra para o desenvolvimento do país, desmistificando concepções preconceituosas e racistas.

As unidades escolares por serem um espaço de convivência e aprendizagem social, precisam se abrir as situações de conflitos e enfrentá-los, buscando estabelecer práticas inclusivas e mediadoras das mais diversas culturas. Portanto, a escola necessita construir o entendimento e o respeito pela identidade negra, por meio de releituras de elementos que compõem as culturas negras, implementando de fato a lei 10.639/03 no âmbito escolar, pois representa grande conquista e avanço dos movimentos negros do país, direcionado a área educacional.

Os debates sobre as relações étnico-raciais precisam ganhar uma dimensão além dos muros da escola, alcançando uma comunicação com toda a sociedade, com objetivo de conduzi-la para uma reflexão e cultura de respeito às diferenças, a fim de construirmos uma escola e sociedade pautadas por valores éticos e justos, de igualdade e respeito diante das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 10.639, como política pública, deve ser implementada corretamente no âmbito escolar, podendo trazer grandes benefícios para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, considerando todos em suas diferentes culturas, garantindo o direito de aprender e de se reconhecer naquilo que se aprende, sendo atribuições dos professores e gestores em suas práticas pedagógicas

um olhar cuidadoso e atencioso para que possamos reconstruir um país mais justo e fraterno, em que todos se orgulhem de sua cultura e descendência.

Neste sentido, o campo educativo é bastante promissor, sendo ele um espaço onde acontece o debate de ideias, seguindo uma perspectiva de construirmos uma sociedade de equidade, assim, quanto mais conscientes forem os alunos, menores serão as chances de haver práticas de discriminação e opressão, bem como as diferenças que compõem os diversos grupos étnico-raciais serão valorizados.

Sendo assim, é fundamental avançar na construção de práticas pedagógicas sociais democráticas e políticas públicas voltadas ao aumento dos investimentos para o enfrentamento da desigualdade social, promovendo assim o reconhecimento, respeito e inclusão entre as culturas e suas histórias, por fim, garantir o direito de exercer a cidadania, sem constrangimentos, sejam elas raciais, religiosos ou culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, 03 de janeiro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/07/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/07/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/07/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Brasília: Planalto, 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/07/2021.

COÊLHO, I. M. "Escritos sobre o sentido da escola: uma introdução". *In*: COÊLHO, I. M. (org.). **Qual o sentido da escola**. Campinas: Mercado de letras, 2012.

COSTA, D. J. M. *et al*. "Educação e relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicabilidade da lei 10.639/03 na escola". **Anais do VI CONEDU**. Campina Grande: Editora Realize, 2019.

CUNHA JUNIOR, H. "A história africana e os elementos básicos para seu ensino". *In*: LIMA, I. C. (org.). **Negros e currículo**. Florianópolis: NEN, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. "Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade". *In*: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, N. L. "Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação". *In*: MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro no Brasil**: ausências, emergências e produção dos saberes, vol. 10, n. 18, 2011.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, E. "Africanidades, legislação e ensino: educação para as relações étnico-raciais, lei 10.639, filosofia

e ancestralidade". *In*: KOMINEK, A. M. V.; VANALI, A. C. (orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

OLIVEIRA, D. E. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PORFÍRIO, F. "Movimento negro". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 25/07/2021.

ROSA, B. S. **A influência dos fóruns de educação e diversidade étnico-racial na implementação da política de promoção da igualdade racial** (Dissertação de Mestrado em Administração). Brasília: UnB, 2012.

SANTOS, I. A. "A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: Alguns caminhos". *In*: CAVALHEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, M. A. "Formação de educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial". *In*: CAVALHEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, S. A. P. S. "A pesquisa qualitativa em Educação Física". **Revista Paulista de Educação Física**, 1996.

CAPÍTULO 8

O Negro como Símbolo de Libertação em Úrsula um Olhar para Túlio e Preta Suzana como Sujeitos de sua Própria História

O NEGRO COMO SÍMBOLO DE LIBERTAÇÃO EM ÚRSULA UM OLHAR PARA TÚLIO E PRETA SUZANA COMO SUJEITOS DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA[50]

Cecília Sousa da Silva

Layane Rodrigues dos Santos

Ao longo de muitos séculos o negro foi apresentado, em obras literárias, apenas como objeto da escrita do branco. Isso proporcionou a criação de uma extensa literatura que não apresenta a perspectiva do negro em relação a si e, sobretudo, em relação a sua escravização. É somente em 1959, com a publicação de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, que o negro, mesmo que timidamente, ganhou voz e passou a ser sujeito na Literatura Brasileira.

É nessa perspectiva que esta pesquisa tem como questão problema: Como o negro é representado como símbolo de libertação em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis? Na tentativa de responder a tal inquietação traçamos como objetivo geral: Compreender a representação do negro como símbolo de libertação em Úrsula. E, mais especificamente: Identificar o negro como sujeito na obra Úrsula; reconhecer aspectos da diáspora presentes na obra; avaliar a importância das personagens Túlio e Preta Suzana como representações de negros sujeitos da narrativa.

A divisão por tópicos realizada surge da necessidade de abranger todos os objetivos desta pesquisa a fim de construir uma análise coerente com a obra, o fator social e a sua importância

[50] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: SILVA. C. S. "O Nego como Símbolo de libertação em Úrsula: Um olhar para Túlio e Preta Suzana como sujeitos de sua própria história". *Zabelê*, vol. 2, n. 2, 2021.

representativa na literatura brasileira. O primeiro tópico teórico é destinado a identificação dos personagens principais para a pesquisa como sujeitos da narrativa, ou seja, como participantes ativos, enunciadores de suas vivências e o que caracteriza esses personagens como fuga dos moldes estereotipados de personagens negros. Em seguida, destacamos o apagamento histórico sofrido pela obra e autora, frisando então o fator social e todos os aspectos que ocasionaram tal apagamento de autoria negra e feminina da literatura oitocentista.

O silenciamento de Maria Firmina dos Reis é um motivador importante para a pesquisa em geral, a busca pelo reconhecimento e mais visibilidade para a escritora maranhense deve ser contínua no meio acadêmico. Realizamos também uma análise da caracterização dos personagens negros dentro da obra.

Destacamos neste estudo que a liberdade é uma temática recorrente entre os escritos de afrodescendentes em diáspora, que se utilizam da literatura para estar em conexão com sua história e ancestralidade, sendo esta uma forma também da reafirmação de uma literatura própria, centrada em suas vivências e a de seus antepassados.

Posteriormente é feita a explanação da relação entre a ideologia de liberdade com a obra Úrsula e a análise pelas perspectivas ideias de liberdade construídas pelos personagens Túlio e Preta Suzana. Por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentar a análise da obra literária. Nos valemos de estudos de teóricos que tratam acerca da concepção de negro como objeto e

como sujeito na Literatura Brasileira, bem como das concepções daqueles que tratam acerca da diáspora e ainda, os que analisam a obra de Maria Firmina dos Reis como pioneira no tratar das ideologias do negro, tratando-o como sujeito da própria história e não como mero objeto de escrita branca.

Na busca de referencial, para a análise das personagens e a representatividade dentro da narrativa, fizemos comparações com personagens negros de outras obras literárias, desta forma distinguimos os personagens que são definidos enquanto objetos e como se diferenciam dos personagens enquanto sujeitos. Desse modo foi de valiosa contribuição para a fundamentação da pesquisa os estudos de Paula (2011), Guimarães (1976), Nascimento (2009), Duarte (2009), Santos (2016), dentre outros estudiosos e críticos que avaliam a literatura considerando uma discussão de fatores como raça, identidade de gênero e o contexto sociopolítico.

O NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA: OBJETO OU SUJEITO

As personagens negras, presentes na Literatura brasileira, podem ser analisadas em dois momentos distintos: do início da literatura até meados do século XIX, quando o negro era apresentado na perspectiva do homem branco e, portanto, era apenas objeto para a Literatura, e após o século XIX, quando o homem negro passa a ter voz e, consequentemente, torna-se sujeito da narrativa que conta sua história. É sobre a presença do negro na Literatura brasileira que trata esse tópico.

Conforme afirma Paula (2011, p. 2) ‘’as formas de ser, viver e conviver dos imigrantes de diversas nações africanas nunca foram encaradas como diversas, múltiplas e diferentes’’ tais preconceitos e

julgamentos de valores impostos pela supremacia branca europeia acarretou na exclusão da população negra da literatura, seja como escritor, capaz de produzir uma literatura única e com identidade própria, seja como personagem, livre de uma visão racista e estereotipada.

São muitos os estereótipos de negros presentes na literatura brasileira oitocentista, aqueles caracterizados como gratos aos seus senhores, desprovidos de inteligência, hipersexualizados, inocentes em demasia, exóticos e etc. Estes fazem parte da concepção do personagem negro enquanto objeto na narrativa. Sobre o negro enquanto objeto e a visão distanciada na narrativa, Filho (2004) conceitua que

> A visão distanciada configura-se em textos nos quais o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal é personagem, ou em que aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve, entretanto, procedimentos que, com poucas exceções, indiciam ideologias, atitudes e estereótipos da estética branca dominante (FILHO, 2004, p. 161).

Este personagem em lugar de objeto é modelado pelo escritor sem muito vínculo com a realidade e/ou estudo de vivências, a pluralidade do africano em diáspora era forçosamente apagada pela desumanização de sua posição enquanto escravizado. Algumas obras tentam aproximar ao máximo o personagem negro do comportamento/estética do branco como uma forma de "passabilidade" e reconhecimento deste personagem, como é o caso da personagem principal da obra A escrava Isaura (1875) onde podemos observar esse processo no seguinte trecho da obra

> – Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida, que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas, que eu conheço. És formosa e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano [...] (GUIMARÃES, 1976, p. 13).

A base para a construção de tantos estereótipos sobre a população africana sequestrada de sua nação vem do silenciamento de sua história, diversidade e cultura. A literatura foi configurada paralelamente aos constructos sociais de que o afrodescendente não teria participação ativa e significativa, visto que foi destinado a ser escravizado e ao europeu a condição de livre/pertencente. Portanto, a produção literária de um afrodescendente não seria válida por ir contra estes constructos, afirma Paula (2011) em *Elementos para pensar a literatura afro-brasileira*.

Com essa exclusão da população afrodescendente da literatura brasileira, a caracterização dos personagens negros e em margens, ficou sob a perspectiva dos escritores majoritariamente brancos de classe média a alta. Sendo assim a popularização desses moldes fundamentados no racismo e na exploração do africano foram se destacando e fortalecendo os estereótipos para os negros literários em obras como "*O cortiço*" e "*O Mulato*" de Aluísio Azevedo, "*Bom-Crioulo*" de Adolfo Caminha, entre outros. Ainda que para a ficção literária os escritores utilizem a realidade social brasileira como cenário de suas obras, o uso de clichês para com os personagens não brancos faz com que sua participação seja objetificada e sem discursividade histórica social.

Para Nascimento (2009) a identidade cultural dos personagens precisa partir de suas experiências e de suas

individualidades formando assim um personagem relevante para a estória. Compreendemos então a concepção do personagem negro que é sujeito, aquele que faz a sua participação na narrativa e que possui uma voz ativa, considerando que esta voz seja voltada para a sua realidade, a sua particularidade e sua subjetividade.

Continuando o pensamento de que a literatura usa a realidade para a construção de uma obra, podemos expor por assim que o personagem negro na vez de sujeito conta por si a sua trajetória e descreve a si mesmo sem os moldes constituídos pelo seu opressor. O sujeito não é apenas secundário e/ou figurante da narrativa, o sujeito leva em sua versão o discurso que enquanto objeto seria incapaz de narrar pela falta de profundidade que os estereótipos representam.

Conforme Nascimento (2009) no romance Úrsula, o escravizado ganha voz, se torna pleno e visível, identificado mais à africanidade e suas características coletivas e ancestrais que à condição de mercadoria ou objeto. A análise que se segue por este artigo será realizada nos personagens africanos pelo conceito de sujeitos na obra de Firmina, sendo eles Túlio, Antero e Suzana.

Tais personagens, apresentados e eternizados na literatura por Maria Firmina dos Reis, possuem uma notoriedade para o enredo do romance e conseguem representar a parte da história que foi excluída de diferentes formas. Os personagens contam em diálogos de forma substancial as suas trajetórias, individualidades, e visões sobre o que compreendem de liberdade. Existe na trama uma descrição de vivências anteriores a escravidão que é capaz de ilustrar a vida do(a) africano(a) em seu continente de origem, o que marca e define mais uma vez os seus personagens em função de sujeitos.

De acordo com Santos (2016, p. 186) ‘’ao denunciar a barbárie da escravidão no Maranhão do século XIX, Maria Firmina dos Reis transmite para o leitor daquela época e, principalmente para

os racistas brasileiros contemporâneos, uma verdade incontestável: Não sou descendente de escravos, sou descendente de seres humanos que foram escravizados''. Ao dar voz a Susana, Antero e Túlio, Maria Firmina representou vivências, dores e saberes, não apenas narrativos, mas de uma realidade pouco explorada no universo literário.

Sobre a discursividade e a denúncia em forma de literatura, Duarte (2009) afirma que

> É o discurso do outro fazendo ouvir pela primeira vez na literatura brasileira, a voz diaspórica dos escravizados. Voz política que denuncia, em plena vigência do espírito das luzes, o conquistador europeu como bárbaro, invertendo de forma inédita a acusação racista – corrente na Europa e presente no pensamento de filósofos do porte de Hegel – que excluía a África do mundo civilizado. O romance prossegue com o verismo da descrição sobrepujando-se à ficção propriamente dita (DUARTE, 2009).

A escrita na literatura por afrodescendentes, por vezes poderia se tornar uma ferramenta pela qual poderiam realizar as suas denúncias, voltadas para a sua opressão e seus opressores, com isso a imagem literária criada para enaltecer o homem branco como herói seria posta em questionamento.

O pesquisador pontua ainda outro fator a ser considerado que é a sobreposição da ideologia abolicionista presente na obra em relação aos aspectos específicos da escola literária "Romantismo". Seja por meio da narração observadora, ou pelas vozes de seus personagens, este discurso está presente na obra de Maria Firmina, sendo então outro aspecto que transpassa a intencionalidade

ideológica que a escritora queria representar e que fosse considerada pelo seu leitor.

Ao discutirmos a intencionalidade da escrita, a construção não estereotipada dos personagens, voz e participação ativa do negro em diáspora dentro de uma obra, concebemos unicamente a sua possibilidade enquanto sujeito na literatura brasileira, visto que todos os fatores citados se tornam inviáveis na escrita de um personagem negro objetificado/coisificado.

Contudo, a obra de Maria Firmina dos Reis esteve, durante muitos séculos, à margem da literatura brasileira, pois não se inseriu no cânone. Acerca desse "apagamento" é que trata o tópico a seguir.

Apagamento histórico da obra Úrsula

O contexto social histórico em que Maria Firmina dos Reis (1825-1917) viveu não colaborou para a visibilidade e publicação de sua obra. Sendo uma mulher negra escritora, para além de enfrentar o racismo de sua época, o patriarcado também contribuiu para que seu livro não viesse a ter maior reconhecimento público.

Em *Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afro-brasileira,* Duarte (2009) pontua que

> Como era comum numa época em que as mulheres viviam submetidas a inúmeras limitações e preconceitos, Maria Firmina dos Reis omite seu nome tanto na capa quanto na folha de rosto de *Úrsula*, ali consignando apenas o pseudônimo "uma maranhense" ... Desta forma, a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina(...) (DUARTE 2009).

Duarte (2009) a escritora ainda faz uma introdução ao seu livro de forma cautelosa quando o introduz em seu prólogo como ‘’Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento’’ (REIS, 2018, p. 12), admitindo também a sua necessidade de publicá-lo. Úrsula foi publicado inicialmente em 1859 para logo após sofrer um silenciamento de mais de um século.

Ainda sob a afirmação de Paula (2011) sobre a desvalorização das obras produzidas por afrodescendentes (de pele preta), por ela ir contra a lógica social e colocando em risco o modelo de relações raciais, o apagamento sofrido por Úrsula seria justificado na exclusão das obras por pessoas negras por aquelas que em posição de responsáveis pela menção de obras e estudos não tiveram este olhar para o livro de Maria Firmina dos Reis.

De acordo com Duarte (2009), Sílvio Romero e José Veríssimo a ignoram e os demais expoentes de nossa historiografia literária fazem o mesmo. O romance está ausente das páginas de Antônio Candido, Afrânio Coutinho, Lúcia Miguel Pereira, Nelson Werneck Sodré e Alfredo Bosi, entre outros. Com uma discursividade abolicionista representando o negro e a mulher em uma época hostil para ambos, compreendemos então as dificuldades enfrentadas por Firmina não só como escritora, mas como também estudiosa e ativista.

Maria Firmina dos Reis apresentou Úrsula pelo jornal A Imprensa em 1860 da seguinte forma

> Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas de seu talento (REIS, 2018, p. 7).

Mas apenas em 1975 a partir de uma edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida, Úrsula veio a conhecimento de estudiosos (DUARTE, 2009).

Defronte aos fatos e acontecimentos que culminaram no apagamento histórico de Maria Firmina dos Reis em vida, compartilhamos da instiga de Pereira (2018) onde fala que o desafio é pensar como uma escritora tão emblemática continua à margem da tradição literária, mesmo tendo continuamente oferecido ‘’provas de seu talento’’ ao confrontar em pleno século XIX, os limites do etnocentrismo escravocrata além de problematizar o lugar da mulher e do negro.

O NEGRO COMO SUJEITO EM ÚRSULA

A estreia de Úrsula, na literatura brasileira, marca um passo para uma nova representação de figuras hostilizadas pelas diferentes opressões sociais, como por exemplo, o negro escravizado e a mulher. Considerada a primeira obra de Romance escrita por uma mulher no Brasil, Úrsula é uma narrativa romanesca que apresenta suas características específicas de um romance junto a denúncias ao mundo escravocrata e patriarcal.

Logo em suas primeiras páginas é apresentado ao leitor o personagem mais nobre e íntegro do romance, como é descrito pela autora, Túlio. Trabalhando seus personagens enquanto sujeitos, Maria Firmina deu vez para que os personagens tivessem funções importantes para a narrativa, sendo assim, os mocinhos da estória, Tancredo e Úrsula, são apresentados quando Túlio salva a vida de Tancredo e o leva para a casa de suas senhoras. Esse encontro se torna o princípio de uma trágica história de amor.

Úrsula representa a figura da mulher para a sociedade oitocentista. Mais de uma tragédia marca a sua vida, logo cedo perdera seu pai e ainda na metade da narrativa perde também a sua mãe. As questões que circulam a personagem são significativas na obra, a personagem exibe delicadeza, crença cristã e entregue ao amor de Tancredo. Os maus tratos que Úrsula sofre por seu próprio tio, Comendador P, quem jura estar apaixonado pela garota e quem assume a posição de vilão da estória, podem ser uma reflexão sobre o lugar da mulher na sociedade patriarcal.

Esta reflexão estaria presente quando os desejos e as vontades de Úrsula são repreendidos pela figura que acredita ter posse de sua pessoa e desconsidera todas as recusas de propostas de casamento que foram feitas. O mesmo personagem que desenvolve as ações citadas anteriormente, como aponta a narrativa, já havia sido o carrasco também da pobre mãe de Úrsula, quando proibiu seu casamento e assassinou anos depois seu marido. Confirmando mais uma vez a forma abusiva e desrespeitosa como Comendador P tratava as mulheres, sendo esse um paralelo para o lugar em que a sociedade queria colocar a mulher, a de abuso e opressão pelo homem.

O romance protagonizado por Tancredo e Úrsula foi breve, visto que por consequência da obsessão de seu tio, os amantes foram caçados e Tancredo assassinado em frente à sua amada. Entre o começo dessa história de amor e seu lamentável fim, temos capítulos e diálogos protagonizados por seus personagens negros/africanos(as) que realizam ainda mais denúncias sociais, exibem suas perspectivas subjetivas de vivências enquanto escravizados e/ou livres e as ações que estes realizaram com ligações ou não ao romance de Tancredo e Úrsula.

> Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti

> mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão? E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2018, p. 18).

Conforme mencionado inicialmente, Túlio foi o primeiro personagem a ser caracterizado como afrodescendente em condição de escravizado. Os vários adjetivos positivos para descrever a personagem e suas atitudes já o distanciam neste enredo das produções literárias que coisificam seus personagens em mesma condição, por esta ser uma fuga dos estereótipos do negro maldoso, ardiloso ou mau caráter.

Em Úrsula, há uma desconstrução dessa ideologia do negro como coisa ou um ser animalizado, que estava sempre em busca de vingança. Maria Firmina lança uma nova percepção sobre o negro ao apresentá-lo como ser humano dotado de sentimentos, conforme Santos (2018). Juntamente ao apagamento de uma dignidade e humanidade do personagem negro, podemos concluir também diante disso o apagamento de seu sentimentalismo, a sua vulnerabilidade de demonstrar e falar sobre o que sente.

A narração da terceira pessoa como em um narrador onisciente, além das próprias ações narradas, há também uma confirmação pelo narrador sobre o que o personagem africano está sentindo e a validação de suas ações como nobres e doloridas. Como podemos analisar neste trecho da obra

> Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sob o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento, correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocando-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (REIS, 2018, p. 19).

E assim, a obra segue representando de forma coerente a intenção das ações dos seus personagens africanos e a honestidade dos mesmos atos, como pontua Nascimento (2009) sobre a forma com que os negros se manifestam na narrativa: contextualizados em universo cujas características coloniais predominam, onde há a existência de senhores patriarcais e escravocratas, e, ainda assim, eles (os negros) perspectivam suas ideologias de acordo com a africanidade, com sua descendência.

Além de Túlio, Maria Firmina também traz a sua obra mais dois personagens negros, Preta Suzana e Antero, ambos são africanos em diáspora, ou seja, foram sequestrados do continente africano para serem escravizados no Brasil. Preta Suzana e Antero, de forma distinta, mas ainda seguindo a construção do personagem negro enquanto sujeito da narrativa, apresentam características e sentimentos que fazem referências as suas respectivas ancestralidades e para as vidas que levavam antes da escravidão.

O trecho a seguir arca a descrição da personagem Preta Suzana

> E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor – única, cuja recordação nos apraz, e em que... Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 2018, p. 67).

A primeira linha adjetiva o caráter da segunda personagem negra apresentada na obra, preocupação essa em sempre qualificar seus personagens principais segue por todo o livro. Em seguida, existe a explanação do tipo de relação que Preta Suzana tem com Túlio, sendo ela a única mulher no coração do afrodescendente por ter o acolhido como um filho após a escravidão lhe fazer órfão.

Seguindo as descrições para Preta Suzana, encontramos mais uma quebra do padrão estereotipado para as mulheres negras em narrativas. Mais comumente sexualizada, a mulher negra seria descrita com um padrão de corpo exótico e desejável para o homem que a objetifica e acredita que detém de algum direito sobre o seu corpo.

Sobre a entrada de Preta Suzana na narrativa, Duarte aponta que

> Além de reforçar a própria condição afro-descendente do texto, a entrada em cena da velha africana confere maior densidade ao sentido político do mesmo. Mais uma vez, o território de origem é mencionado sem rodeios, ao contrário do que se vê em outros escritos do século XIX, inclusive assinados por afro-

> brasileiros. Sobressai, então, a condição diaspórica vivida pelos personagens arrancados de suas terras e famílias para cumprir no exílio a prisão representada pelo trabalho forçado (DUARTE, 2009).

A condição diaspórica a qual o pesquisador refere-se é entendida na obra não só como o processo brutal que foi a captura dos africanos para o Brasil, mas também uma condição saudosa e dolorida pelo que se deixou para trás e aquilo que não existe como possibilidade de regresso. Preta Suzana fala de sua vida na África, sobre o que possuía e como passava seus dias.

Já o terceiro personagem em destaque da obra é apresentado em momento crucial para o romance de Tancredo e Úrsula, Pai Antero é ordenado a vigiar Túlio que fora capturado por Comendador P enquanto estava na missão de avisar Tancredo que o Comendador estava em seu encalço para matá-lo.

> Antero era um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas. Em presença dos dois homens de má catadura e feições horrendas, ele mostrou-se rígido, e atirou com o prisioneiro para um quarto úmido e nauseabundo, e mostrou interessar-se vivamente em cumprir as ordens, que recebera. Depois colocou-se à porta, qual fiel cão de fila a quem o dono deixou de guarda à sua propriedade ameaçada por ladrões (REIS, 2018, p. 120).

Ainda que Antero estivesse cumprindo ordens de seu senhor e colocado como ‘’no time do vilão’’ a narrativa que se segue não demonstra uma concordância com o que está sendo feito pelo Comendador P por Antero. Diferente dos dois personagens

anteriores, Antero se encontra em condições piores de escravidão, visto que seu dono é descrito por algumas vezes na obra como embrutecido e desumano com seus escravizados.

Ao contrário de querer por vontade e escolha obedecer a seu dono, Antero demonstra sua tristeza para com o destino de Túlio: ‘’— Coitado! – dizia ele lá consigo – Sua pobre mãe acabou sob os tratos de meu senhor!... E ele, sabe Deus que sorte o aguarda. Pobre Túlio!...’’.

Ainda conforme Duarte (2009) sobre os personagens negros da obra Úrsula

> Surge então a figura decrépita de Pai Antero, sujeito de bom coração, mas dominado pelo alcoolismo. Saudoso dos costumes de sua terra e do “vinho de palmeira” bebido no ritual africano do descanso semanal – que Maria Firmina nomeia “festa do fetiche” –, Antero cumpre na trama o contraponto dramático ao caráter elevado de Túlio. Além disso, ao ressaltar o vício do personagem, o texto escapa à idealização pela qual todo negro seria perfeito e todo branco ruim (DUARTE, 2009).

Assim como Preta Suzana, Antero faz referência a sua terra e aos seus costumes de forma nostálgica. Lembrando-se de aspectos vividos e concebidos em liberdade, fazendo então uma relação com sua ancestralidade. Como aborda o autor, apesar de Firmina explicitar que Antero não se trata de um personagem ruim ou mau caráter, existe uma pluralidade na criação dos personagens da escritora que não permite a narrativa cair em um padrão entre seus personagens negros, eles são distintos um dos outros, em personalidade e em vivências.

E são estes os aspectos que se destacam e consumam a quebra de moldes na representação do negro na literatura oitocentista. A diversidade, a história e a perspectiva dos personagens africanos(as) são enunciadas por uma voz negra e isso faz com que a discursividade vá além do óbvio e do que o opressor quer dizer de seu oprimido. A escrita em Úrsula faz marcações até mesmo cronológicas sobre uma parte da história que não queriam representar, quando Maria Firmina escreve sobre África, os navios negreiros e a escravidão no Brasil.

A LIBERDADE COMO IDEOLOGIA DO NEGRO ESCRAVIZADO

A compreensão de diáspora, que levantamos no tema deste estudo, refere-se ao processo escravista que trouxe ao país de forma forçada e violenta os cativos do continente africano para a exploração da mão de obra escrava e junto a esse processo, a trazida de diferentes culturas, línguas, religiões e costumes ao Brasil.

Conforme afirma Walter (2009) um dos objetivos principais da escrita negra na diáspora é o de voltar às raízes das ideias de subalternização (de hoje e ontem) para conscientizar os leitores da injustiça sofrida, compreendemos que ao escrever Úrsula antes do fim da escravidão no país, Maria Firmina assumiu posicionamento enquanto mulher afrodescendente em diáspora e denunciadora das injustiças ainda no auge destes mesmos acontecimentos chamando assim um olhar para os escravizados como sujeitos que há muito estava sendo negado.

Ao realizarmos a leitura de seus personagens na obra, temos um vislumbre do que havia sido as suas respectivas vidas antes de serem colocados em posição de escravizados. Isso visto que Preta

Suzana e Antero passaram pelo processo de imigração pelos navios negreiros e retomam na narrativa o cotidiano e os costumes que alimentavam enquanto livres e em suas terras por meio de diálogos com Túlio.

A temática diaspórica e os conceitos de liberdade continuam como temas entre os escritos de autores afrodescendentes contemporâneos que desejam retomar a sua história e levar a consciência do leitor à diversidade de vida dos seus ancestrais. Temáticas como negritude, luta, resistência, amor, liberdade e religião, enriquecem os versos de poemas de autores afrodescendentes. Faremos assim uma exemplificação do tema liberdade usado em poemas de autoras afrodescendentes como uma representação do conceito de liberdade para o negro escravizado na literatura.

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(Poemas de recordação e outros movimentos, p. 10-11).

O poema de Conceição Evaristo, chamado Vozes-Mulheres, faz uma retomada ao impacto da escravidão por cinco gerações de uma linhagem de mulheres. A primeira, sendo a bisavó, aborda o processo de diáspora citando, assim como Maria Firmina em Úrsula, os navios negreiros. Na segunda, a mulher retratada pelo poema é a avó, que caracteriza a falta de liberdade implícita pela obediência ao povo branco, sendo este fator determinante do racismo e da escravidão.

Quando o eu lírico faz a menção de sua mãe no poema, relacionamos os versos aos acontecimentos históricos, sendo esta uma referência ao fim da escravidão no país que pelo seu processo resultou na retirada das famílias de ex-escravizados para as favelas e a permanência na servidão aos brancos como forma de sobreviver. O poema também apresenta uma metalinguagem, quando a autora expressa que a sua voz é entoada por meio de seus versos e produções, assim descrevendo o que sente sobre o que passou e o que as suas ancestrais passaram.

A concepção de liberdade por completo fica restrita para a próxima geração, a filha, onde as palavras compostas pela autora fazem uma união entre passado, presente e futuro, sobre o ato e a fala, concebendo que a liberdade gozada hoje está em ligação ao reconhecimento do passado, o poema exprime uma sucessão de acontecimentos reais, em meio aos fatores poéticos. O poema representa em suas linhas finais a visão de vida-liberdade, para a filha, inferindo assim que os fatores mencionados anteriormente não possibilitaram esta liberdade por completo.

O negro como objeto na literatura não tinha significação profunda o suficiente para fugir dos estereótipos e abordar a liberdade como uma ideologia para a sua narrativa. A negação de uma subjetividade ao personagem negro causou impacto, não somente na sua concepção de liberdade, como também em outros aspectos. A literatura foi usada como fator de influência nesse sentido ao trazer no negro o ser animalesco e sexual. O preto no amor foi censurado, e para ele sobrou apenas o sexo (DUARTE, 2018 *apud* SANTOS, 2018, p. 14) "Adoro a forma como a água escapa pelos cantos das pedras, apregoando liberdade, louca, alucinada em direção ao oceano!"

Esse trecho, da poetisa Elisa Pereira, apresenta outra face da ideologia de liberdade para o negro escravizado que também possui relação com a retomada dos sofrimentos vividos por estes. Ao usar um aspecto da natureza (oceano) em relação ao conceito de liberdade, existe a referência aos africanos que cometeram suicídio na vinda ao Brasil nos navios negreiros, isso também fora mencionado por Maria Firmina na obra Úrsula

> Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que

> criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte (REIS, 2018, p. 71).

Na passagem fica de forma explícita o preterimento de alguns cativos africanos a morte que a posição de escravizado e todas as suas violências desumanas. Concluindo a passagem ao poema de Elisa Pereira, a autora finaliza seus versos como:

> Sei que desço,
> feito lágrimas no rosto de criança.
> Meu destino?
> É desaguar no oceano (p. 33).

A relação que fazemos por esta pesquisa aborda que uma literatura que apresenta os personagens negros escravizados como sujeitos faz a representação de liberdade por diferentes visões e conceitos, isso sendo possível pela trajetória narrativa que cada personagem representa dentro de uma obra. Analisaremos por fim a definição de liberdade concebida por Túlio e Preta Suzana no capítulo IX da obra Úrsula de Maria Firmina dos Reis.

Túlio e Preta Suzana: a representação da ideologia de liberdade em Úrsula

O primeiro personagem na trama a citar as ideias de liberdade teve um desenvolvimento no enredo da história mais demorado e discutido, sendo este personagem o Túlio. Este personagem é quem

salva o herói branco da história e assim se torna também um herói dentro da narrativa.

Sobre o encontro de Túlio e Tancredo, Duarte afirma que

> O primeiro capítulo objetiva apresentar os dois personagens masculinos que irão encarnar a positividade moral do texto: um branco e um negro. Assim eles entram em cena, primeiro Tancredo; depois, Túlio. Entretanto, ao utilizar-se do artifício do acidente, a autora faz com que o segundo tome a frente do primeiro e cresça enquanto personagem. Já de início, o leitor passa a conhecê-lo em suas virtudes, enquanto do outro sabe apenas do atordoamento mental que provoca sua queda. Há mais: ao despertar do desmaio, Tancredo depara-se com o negro à sua frente e, apesar da febre que já lhe turvava novamente os sentidos, vislumbra no escravo o homem bom que o salvou (DUARTE, 2009).

Após salvar a vida de Tancredo, Túlio encontra um fiel e grato amigo, uma vez que esta relação quebrava determinados padrões sociais da época que impossibilitavam brancos e negros a se enxergarem em posição de igualdade, percebemos por fim aspectos na construção do personagem Tancredo que representam a mesma ideologia discursiva presente na narração escrita por Maria Firmina, existe uma idealização de parceria entre esses dois personagens que podemos caracterizar como uma ideia de libertação dos moldes sociais impostos no contexto social da época em que a obra fora escrita.

Como podemos confirmar pelos trechos da obra:

> — Túlio! – repetiu o cavaleiro, e de novo interrogou: — A tua condição, Túlio? Então o pobre e generoso rapaz, engolindo um suspiro magoado, respondeu com amargura, malgrado seu, mal disfarçada: — A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que... — Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante (REIS, 2018, p. 21).

Mesmo após ficar ciente da condição de Túlio, Tancredo não demonstra desafeto ou repulsa pela figura do escravizado que estava à sua frente, ainda analisando o diálogo, existe uma defesa de posicionamento enquanto homem branco que o conserva no papel de herói romanesco conforme a intencionalidade da obra. Como também podemos ver em:

> — Ah! Meu senhor – exclamou o escravo enternecido – como sois bom! Continuai, eu vo-lo suplico, em nome do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores! Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão (REIS, 2018, p. 22).

A gratidão mostrada pelo escravizado perante o tratamento dado pelo homem branco demonstra uma exaltação deste contato, da tentativa de Tancredo em se colocar como igual e a frente da mentalidade das pessoas em sua mesma posição de privilégio. As cenas seguintes desencadeiam no pagamento da alforria de Túlio como prova da gratidão de Tancredo, culminando assim em mais um passo para a construção do conceito de liberdade para a personagem Túlio.

Ainda sobre o trecho destacado, Nascimento (2009) afirma que Túlio é o personagem que objetiva puramente a liberdade, seus gestos e atitudes buscam livrá-lo do julgo escravocrata, através de seu altruísmo e a partir de sua conduta de escravo, que consciente de sua condição servil e não de sua benevolência em relação aos "brancos" da narrativa, sendo esta uma concordância com a narrativa construída na base de denúncia a escravidão e ao seu sistema.

Para compreendermos o conceito de liberdade representado por Túlio na obra Úrsula, consideramos a sua trajetória enquanto afrodescendente, visto que ele nascera já em posição de escravizado, filho de africanos trazidos de seus países para o Brasil. Túlio não conheceu a vida fora da escravidão na África, como os personagens Preta Suzana e Antero. Portanto a sua trajetória de vida ambiciona a alforria e a saída do engenho como forma de liberdade. Seguimos com os trechos da obra que apresentam o que é a liberdade e estar liberto para o nobre e mísero Túlio.

> — Recebe, meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade. Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e, como se fora a sombra do seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor

> sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a – era feliz! (REIS, 2018, p. 29).

Os fatores que constituem o conceito de liberdade para Túlio se entrelaçam e formam uma mistura entre imaginário e vivência por este trecho, uma vez que o mesmo acredita estar livre como seus pais eram na África, ao tempo que realiza uma promessa silenciosa de seguir e servir Tancredo por toda parte. Sendo este último fator uma limitação sua coerente com a sua trajetória, visto que os males da escravidão fazem parte de seu mundo desde o seu nascimento.

Ainda sobre sua nova condição de alforriado

> — Oh! Quanto a isso não, mãe Susana – tornou Túlio. – A senhora Luísa B. foi para mim boa e carinhosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão, mas quanto ao jovem cavaleiro, é bem diverso o meu sentir; sim, bem diverso. Não troco cativeiro por cativeiro, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! Veja, mãe Susana, se deve ter limites a minha gratidão: veja se devo, ou não, acompanhá-lo, se devo, ou não provar-lhe até a morte o meu reconhecimento! (REIS, 2018, p. 69).

Para Duarte (2009), Túlio faz a figura de sujeito compassivo e imensamente grato a sua senhora por não ter imposto a ele os mais desumanos maus tratos cabíveis na escravidão e a Tancredo por ter comprado a sua liberdade, porém a sua visão de ‘’livre’’ é ironizada por Preta Suzana e seguida pela sua representação de liberdade enquanto africana em diáspora.

É nesta parte da obra que além de apresentar mais de uma perspectiva ideológica sobre a liberdade para o negro em condição de escravizado que Maria Firmina dos Reis representa mais substancia a africanidade, ao discurso abolicionista e a exaltação da África. Ao ouvir Túlio declarar-se livre, Preta Suzana dialoga:

> — Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?... — Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – E para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria. Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos. Túlio olhou-a com interesse; começava a compreender-lhe os pensamentos. — Não se aflija – disse. — Para que essas lágrimas? Ah! Perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste! A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou: — Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa

> união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 69-70).

Os fatores ideológicos sobre a liberdade para Preta Suzana saem da ideia do imaginário como apresentado por Túlio em relação a seus pais e a África, dando vez aos acontecimentos vividos pela africana antes de sua captura para a escravidão. Para a narrativa, Maria Firmina escreve uma sucessão de acontecimentos em sequência para desenvolver a história de Preta Suzana em sua pátria, fala sobre sua família, as belezas de seu país de origem, sua filha, o amor de sua vida e as suas amigas.

De acordo com Zahidé Muzart (MUZART *apud* DUARTE, 2009), "é Mãe Suzana quem vai explicar a Túlio [...] o sentido da verdadeira liberdade, que não seria nunca a de um alforriado num país racista". As lembranças contadas por Preta Suzana intencionam desconstruir a ideia de Túlio que seguir um novo senhor branco seja o auge de liberdade a ser alcançado por sua pessoa, é exemplificando com sua própria trajetória que ela explica ao seu ''filho adotivo'' que a liberdade lhe foi realidade, porém não é mais. A conclusão do relato de Preta Suzana marca o seu sequestro e o fim de sua liberdade.

As concepções do ser livre enquanto negro escravizado foram apresentadas por estes dois personagens em momentos diferentes da obra. O segundo apresenta uma contradição ao primeiro, marcando assim a intencionalidade em dar diferentes

vozes e perspectivas aos seus personagens como sujeitos na narrativa.

Existe uma trajetória na descrição dos personagens que funcionam como fatores direcionadores para as suas ideologias de liberdade, sendo que a ideologia de Túlio marca uma busca por ela, acredita em ser livre e no trabalho fora da posição de escravizado. Já a ideologia de Preta Suzana para liberdade, com base em sua própria trajetória, é marcada pela lembrança dolorosa de sua vida na África e consciência do fim da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão da escrita de afrodescendentes na literatura brasileira fora constituída e fortalecida em preconceitos advindos da escravidão sofrida por esta população no país. A pluralidade e relevância de uma escrita negra e feminina são comprovadas na obra Úrsula de Maria Firmina dos Reis, quando a mesma se fez valer de ideais abolicionistas e denunciadores na criação de seu romance oitocentista. O apagamento histórico sofrido em decorrência dos constructos sociais para com a sociedade de margem, negra, escravizada etc, serviu como motivação para o estudo e análise da obra, fazendo assim uma defesa da necessidade de maior reconhecimento canônico para Úrsula e Maria Firmina dos Reis.

Analisamos a caracterização dos personagens Túlio e Preta Suzana e o desenvolvimento destes, a fim de compreender as suas respectivas concepções de liberdade dentro do enredo, concluímos que ambos se configuram na obra enquanto personagens negros sujeitos dento da narrativa. Levantando assim a relevância representativa para a estreia do personagem negro em diáspora dentro de uma obra romanesca oitocentista.

A fuga dos estereótipos de negros literários aproxima a escrita de Maria Firmina aos ideais antiescravistas e racistas, a sua genialidade em ir contra ao racismo e a invisibilidade que era construída na época traz representatividade e resistência escrita de forma persistente e compreensível a todos que leram seu trabalho em Úrsula.

Ao destacarmos trechos da obra que possibilitam um vislumbre da trajetória de Túlio e Preta Suzana, destacamos também os componentes que levam estes personagens a construírem e defenderem o seu conceito de liberdade. A busca pela liberdade de Túlio culmina em sua morte, o contentamento sofrido de que não é mais possível viver em liberdade leva Preta Suzana a um último ato de coragem e também a um fim trágico.

Em ambos os casos, a participação dos personagens negros no desenrolar do romance vivido por Tancredo e Úrsula, também fomenta os conceitos de personagens negros como sujeitos da narrativa, visto que desencadeiam papeis fundamentais na obra.

Esse estudo partiu e segue com interesse em analisar o personagem africano em diáspora na literatura oitocentista escrita por Maria Firmina dos Reis assumindo o forte papel de representação enquanto enunciador da sua ideologia de liberdade por uma escrita negra com proximidade da realidade histórico-social.

Desse modo, a pesquisa aqui apresentada é apenas um recorte de uma das inúmeras possibilidades de análise que a obra e temática oferecem para estudiosos das Letras. Desta feita, espera-se instigar novos estudos acerca da mesma.

REFERÊNCIAS

DUARTE, E. A. “Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afro-brasileira”. **Literafro**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 27/11/020.

DUARTE, E. A. “Por um Conceito de Literatura Afro-brasileira”. **Literafro** [02/03/2022]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 18/05/2022.

EVARISTO, C. “Vozes-Mulheres”. **Literafro**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 30/11/020.

FILHO, D. P. “A trajetória do negro na literatura brasileira”. **Estudos Avançados**, vol. 18, n. 50, 2004.

GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1976.

NASCIMENTO, J. C. “A construção do negro no romance Úrsula”. **Literafro** [07/07/2021]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 28/11/2020.

PAULA, C. D. S. “Elementos para pensar a literatura afro-brasileira”. **Revista Thema**, vol. 8, n. 2, 2011.

PEREIRA, D. C. “Maria Firmina dos Reis: uma voz em conflito”. *In*: REIS, M. F. (org.). **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

REIS, F. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

SANTOS, A. A. D. “Existência e transcendência negras em Memórias da pele, de Elisa Pereira”. **Literafro** [19/10/2018]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 30/11/2020.

SANTOS, D. S. D; CARVALHO, T. R. D. “A representação do negro escravo na narrativa Úrsula, de Maria Firmina dos Reis”. **Humanidades e Inovação**, vol. 5, n. 1, 2018.

SANTOS, J. B. D. A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis. **Literartes**, vol. 5, n. 5, 2016.

WATER. R. “Literatura e Teoria da Diáspora Negra das Américas: entre tempos e lugares em busca de lares”. **Literafro** [02/07/2021]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 27/11/2020.

CAPÍTULO 9

Espiritualidade e Quotidianidade Ritualística em Mulungu, de Adelino Timóteo

ESPIRITUALIDADE E QUOTIDIANIDADE RITUALÍSTICA EM *MULUNGU*, DE ADELINO TIMÓTEO

Juma Manuel

David José Sebastião Matandire

A compreensão de uma literatura nacional exige, para além da dimensão estética singular, também a consideração dos elementos ritualísticos autóctones. Nesse sentido, as literaturas africanas, que emergiram de situações coloniais, apresentam, regra geral, um profundo entrosamento com o território das tradições e da religiosidade africana.

Decorrente dessa contextualização, esta empreitada científica augura analisar a espiritualidade e as práticas ritualísticas como elementos da identidade moçambicana na obra *Mulungu*[51](2007), do escritor Adelino Timóteo. Com efeito, através de recorrências temáticas inspiradas em impressões e experiências relacionadas com vivências das comunidades rurais moçambicanas, a obra em estudo rechaça elementos de inestimável valor para o conhecimento do processo de expressão da moçambicanidade.

Desta forma, resulta que este texto procura responder ao questionamento relativo a que idiossincrasias socio-antropológicas o escritor Adelino Timóteo se serve para legitimar o imaginário cultural moçambicano, pelo que se torna fundamental, nesse sentido, analisar os acontecimentos da cultura moçambicana que atravessam a obra timotiana, no sentido de compreendermos os contornos dessas práticas ritualísticas e entidades míticas envolvidas na diegese.

[51] O termo "Mulungu", na língua cisena, de matriz bantu, significa Deus.

Para responder ao objectivo primordial do estudo, a nossa base metodológica está centrada na análise literária do conteúdo, suportada pelo método bibliográfico, pois através desta metodologia, encontramos as diversas teorias que suportam os estudos literários e socio-antropológicos, que mantêm comunicabilidade intrínseca com o escopo do trabalho.

A construção do texto compreende, para além da introdução, dois grandes eixos, sendo o primeiro referente à discussão sobre a manifestação da espiritualidade e do espaço mítico em *Mulungu*. Já no segundo eixo, procuramos problematizar, dando a necessária hermenêutica, o papel dos diversos signos culturais na (re)construção da identidade moçambicana, por exemplo as crenças ancestrais, a tradição e os ritos moçambicanos.

GNOSE ESPIRITUALISTA, ESPAÇO MÍTICO E IDENTIDADE EM *MULUNGU*

Tal como nos referimos na Introdução do trabalho, por meio da escrita, Adelino Timóteo procura legitimar o imaginário cultural moçambicano, expondo aspectos peculiares desse universo cultural, como são os casos da crença nos costumes, tradição e ritos populares, fazendo, assim, uma verdadeira incursão às raízes profundas da tradição moçambicana, porquanto as obras dessa natureza "são caracterizadas pela descrição de factos heróicos de deuses e semideuses, geralmente relacionados aos mitos de um povo, cuja intenção é explicar origens e factos a partir da imaginação" (TUAN, 1983, p. 99).

Nesta concomitância, Italo Calvino, num dos seus estudos sobre o mito, explica que:

> Desde os tempos remotos, o Homem busca compreender os acontecimentos em volta da sua vida, bem como entender o sentido da própria existência por meio dos deuses e das entidades míticas. Nas nossas comunidades, as religiões tradicionais envolvem ensinamentos, práticas e rituais que visam compreender o divino, razão pela qual, nas comunidades africanas reconhece-se a existência de deuses cujos são considerados criadores do universo e do próprio ser humano (CALVINO, 1977, p. 123).

Essas palavras de Italo Calvino estabelecem um paralelismo com a narrativa *Mulungu*, uma vez apresentar uma série de elementos, como são os casos de práticas ritualísticas, crença no poder ancestral e conexão entre os espíritos dos mortos e os humanos, o que configura manifestação do espaço mítico na narrativa em apreço.

O mito tem sido um conceito extremamente difícil de clarificar o seu alcance, sobretudo no que concerne ao seu âmbito e objecto. Segundo BARTHES (2006, p. 26), é preciso ter a noção que a palavra mito assume hoje múltiplos significados e como tal, estudar o mito implica que os vários significados, separadamente ou em conjunto, estejam em relação. O autor acrescenta:

> A relação do homem para com o espaço que habita é transcendida por inúmeras instâncias que envolvem a abstração e o pensamento humano. Por exemplo, os egípcios conceberam um espaço sagrado e mítico tendo como base os elementos de sua paisagem, que também é moldada de forma subjectiva (BARTHES, 2006, p. 27).

Assim, na esteira desse entendimento, o Homem tem a capacidade de conceber um espaço como sendo mítico ou não, dependendo das bases que ele possui para considerá-lo. Por exemplo, em comunidades moçambicanas, espaços retratados na obra em estudo, podemos vislumbrar o seguinte:

> Como dissera acima, aquele mundo me era desconhecido e eu desejava conhecê-lo a qualquer preço [...] me entusiasmara com o tal paraíso com um Deus multi-esposado a brincar com os homens, a castigar um macho pela ousadia deste ter possuído uma fêmea, todos eles importados do ecrã da boca do catequista, em diferido aos meus olhos (TIMÓTEO, 2007, p. 9).

Descreve-se, na transcrição acima, um mundo, não só com a presença de um ser místico, como também de actividades místicas. Considera-se um paraíso cujo dono é um Deus solteiro que brinca com homens e tem o poder de castigar os machos. A observação do espaço em que se vive é uma característica própria dos humanos. Este tipo de espaço manifesta-se, igualmente, na passagem textual:

> Manhã de Dezembro aquela, o mundo acordara assustado, o vendaval tomara a terra, arrancara cobertura às casas, impondo misteriosamente que os casais trocassem de cama. Os vizinhos viam-se de súbito trocando de cônjuges, impelidos pelas mãos do temporal que os sujeitava a atravessar as janelas e as portas partidas pelo efeito do maldito ciclone. Um facto inacreditável. Até hoje no muralhado procura-se encontrar explicações para o sucedido. Uns dizem que se tratava de *Nfite*[52], um feitiço que punha os

[52] *Nfite*: termo da lingua cisena, que significa um espírito que faz acontecer coisas obscenas.

> mortos a caminhar e a fazer estragos do tamanho do mundo (TIMÓTEO, 2007, p. 74).

Nesse dia, um grande vendaval assusta os moradores do reino. Isso aconteceu após a morte de Mundau, que teria se envolvido com Mazeza, a esposa de Mulungu. Este, deveria ter sido julgado por Mulungu, para tal, era necessário que viesse dos mortos para o efeito. Portanto, a sua vinda manifestou-se através daquele grande vendaval que destruiu casas e tectos. Esta ocorrência foi considerada um trabalho de *Nfite*, um feitiço que põe os mortos a caminhar e a fazer estragos.

Ora, em qualquer sociedade, os homens se organizam e se orientam a partir daquilo que faz parte da sua cosmovisão. Assim, esse olhar, por mais que possa parecer isento de grandes interferências sociais ou culturais, é, na verdade, mais um constructo da abstração de nossas mentes. Veja-se, por exemplo, "Fruto de um entretanto outros incestos, mulungu casou-se com a filha própria, Mazeza, no acto que, segundo a prática, visava fortificar o seu poder" (TIMÓTEO, 2007, p. 11).

Para explicar a origem da força do Mulungu, o incesto é tido como um elemento primordial. Assim, Mulungu casou-se com a própria filha para fortificar o seu poderio. Nesta conformidade, vemos que a dimensão mítica não se manifesta apenas em retratar sobre lugares, como também através de práticas que são consideradas de motivação para certos acontecimentos e comportamentos. Com efeito, Mircea Eliade tece, a este propósito, as seguintes explicações:

> Os mitos relatam, não só a origem do Mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também todos os acontecimentos primordiais em consequência dos

> quais o homem se transforma naquilo que é hoje, ou seja, um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, obrigado a trabalhar para viver e trabalhando segundo determinadas regras (ELIADE, 1989, p. 45).

Desta forma, atrelados no pensamento precedente, compreendemos que o mito passa a ser fundamental para que uma determinada sociedade seja organizada, ou possua certas regras para o efeito. Em *Mulungu* é evidente a alusão a essa linha de entendimento, pois

> Dizia-se que Mundau em pessoa representava uma das castras da vaca. O que tanto bastava para as pessoas dele se rirem e se rirem tanto, a ponto de acreditarem que das vacas leiteiras as mulheres teriam adaptado o hábito de amamentar os filhos, daí o leite vaqueiro servir hoje como alimento (TIMÓTEO, 2007, p. 20).

Este acontecimento sucedera após a fuga da Zumbia, a mulher mais velha de Mulungu, sentenciada a morte pelo marido, pois havia presenciado a infidelidade da filha com o marido. Esta tivera fugido enquanto se encontrava grávida, porém, foi dar luz o menino Mundau, numa região chamada Xitubo. Mulungu apercebera-se que ela ainda estava viva, pelo que, foi atrás dela para matá-la. Ela, apercebendo-se do perigo, deixou o filho num curral, fazendo com que as pessoas pudessem acreditar que Mundau havia saído da vaca, como cruzamento de um homem desconhecido com uma vaca leiteira. Assim, pela trama, acredita-se que, hoje em dia, as pessoas consomem o leite de vaca porque Mundau crescera se alimentando do leite da vaca.

O homem como membro integrante de uma determinada sociedade possui as suas crenças, hábitos e costumes, pelo que esses elementos passam a ser um instrumento de sua identidade. Ora, a identidade, seja ela colectiva ou individual, conforme descreve Manuel de Sousa Silva:

> Está vinculada de forma indissociável a alteridade e se define de forma dialógica, mediante o uso cotidiano da linguagem que se desenvolve através da interação social com outras pessoas, de modo que cada indivíduo busca em outras pessoas o reconhecimento que julga merecer e que é indispensável para a construção do "eu" (SILVA, 1996, p. 78).

No seu estudo sobre a construção da identidade, especificamente dos povos que passaram pelo processo de colonização, Kabengele Munanga explica que:

> A construção de identidade das populações negras, descolonizadas pressupõe o resgate de uma cultura negada e falsificada em prol de interesses europeus desde a colonização e pela implantação dos modelos cientificistas do século XIX. Descrever costumes, paisagens, factos, sentimentos carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstracta – afirmando em contraposição o concreto espontâneo, característico, particular (MUNANGA, 1999, p. 65).

Na literatura moçambicana, a descrição de hábitos e costumes, assim como de terras e acontecimentos que nelas ocorrem,

tem sido um dos meios de construção de uma identidade anteriormente renegada. Em *Mulungu*, portanto, temos o exemplo disso na seguinte passagem textual:

> Calhou. Aquele foi o primeiro dia de azar de Mulungu, os espíritos não o acompanharam na viagem ao corpo de Mazeza. Aconteceu, imprevisivelmente, Zumbia chegou e os foi encontrar e em flagrante delito. Como toda a mulher traída ficou quente e depois se esfriou. Afinal, precavera-se do malefício do marido imunizando a miúda com o *licaho*[53] uma espécie de cinto de castidade que nas margens do Zambeze adormecem os instintos dos adúlteros e não só, o qual, contra as previsões de quem engendrara, falharia, permitindo aquela promiscuidade (TIMÓTEO, 2007, p. 15).

Nas comunidades moçambicanas, a conexão entre os vivos e os mortos é uma premissa ideológica que está em todos, porquanto se acredita que "as sociedades africanas encaram a cultura da morte com uma visão diferente daquela que corresponde às manifestações de outros povos perante o mesmo fenómeno" (MAPERA, 2013, p. 124).

Assim dito, os espíritos possuem um poder enorme sobre os vivos, podendo interferir nas suas vidas, quer para os proteger, quer para os castigar; tal como sucedera a Mulungu, que teve o azar de não ser acompanhado pelos espíritos quando pretendia viajar ao

[53] *Licaho*: feitiço geralmente utilizado pelos homens das margens do Zambeze para desencorajar o adultério. Existem três tipos de licahos:

a) *Licaho de ovo*: consiste num fechamento total do vaso da mulher, sem que haja a possibilidade de penetração;
b) *Licaho de cágado*: consiste na conversão do vaso da mulher à forma de cágado, isto é, quando o homem pretende penetrar, o seu membro contrai-se para o interior da bexiga;
c) *Licaho de formigas*: deixa o membro do homem rodeado de formiga durante o acto sexual, levando-o a morte.

corpo de Mazeza. É fundamental, nesta passagem, fazer referência ao elemento sígnico que protegera a rapariga da investida de Mulungu, o facto dela ter sido imunizada por uma espécie de cinto que adormece instintos dos adultérios, designado de *licaho*. É comum, nas margens do Zambeze, o uso deste instrumento para descobrir casos de traição naquela região. Veja-se, a seguir, como se manifesta um dos tipos de *licaho*:

> A segunda tentativa, Mulungu enviou-lhes o licaho de cágado, de que resulta na conversão do vaso da mulher à forma de cágado, pois quando ela bem acreditava que seria penetrada, o membro de Mundau se contraiu para o interior da bexiga, o que o assustou sobremaneira (TIMÓTEO, 2007, p. 26).

Mulungu, o Deus daquele muralhado, estivera longe da Mazeza enquanto Mundau procurava ter relações com ela. Entretanto, estes não sabiam que o Mulungu havia feito uma armadilha, com o *licaho* de cágado. Estes já se tinham envolvido antes, apenas em beijos, pensando que poderiam ludibriar o Mulungu. Assim, quando Mundau tentou penetrar o seu órgão, contraía-se para a bexiga, do mesmo jeito que o cágado faz com a sua cabeça. É por esta razão que surge o nome *licaho* de cágado. Este tipo de prática legitima um traço identitário das comunidades moçambicanas que a usam para descobrir o adultério em suas relações conjugais.

ESPIRITUALIDADE, ANCESTRALIDADE E TRADIÇÃO EM *MULUNGU*

A literatura é conhecimento ficcional e, enquanto representação do mundo, portadora de uma cosmovisão, lança seu olhar sobre a realidade, os homens que nela se inserem, os sonhos

humanos, bem como os seus valores culturais. Assim sendo, o homem africano tem uma estreita conexão com seres espirituais, tanto mais que estes são, em grande medida, venerados e respeitados.

José Carlos Barcellos, no seu estudo sobre a *Literatura e a Espiritualidade*, explica que:

> A espiritualidade, sendo experiência humana do divino, ganha inteligibilidade e visibilidade, quer no âmbito pessoal, quer no sociocultural, ao ser plasmada numa linguagem. Como qualquer outra experiência humana, a espiritualidade é sempre uma experiência interpretada. É no espaço da linguagem que inúmeras e variadíssimas experiências espirituais podem ser reconhecidas como tais (BARCELLOS, 2001, p. 43).

Concordando com a proposição de Barcellos, em *Mulungu*, Adelino Timóteo apresenta a experiência humana do divino, que ganha inteligibilidade e visibilidade, no âmbito sociocultural, ao ser plasmada numa linguagem que convoca várias experiências espirituais reconhecidas no território das tradições moçambicanas. Veja-se, a título ilustrativo, o carácter divino na passagem textual: "Chamavam-lhe Mulungu e, mesmo, dizem não haver outro com características e poderes divinos que não seja Deus, já agora o mesmo Mulungu. Entenda-se, o tipo investe-se de poderes que o tomam por Deus" (TIMÓTEO, 2007, p. 8).

No entanto, no exercicio de parmanente busca pela explicação de alguns fenómenos surreais que acontecem no quotidiano cultural, inexplicáveis pela ciência moderna, o homem recorre a um esclarecimento a ser feito por seus deuses e entidades míticas do imaginário tradicional africano. Com efeito, nesta narrativa timotiana, por exemplo, Mazeza, tendo passado pelas

consequências do *licaho*, procurou uma solução numa cidade dos fantasmas, na qual residia a feiticeira Chanaze, como se observa na passagem:

> Chamava-se Chanaze a guardiã de Mulungu. Vivia a maga Chanaze numa babel lá na cidade dos fantasmas [...] o atalho era um monturo. Tinha a largura do mar. Quando Mazeza pôs-se nele pensou: «Esta é a estrada para a cidade dos fantasmas. Terei que caminhar mesmo como uma morta, possível destino que me resta» (TIMÓTEO, 2007, p. 33).

Nessas transcrições descreve-se o fantasma, uma entidade espiritual que, antes, fora uma pessoa que depois passou para outro estado da vida, a morte. Esta entidade, na tradição moçambicana, estabelece relação com os vivos, ou seja, é uma entidade ancestral. Como é relatado no *corpus*, Mazeza fora buscar explicação e livramento nesta cidade, pois acreditava que estas entidades eram capazes de resolver a sua preocupação. Portanto, essa conexão que um ser humano pode manter com os mortos, a que chamamos de ancestralidade, é explicada por Ana Mafalda Leite como:

> A crença segundo a qual quando um indivíduo morre torna-se um ser espiritual com a capacidade de proteger os seus parentes que ainda não transcenderam para outro plano que agora gozam. Embora não possam ser vistos, os familiares sentem a sua presença ou percebem alguns sinais de sua identidade através de sonhos (LEITE, 2003, p. 25).

Há, assim dito, um entendimento de que na cultura africana, uma pessoa não morre, isto é, "do ponto de vista metafísico, a morte

é encarada de forma diferente em relação à visão ocidental. Nas sociedades étnicas, os mortos não morrem. Pelo contrário, emigram para um mundo imaginário, coberto de símbolos e magias, para um mundo que constitui a metáfora do cosmos real, mergulhado no terreno da mitologia" (MAPERA, 2018, p. 75).

Deste modo, compreendemos a razão da crença de continuidade da vida após a morte, pois o ser espiritual pode se manter em contacto com os vivos e este tem a capacidade de proteger, castigar, amar ou até satisfazer o gozo sexual:

> Fui assediada várias vezes pelos mortos machos que tentaram seduzir-me. Como eu não tivesse outra saída acabei cedendo a um deles. Não imagina, depois de longo jejum, foi bom deitar-me com ele. Até tive a sensação de que o morto era o meu marido. Não estranhei a atitude dos mortos machos porque os homens fariam o mesmo a qualquer mulher que viesse sozinha (TIMÓTEO, 2007, p. 36).

Nessa passagem textual, constatamos como ocorre a materialização do acto sexual entre um morto e a personagem Mazeza, quando esta caminhava pela cidade dos fantasmas. Assim, fica evidente que os fantasmas são entidades poderosas porque, no momento em que a Mazeza estava sob consequência do licaho, eles conseguiram manter relações sexuais com ela, certificando a inutilidade deste feitiço para eles. Portanto, nunca se deve subestimar o poder e a influência que os ancestrais possuem na quotidianidade dos vivos; antes pelo contrário, temos que reconhecê-los por meio de rituais e cerimónias.

É, pois, assim que percebemos, por outro lado, que a tradição revela, em si, um conjunto de costumes, comportamentos, memórias e crenças, que são mantidos e passados de uma geração para a outra.

Nesta perspectiva, esses elementos culturais configuram-se como parte importante da vida das sociedades étnicas. Veja-se, a título exemplificativo, a capacidade dos curandeiros em interpretar as vicissitudes da vida através da palma da mão, o que nos introduzem, de imediato, no território das tradições:

> Eu consigo ver o que se passa na sua vida, através desta palma. Podes crer. O teu marido perdeu a cabeça. Anda envolvido em más companhias, a pouco tempo eram seiscentas mulheres que não o deixavam levar a casa. Ele movia-se de uma a outra como barata tonta e não lhe restava tempo de voltar a casa porque o ano tem 365 dias. Mas agora desposou nova mulher, Maroze, que o levou à perdição. E respondeu Mazeza: *Homba*[54], ou seja, amém em tradução literal, para conferir que Chanaze acertara (TIMÓTEO, 2007, p. 38).

A acção da transcrição acima dá-se quando Mazeza fora buscar resolução para o castigo que havia recebido após trair o seu pai-marido. Como forma de se livrar do *licaho* imposto, foi realizar uma consulta à Chanaze, uma feiticeira muito poderosa. O que nos surpreende é a maneira como ela revela tudo sobre o marido. Ela consegue, portanto, ver tudo só com a palma da sua mão.

A tradição não só se manifesta nos rituais, crenças ou símbolos, como também pode ser observada na linguagem. É comum, no território da tradição africana, a atribuição de nomes aos filhos segundo situações, ou mesmo em homenagem a um ente querido:

[54] *Homba*: termo a que se obriga repetir numa consulta, quando o adivinho capta algo informativo a partir dos talismãs.

> O filho adoptivo de Mulungu, *Nhatwa*[55], que em tradução livre significa Castigo, fruto de uma infidelidade de Mazeza, e que não obstante ele insistia o dessem por seu para conter a raiva e a má recordação que a memória de um filho bastardo a convoca, era inteligente e detentor de uma genial capacidade que equilibrava o *deficit* humano e intelectual do padrasto e irmãos (TIMÓTEO, 2007, p. 12).

Mulungu tivera um filho adoptivo que resultou da junção entre Mazeza e Mundau. Portanto, este filho é considerado um símbolo de castigo devido a prática da infidelidade cometida. Como temos vindo a dizer, no território da tradição africana, a prática de atribuir nomes aos filhos consoante algumas experiências ou realidades é preservada e ainda se mantém na memória dos povos. Assim, o significado do nome tem uma influência na vida do indivíduo.

Ora, como se pode depreender, a representação da realidade sociocultural moçambicana dá-se pela presença de diversas estratégias narrativas que produzem um efeito estético-verosímil e, por meio das quais, se constrói o texto como "um submundo de significados misteriosos" (MAPERA, 2018, p. 56). Na verdade, a realidade circundante em *Mulungu* assenta fundamentalmente na metáfora do comum e vulgar do dia-a-dia dos moçambicanos, na medida em que a história que é veiculada constitui o resultado de um empenhamento no domínio da recriação dos fenómenos que a experiência empírica proporciona. Com efeito, a recriação dos fenómenos aqui referidos é feita com base em relatos

[55] *Nhatwa*: na língua cisena significa sofrimento. Na comunidade sena, este nome pode ser atribuído quando, por exemplo, a gravidez ou o parto foi passada ou feito por muito sofrimento.

fantasmagóricos, levando-nos a não acreditar, em algum momento, na sua ocorrência.

A realidade mítica africana é regida por leis sobrenaturais, pelo que somos surpreendidos por acontecimentos incomuns, podendo, em jeito ilustrativo, citar casos em que mortos andam entre os vivos, pedras e animais que falam, bem como árvores que se engravidam, entre outros. Exemplo:

> No lugar de dar rebentos pelo tronco e ramos, a Baobá resolveu surpreender o mundo dando origem a um rebento humano [...]. A Baobá engravidara-se ou se deixara engravidar? Isto ultrapassava as previsões de qualquer ciência. Mas era um facto, se é que a evidência se expunha em peso, a Baobá soltava gritos estridentes ou lancinantes, semelhantes aos libertados pelas mulheres em véspera de parto.
>
> O inédito parto causara alegria ao povo do império. Mas porque a alegria anda sempre de mãos dadas com a tristeza, Deus equacionava o destino a dar ao submerso sangue dos mortos e da Baobá. Que faria daquele sangue ante a incapacidade de absorção do lençol freático? Foi quando ocorreu a Mulungu a conversão daquelas águas em vinho (TIMÓTEO, 2007, p. 47-48).

Em *Mulungu*, é-nos relatado ainda acontecimentos incriveis de interpretação alegórica, como a acção que se dá na narrativa depois do parto surpreendente. Este acontecimento, por conseguinte, causou alegria ao povo daquele império. É neste momento em que algo inesperado acontece durante o processo de comemoração. Mulungu, sendo um Deus poderoso, transformou, como se pode ver na passagem acima, água em vinho, de modo a que as comemorações fossem mais agradáveis.

Um outro aspecto de pormenor cultural tem que ver com a realização de cerimónias tradicionais conducentes à superação de imbróglios do quotidiano e à estabilidade social:

> Natural era, em tempos de seca, nos reinos vassalos, os habitantes organizarem *m'bambas*[56], implorando-lhe que libertasse as águas sequestradas por si, no que se depreende uma forma de castigo que impunha aos homens por isto ou aquilo. Todavia, omnipotente criatura, as vezes Mulungu cumpria o seu ritual exorcista. Afastava maledicências das entranhas das mulheres acossadas pela esterilidade, mas não o fazia jamais sem antes acometer-se a passar por cima delas [...] o proprietário de uma empresa que se dedicava a secagem de bacalhau decidira agarrar a chuva. Como ele a fez refém? Pela via da superstição. Usara rabo de hipopótamo receitado por um *nhondoro* e assim passara a fazer tudo quando quisesse com as chuvas (TIMÓTEO, 2007, p. 10).

Nas terras de Mulungu, a seca, não só era um fenómeno natural, como também, resultado do poder que ele tinha de prender a chuva. Para isso, era necessária a realização de rituais para que se implorasse pela chuva. Descreve-se, assim, o poder sobrenatural de Mulungu de agarrar e libertar a chuva.

Enfim, por tudo quanto ficou dito, a narrativa timotiana patenteia inequivocamente o enraizamento das tradições, trazendo, deste modo, à ribalta os aspectos peculiares da cosmovisão africana e procura repor um universo mítico fundado na quotidianidade das sociedades étnicas.

[56] *M'bambas*: cerimónia tradicional para buscar protecção e conselhos dos espíritos contra o espírito mau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como propósito estudar o valor da espiritualidade e dos ritos moçambicanos em *Mulungu*, do escritor Adelino Timóteo. A obra é marcada pela descrição de vários acontecimentos sobrenaturais que fazem parte da cultura tradicional, tendo conferido ao estudo um olhar em torno da presença dos signos culturais aí subjacentes e como o autor os apresenta no seu exercício de legitimação da identidade moçambicana.

Com base em leitura socio-antropológica, compreendermos que Mulungu, que intitula essa produção artística de Adelino Timóteo, leva uma interpretação metafórica, porquanto é descrito como personificação de Deus Todo-Poderoso no campo da religião tradicional africana.

Com efeito, a obra *Mulungu* é marcada pela descrição de inúmeros aspectos socioculturais de Moçambique. A título de exemplo, temos a descrição de uma prática usada para descobrir o adultério, designada *licaho*. Este tipo acto mítico-mágico manifesta-se de diversas maneiras, podendo ser de cágado quando o vaso da mulher converte-se e ganha a forma de um cágado, fazendo com que ao pretender penetrar, o membro do homem contraia-se para o interior da bexiga. O *licaho* de ovo faz com que haja um fechamento total do vaso da mulher, sem que haja a possibilidade de penetração e, finalmente, o de formigas que deixa o membro do homem rodeado de formigas durante o acto sexual, levando-o a morte.

A obra presentea-nos com vários acontecimentos sobrenaturais que, no campo das leis naturais, não possuem explicação. Nesse sentido, entendemos que não se torna surpreendente na literatura a explicação da origem das coisas através dos mitos, aliás por meio destes mitos ancestrais tem sido possivel

conferir equilíbrio e bem-estar social nas comunidades, desde os tempos remotos.

Portanto, tendo em conta os variados elementos aqui discutidos, relativos aos valores tradicionais, hábitos, costumes e rituais, podemos inferir, em última instância, que a obra *Mulungu* expõe o campo da espiritualidade e da tradição como uma verdadeira escola da vida e que, por meio dela, embrenha-se no imenso território da cultura dos povos africanos.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, J. C. **Literatura e Espiritualidade**: uma leitura de Jeunes Années, de Julien Green. São Paulo: Editora da EDUSC, 2001.

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 2006.

CALVINO, I. "A combinatória e o mito na arte narrativa". *In:* **Atualidade do mito**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1977.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LEITE, A. M. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Maputo: Imprensa Universitária - UEM, 2003.

MAPERA, M. **Cinzas de Cão** – Ensaios críticos de literatura. Beira: Editorial Fundza, 2018.

MAPERA, M. **Realismo e Lirismo em Terra Sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva Braba, de Manuel Lopes** (Tese de Doutorado). Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013.

MUNANGA, K. "Mestiçagem como Símbolo de identidade brasileira". *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, M. S. **Do Alheio ao Próprio**. Goiânia: Editora da UFG, 1996.

TIMÓTEO, A. **Mulungu**. Maputo: Editora Texto Editores, 2007.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.

CAPÍTULO 10

Teologia Formal Africana

TEOLOGIA FORMAL AFRICANA

José Armando Vicente

Neste capítulo, abordaremos o conceito de "Teologia formal Africana" ou "Teologia burguesa africana". A teologia formal é uma teologia que se encontra nos documentos escritos, nas discussões formalizadas, nas obras de teólogos africanos. Não custa lembrar que ao lado da teologia formal africana, existe uma "teologia informal africana" ou uma "teologia não-burguesa" que é expressa nas tradições orais (mitos, cantos, provérbios) dos povos africanos. A teologia informal apareceu antes que a "teologia burguesa", isto é, antes dos teólogos africanos escrevessem suas primeiras reflexões.

Aliás, no Ocidente também a teologia informal é anterior à teologia formal. De fato, a maioria dos cristãos não possui nenhuma teologia válida ou "teologia burguesa". Quando se pensa na teologia ocidental, ocorrem nomes como Schillebeeckx, Küng, Barth, Rahner, Tillich, Bruno Forte, Jacques Dupuis, (...); dificilmente se pensa nos milhões e milhões de pessoas, cujas experiências religiosas são para elas tão válidas e tão autênticas como são válidas e autênticas as experiências religiosas de Schillebeeckx, Küng, Barth, Rahner, Tillich, Bruno Forte, Jacques Dupuis. Nesse sentido, tem que se distinguir entre a teologia burguesa ou formal e teologia não-burguesa ou informal.

Este artigo, portanto, se limita a um trabalho formal ou burguês da teologia na África e exclui o valor teológico de experiência oral. Trata-se de uma teologia que se tornou a prerrogativa de alguns teólogos africanos; que se tornou escolar, sólida em seus conteúdos, mas também abstrata.

A motivação neste artigo é mostrar à comunidade de teólogos ocidentais que a teologia africana já fez sua aparição e ela está viva e que, portanto, a tarefa dos teólogos africanos consiste em criar uma teologia que brote do povo africano e que tenha relevância para ele. Acredita-se que a teologia africana deve ser compreendida no contexto da vida e da cultura africanas e do esforço criador dos povos de África para constituir um novo futuro, diverso do passado colonial e do presente neocolonial. A situação africana requer uma nova metodologia, diferente das teologias dominantes do Ocidente. A teologia africana deve rejeitar, por conseguinte, as idéias pré-fabricadas norte-atlântica, definindo-se ela própria em relação às lutas do povo na sua resistência às estruturas de dominação.

O método empregado é a revisão de literatura sobre a teologia africana conforme realizada pelos seguintes autores: Setiloane, Bimwenyi-Kweshi, Senghor, Tempels, Mulago, Lufuluado, Nothomb, Kagame, Mushete, Mbiti, Ozakom...

CONTEXTO DO SURGIMENTO

A África foi evangelizada repetidas vezes: a primeira evangelização remonta aos primeiros cinco séculos da era cristã, quando o Evangelho foi difundido no Norte da África até a Etiópia. Porém, a cristandade norte-africana cedeu com a queda do Império Romano e diante do avanço do islã.

A segunda evangelização começa na época dos descobrimentos geográficos efetuada por Portugal e Espanha. No entanto, é somente na época moderno, propriamente a partir do século XIX, com a penetração europeia na África central e meridional, que a missão consegue constituir uma cristandade na África negra. A evangelização e/ou a missão havia sido conduzida,

na época moderna, sob o patrocínio de uma **"teologia da *salus animarum"*,** isto é, **"teologia da conversação dos infiéis".** Esta era uma teologia que defendia que os negros são apenas selvagens que devem ser convertidos; as almas dos negros devem ser arrancadas uma por uma da escravidão dos demônios. Era uma teologia que defendia que os negros não tinham Deus, nem filosofia, nem teologia.

De acordo com Hurbon (1988), os missionários cristãos rotularam negativamente a Religião Tradicional Africana (RTA); eles, deliberadamente, procuram destruir, ou pelo menos desestabilizar, a religião, a cultura e as tradições africanas. Os missionários cristãos queriam converter os africanos não somente ao cristianismo, mas também à cultura a que pertenciam tais credos; trabalharam sem descanso para a conversão deles. Numerosos padres, pastores e missionários só se referiam à RTA como "macaquice", indigna de povo civilizado. Diz Opuku: "pregavam contra a crença nos espíritos, nas forças sobrenaturais e nos deuses, na feitiçaria, nos sacrifícios, nos rituais, nos tabus e na veneração dos antepassados" (OPUKU, 1988, p. 597).

Segundo Vicente (2021), os deuses (ou divindades, antepassados, espíritos) foram identificados, percebidos e classificados como demoníacos pelos cristãos ocidentais; foram selecionados e revestidos com "roupas", nomes ou atributos helênicos e cristãos. (onisciente, onipotente, onipresente e transcendente).

Afirma categoricamente Vicente

> Os cultos dos negros eram e são considerados "diabólicos", momentos de gritaria e atentados à moral e aos bons costumes. As danças, as festas eram interditadas. Na mentalidade dos ocidentais, por trás dos sacrifícios, das oferendas, das comidas e banhos

> de ervas, enfim, por detrás de todas as "obrigações" havia um poder maligno e diabólico em ação. Moralmente, a veneração aos antepassados e aos espíritos foi considerada idolatria (VICENTE, 2021, p. 37.

Os ritos de iniciação de rapazes e moças eram inadmissíveis e, portanto, interditados. Os missionários julgavam-nos prática abominável e, por isso, tentaram fazer com que os africanos os abandonassem totalmente. Os lugares de sacrifícios foram considerados "moradas" de demônios. Sendo assim, os missionários católicos e os ocidentais pretendiam acabar com a RTA: procuravam quebrar garrafas, vasos, jogar fora pedras, cortar as árvores junto às quais se realizavam as práticas religiosas, enfim, pretendiam profanar tudo o que era usado para o culto.

Continua Vicente

> Os "sacerdotes" e "sacerdotisas" eram vistos como "ministros do diabo". Com essa atitude, colocava-se em xeque a autoridade dos tradicionais chefes dos africanos. Além disso, com a introdução da medicina ocidental, os missionários atacavam os costumes dos africanos, procurando enfraquecer a posição dos médicos e dos curandeiros tradicionais (VICENTE, 2021, p. 37).

Dessa forma, os africanos eram considerados "perdidos", por quem os missionários católicos e protestantes deviam olhar com compaixão. Pairava, portanto, junto a esses missionários, a preocupação de batizar os praticantes da RTA e de extirpar a RTA.

O cristianismo que chegou à África começou por desvalorizar os costumes e tradições dos povos africanos. Assim,

despojados de sua linguagem, de sua cultura, os africanos não tinham mais existência original. Uma vez que o catolicismo e o protestantismo se apresentavam como religião da civilização, da "sociabilidade", os negros sentiam-se reduzidos a seres primitivos, supersticiosos, discípulos de Satanás. Rejeitar a própria cultura, os próprios costumes era a eles passado como honra e compromisso. Deviam imitar a civilização, a sociedade, a cultura, o estrangeiro, o burguês. Difundiu-se, com isso, a ideia de inferioridade da cultura africana. Os africanos foram induzidos a acreditar que a verdadeira civilização era a ocidental; que a verdadeira religião era o cristianismo; que as verdadeiras igrejas eram a católica e a protestante; que as verdadeiras línguas eram o inglês, o francês, o português; que ser civilizado era sinônimo de ser cristão, de falar as línguas mencionadas.

Era grande a preocupação de civilizar os africanos via catolicismo e protestantismo. A política missionária visava a europeização dos africanos, confirmando assim a ideia errônea de que eles não conheciam Deus. Tudo o que era da África foi percebido como primitivo, pagão, fetichista e infiel aos olhos da Europa. Edusa-Eyison assinala:

> A antiga atitude dos missionários mostrou-se, geralmente, destrutiva; a religião [africana] não era estudada, ela era considerada como não possuindo nenhuma revelação ou inspiração divina, e não se fez o mínimo esforço para utilizar uma sua qualquer parte como base de um ensinamento mais completo (EDUSA-EYISON, 2005, p. 99).

A missão cristã na África foi considerada um processo de "civilização". Os africanos eram considerados pagãos mergulhados nas trevas da ignorância, cujo caminho de vida era absolutamente

primitivo e, por consequência, deviam ser evangelizados e/ou civilizados. Evangelizar, então, era sinônimo de civilizar ao modo ocidental. A missão visava a reprodução de um modelo único pelo qual as Igrejas africanas se tornavam um rascunho das Igrejas ocidentais. Na verdade, tratava-se de uma **"teologia da Implantação da Igreja" (*plantatio Ecclesiae*"**). A expressão não deve ser só entendida como uma simples transposição ou "transplantação" da Igreja europeia em África, mas realmente como uma semente plantada na África, sobre a *tabula rasa* da africanidade.

SURGIMENTO DA TEOLOGIA AFRICANA

Pode-se então situar o nascimento da Teologia Africana nesse contexto da evangelização e/ou descobrimento da África na idade moderna. Trata-se de uma teologia que emerge no contexto sócio-político do povo africano e se propõe, portanto, em responder ao seu clamor conforme afirma o teólogo Júlio Zabatiero: "teologia se faz a partir do clamor, pois quem não consegue ouvir o clamor de quem sofre, também não consegue ouvir a palavra que Deus fala" (ZABATIERO, 2001, p. 16). De fato, foi em função do clamor do seu povo que os teólogos africanos se levantaram conscientes de suas responsabilidades enquanto intérpretes das suas tradições e propondo deste modo soluções aos problemas pontuais das suas comunidades. Evidentemente que, não se trata de uma tarefa simples, pois, pressupõe antes de qualquer coisa numa libertação cultural dos africanos e na recuperação da sua africanidade, na visão de vida, cultura, sabedoria e religiosidade. A teologia africana busca libertar e situar o africano no seu contexto e consequentemente levar o mesmo a apreender que ele é sujeito, que seus pensamentos são legítimos, que sua visão de mundo e de vida é legítima, que seus sentimentos são igualmente legítimos.

Portanto, a teologia informal começa a delinear-se num livro intitulado *Des prêtresnoirss'interrrogent,* de 1956. É uma coleção

de artigo, assinado por alguns padres negros, que no meio do processo de descolonização se perguntavam sobre o futuro da missão da Igreja na África. Mais tarde, em 1960, na faculdade de teologia católica da universidade do Congo foi aberto um debate sobre a possibilidade de uma teologia africana. O debate iniciado pouco a pouco se ampliou: a mesma faculdade católica do Congo organizou um "Colóquio sobre a teologia africana" em 1968; e, no âmbito protestante, organizou-se, em 1966, um congresso para a África, com o tema "Por uma teologia africana". Com esses debates, começava um processo de esclarecimento teológico.

Percebe-se, então, que antes dos debates, diria Senghor que:

> a alma negra, uma raça, quase um continente não teria pensado nada, nada sentido, nada pintado ou esculpido, nada cantado ou dançado. Um nada no fundo do abismo, capaz apenas de implorar e de receber: uma cera mole nas mãos do Deus branco de olhos azuis como o céu (SENGHOR *apud* GIBELLINE, 1998, p. 457).

Porém, por volta do século XX, surge o movimento cultural de *Negritude* que procurava a recuperação da identidade negra, a fidelidade à história africana, à solidariedade de todos os negros da África e da diáspora. O movimento de *Negritude* provocou um florescimento de estudos literários, artísticos e filosóficos tendentes à recuperação da cultura africana. Insiste Senghor: "Nossa libertação será mérito dos escritores e dos artistas africanos, mais que dos políticos. A experiência veio mostrar que sem a libertação cultural não existe libertação política" (SENGHOR *apud* GIBELLINE, 1998, p. 457).

Nesse esforço literário, pode-se inserir a obra pioneira do missionário franciscano belga, Padre PlacideTempels, *A filosofia banto,* publicada em 1945. Nessa obra se descobria e se

documentava a existência de uma "visão do mundo", de uma "filosofia especificamente africana". Essa obra permitiu enfocar nos anos 50 e 60 o problema de uma teologia africana.

De fato, a partir dos anos 60, nas faculdades de teologia de Congo e em outros centros teológicos e em numerosos estudos delineava-se a proposta de uma **"teologia da adaptação".** O termo adaptação evoca um organismo vivo que procura ajustar-se a um contexto ambiental. Teologicamente, o termo exprime a exigência de encontrar pontos de inserção do anúncio cristão, em crenças, ritos, símbolos, gestos e instituições da sociedade africana tradicional, aparentemente, compatíveis com os dados da fé cristã, de modo a dar um rosto africano ao cristianismo. Na verdade, é uma tática externa de modificações para que o único modo eclesial possa ser aceito, revelando certa mentalidade de superioridade do cristianismo ocidental. Nesse processo de adaptação ou africanização deram sua contribuição Vicent Mulago, Placid Tempels, F. M. Lufuluado, D. Nothomb, Alexis Kagame. A "teologia da adaptação" era uma superação decisiva da concepção de uma teologia da *tabula rasa* da africanidade e representou a primeira e mais avançada forma de "teologia africana", até o Concílio Vaticano II. A reflexão teológica posterior conseguiu superar a "teologia da adaptação", tida como concordista, em favor de uma **"teologia da encarnação" ou "teologia da inculturação"**, isto é, de um processo segundo o qual a mensagem salvífica e a própria igreja deviam se encarnar na África.

CARACTERÍSTICAS DA TEOLOGIA AFRICANA

A priori, vale destacar que não existe uma uniformidade entre os autores quanto ao conceito de teologia africana. Oscar Bimwenyi simplesmente fala de teologia africana; o teólogo zairense Alphons Ngindu Mushete fala de "teologia africana crítica". Para John S. Mbiti a teologia africana seria simplesmente "reflexão e expressão

teológica feita por cristãos africanos" (MBITI *apud* HOUVLAND, 2015, p. 214). Por outro lado, Ambrose M. Moyo propôs uma definição mais singela, salientando que a teologia africana é "uma tentativa de traduzir a mensagem de Jesus por meio de formas de pensamento que a África achará relevantes e significativas" (MOYO *apud* HOUVLAND, 2015, p. 214). Já Charles Nyamiti afirma que a teologia africana é a verdadeira e exata doutrina católica, expressa e apresentada de acordo com a mentalidade e as necessidades africanas. Para Gabriel M. Setiloane teologia africana é: "uma teologia que é baseada na fé bíblica e que fala à alma africana (...) Ela se expressa através das categorias de pensamento que provêm da filosofia e da visão de mundo dos africanos" (SETILOANE, 1992, p. 50). Nesse sentido, a teologia africana busca falar à alma africana, e essa linguagem se dá mediante a experiência subjetiva com o sagrado. Para Setiloane toda teologização é feita a partir do seu contexto, no entanto, a teologia que predomina nos seminários e igrejas na África tem sido na verdade Teologia Ocidental. Isto implica que o olhar do africano em relação as suas experiências e, sobretudo, a Divindade está sempre condicionado ao preconceito europeu. Implica igualmente que o africano tem convivido com dois mundos distintos: por um lado tem a sua visão de mundo tradicional e por outro o mundo da cultura ocidental.

No entanto, para além das diferenças linguísticas e das diversidades das abordagens, a teologia africana assumi características próprias. A priori, vale a pena deixar bem claro que a teologia africana não deve ser simplesmente caracterizada como uma crítica negativa da cultura e filosofia ocidentais, mas uma avaliação positiva de sua própria cultura e filosofia africana.

> - a primeira característica da teologia africana diz respeito à questão cultural: uma cultura, que é profundamente marcada pela religião, que exerce

influência maior nos africanos quando comparados a outros povos, e o método de pensamento é influenciado pela mesma.

- a segunda característica é a comunitária, com a proposta de uma eclesiologia africana, com bases teológicas intrinsecamente ligadas à ação cristã, da qual emerge e pela qual é explicável.

- a terceira característica é a ecumênica: uma teologia que é feita na e pela comunidade. Ela é ecumênica porque se estende a totalidade do mundo humano habitado, sem exclusão de pessoas ou de comunidades de fé diferentes. É uma teologia que fala da cultura de um povo, dos seus medos, das suas expectativas, dos seus sonhos, dos seus sofrimentos e, acima de tudo, propõe soluções aos problemas pontuais que o mesmo apresenta, pois, teologia não se faz apenas articulando discursos, mais sim buscando a materialização dos mesmos. Ela não acontece fora do ciclo cultural de um povo, antes pelo contrário é a resposta ao grito do povo, nesse sentido, o teólogo não é apenas pesquisador do conteúdo bíblico, mas também interprete do mesmo para a realidade de sua comunidade.

RUMO A UMA TEOLOGIA AFRICANA CRÍTICA

Diz Bimwenyi-Kweshi:

Desde que a boa nova de Jesus Cristo ressoou nas florestas e savanas, e desde que muitos foram tocados, envolvidos ou perturbados no mais profundo de si mesmos por essa mensagem, uma das questões frequentemente levantadas diz respeito, precisamente, à compreensão dessa mensagem, de seu autor, das circunstâncias de sua transmissão e,

> finalmente, das consequências que a adesão a esse novo caminho leva consigo tanto no plano socioeconômico, sócio-político, como no plano cultural e religioso (BIMWENYI-KWESHI *apud* GIBELLINI, 1998, p. 460).

Com essas palavras, tem início a vasta e imponente pesquisa a respeito dos fundamentos de uma teologia africana; de uma elaboração teológica africana especificamente caracterizada; uma teologia crítica. Não se trata de recriminar as missões, e sim de revisitar o cristianismo "em situação colonial", para discernir agora, as condições de "um encontro mais profundo e criativo entre Jesus e o homem religioso africano, e de um novo modo de ser Igreja na África negra. Acredita-se que o Evangelho é civilizador, mas não no sentido de ser o veículo da "civilização ocidental", e sim no sentido de que, lá onde ele é recebido, faz surgir uma nova civilização e uma nova cultura. A teologia na África, agora, deve ir decididamente além do discurso cristão "em situação colonial" em direção a um autêntico "discurso teológico negro-africano".

Conscientes, portanto, desta exigência teológica, os teólogos africanos Bimwenyi, entre outros, têm uma dupla e nobre missão. Eles propõem "libertar a Cristo e o Evangelho do cristianismo" colonial. Isso não quer significar a rejeição da pessoa de Jesus Cristo e do seu Evangelho. Realmente, a encarnação de Jesus Cristo e as outras afirmações a respeito de sua humanidade são aceitas pelos africanos. Para estes, Jesus Cristo não representa somente o Verbo de Deus que se fez carne, mas também o Filho de Deus feito Homem. Na opinião de Mustete, Jesus Cristo representa a humanização, ou seja, a humanificação (MUSHETE, 1988, p. 85). Por sua vez, Setiloane afirma:

> A felicidade com que aderiram ao Cristianismo prova que os africanos não encontraram nenhuma dificuldade em seu ensinamento básico a respeito de seu sujeito e mentor Jesus de Nazaré, nascido de maneira milagrosa de Maria, e outras afirmações fundamentais a respeito de sua humanidade. Para a visão do mundo africana tradicional também não houve motivo para questionar ou duvidar das afirmações sobre sua Divindade – "concebido pelo Espírito Santo", etc. Não tem sido difícil aceitar essas afirmações porque a nós não é estranha a ideia de a Divindade ser capaz de tomar "posse" de um ser humano .... como ... a entrada da Divindade para dentro da pessoa humana – a possessão, para levá-la a florescer em nível mais alto da sensibilidade e disponibilidade para os seus fins (SETILOANE, 1992, p. 53).

Pelo autor, percebe-se que a controvérsia diz respeito à universalização da tentativa limitada da Igreja Primitiva sobre a compreensão do mistério da ação da divindade. Como afirma Setiloane, "os Credos e as Doutrinas da Igreja, formulados pelos Primeiros Pais, estão envolvidos na mitologia e na visão da época em que foram formulados" (SETILOANE, 1992, p. 53). Sendo assim, algumas afirmações dos credos e da doutrina cristã ocidental não têm sentido na África. Os teólogos africanos querem denunciar e se libertar do Cristo e do seu Evangelho mergulhados na linguagem mítica e numa visão ocidental. Portanto, a luta não é contra a Fé ou o *Kerygma,* mas contra os acréscimos ocidentais transformados em dogma; contra o cristianismo acrescentado à civilização e à cultura ocidentais. A luta, na verdade, é contra as ataduras ocidentais, contra as ligaduras estranhas que escondem e aprisionam a Jesus Cristo:

> Teologia africana significa para nós uma teologia que é baseada na fé bíblica e que fala à alma africana [...]. Ela se expressa através das categorias de pensamento que provêm da filosofia e da visão de mundo dos africanos. Falando pela África, o que não podemos comprar é a civilização ocidental, cultura, ou seja, que nome quiserem dar. Seus modelos de pensamento e formas de expressão Greco-romanas são as ataduras que precisamos de rasgar para chegar ao Cristo [...]. Se a verdade Teologia é reflexão, na Teologia Africana nós tentamos quebrar o selo dos modelos de pensamento e cultura ocidentais para podermos ver o Cristo face a face, e nele vermos a nós mesmos [...] e a outros (DECLARAÇÃO DA AACC *apud* SETILOANE, 1992, p. 52-53).

A controvérsia, ou objeção, diz respeito ao Jesus Cristo e ao cristianismo pregados pelos missionários e ensinados pelas igrejas nas escolas das missões, impostos pela disciplina das igrejas na vida quotidiana dos convertidos, conformados e moldados pela civilização ocidental a partir de ponto de vista e das atitudes dos missionários:

> A verbalização ou interpretação da experiência da Divindade [e de Jesus Cristo] e dos assuntos que lhe dizem respeito em toda a vida, e morte, tem sido feita por pessoas ocidentais, através dos tempos. Na verdade, no centro de tudo isso tem estado o "fato", o "fenômeno", ou "acontecimento" de Jesus Cristo. Mas esse fato, fenômeno ou acontecimento tem também sido inevitavelmente compreendido e interpretado de um modo tendencioso. A tendência tem sido a situação ocidental, cultural, social e política, que tem ultrapassado os limites, através dos tempos (SETILOANE, 1992, p. 49).

Por sua vez, escreve Chenu:

> A teologia para nós, na África, não é um exercício escolar, com grande acompanhamento de palavras pretensiosas e de fórmulas enigmáticas. Para nós, a teologia pertence à totalidade de nossa experiência religiosa, à globalidade de nossa vida. Nos alegramos de sentir implicados na grande aventura da encarnação de Filho de Deus feito Filho do Homem. E cada dia se vai fazendo mais Filho do homem africano (CHENU, 1989, p. 149).

Num segundo momento, os teólogos africanos procuram verbalizar Jesus Cristo e o cristianismo a partir da perspectiva do ambiente e da cultura africana. Propõem-se inculturar Jesus e seu Evangelho. Têm por ambição a missão de encarnar o enunciado do mistério de Cristo na África; pretendem revelar, a partir dos valores culturais e religiosos africanos, "outro aspecto" de Jesus, pois, como diz o evangelista Marcos, "[...] Ele se manifestou com outras aparências [...]" (Mc 16,12). Diria Mana: "Já não se trata de um Cristo vindo de outra parte ou baixado de um céu estrangeiro, mas de Cristo revelado no coração próprio das demandas essenciais da África, de suas forças humanizadoras e de suas esperanças espirituais mais profundas" (MANA, 2000, p. 173). Por sua vez, diz Ozakom: "Dado que Ele se apresenta como enviado de Deus, os seus hospedeiros terão uma atenção especial aos gestos e às palavras da mensagem da nova religião e tentarão decifrá-las no horizonte da sua própria experiência espiritual" (OZAKOM, 2012, p. 88-89). Portanto, o Evangelho e a figura de Jesus podem ser articulados a partir dos valores africanos socioculturais e religiosos.

A teologia africana pretende valorizar as categorias culturais, morais e religiosas da África. Como afirma Mana, "a aposta não

consiste, portanto, somente em mudar de sociedade, mas também em mudar de cristianismo" (MANA, 2000, p. 196) a partir do patrimônio cultural e religioso da África.

A mudança a que aqui se refere consiste em sair de uma teologia e de um cristianismo do Ocidente, com suas lógicas profundas, para construir uma teologia e um cristianismo a partir da visão cultural da África. Trata-se de um trabalho de reinvenção, de reimaginação, de reorientação e de refundação de um cristianismo novo no contexto da África. É uma teologia e um cristianismo ancorados nas riquezas espirituais africanas, renovados em seus projetos de ser e propostos como caminhos de vidas para todos os africanos. Assim, a teologia e o cristianismo africanos não serão mais importados, mas componentes incontornáveis da cultura africana. A teologia africana deve trazer doravante a marca da cultura africana. Em outras palavras, trata-se de uma teologia encarnada no contexto da África; uma teologia desocidentalizada; uma teologia autenticamente africana, isto é, traduzida em todas as dimensões da vida africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diria Bimwenyi que tanto a "teologia *da Salus animarum*" como a "teologia da *plantatio Ecclesiae*", mas também a "teologia da adaptação", que sustenta a necessidade de uma "africanização" do cristianismo na África, são formas modernas de um discurso judaizante, que confunde a fé cristã com um produto pré-fabricado a ser exportado, instalado ou adaptado, e, como tais, são "teologias emaranhadas na própria armadilha" (BIMWENYI *apud* GIBELLINI, 1998, p. 461). O problema é se e como é possível reencontrar um "lugar novo", donde partir para a elaboração de um discurso teológico africano, "sem passar pela sinagoga européia,

pela circuncisão do espírito e do coração". De fato, a teologia africana deve passar pelo primado da linguagem e das concepções africanas. Assim, ela se enriquecerá de valores originais e únicos da África, que nem a língua semita, nem o espírito grego, nem o gênio latino lhe puderam trazer.

A teologia ocidental utilizou a metafísica grega para refletir a mensagem revelada. Uma teologia africana não deve passar necessariamente por essa mediação cultural. O teólogo africano que deseje tornar-se intérprete da fé de suas comunidades deve abandonar o "asilo epistemológico" de culturas e filosofias alheias. Trata-se de recuperar a africanidade, sua visão da vida, sua cultura, sua sabedoria e religiosidade.

A teológica africana crítica é apenas um começo; ela não elabora um discurso teológico africano acabado, mas apenas mostra a possibilidade e a legitimidade epistemológica de tal discurso. A teologia africana crítica se situa decididamente além da teologia da adaptação; mas ela tampouco se situa na teologia da encarnação ou da inculturação. Não é uma teologia previamente constituída e que se deve encarnar ou inculturar. Mas é uma teologia africana, um discurso teológico que deverá constituir-se na correlação de duas polaridades: a polaridade da revelação de Deus e a polaridade da africanidade.

REFERÊNCIAS

BIMWENYI-KWESHI, O. "Discoursthéolgique negro-african, 1981". *In*: GIBELLINI, R. (org.). **A teologia do Século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

CHENU, B. **Teologías cristianas de los terceros mundos**: Teologías latinoamericana, negra norteamericana, negra sudafricana, africana y asiática. Barcelona: Herder, 1989.

DECLARAÇÃO DA AACC. "Conferência das Igrejas de Toda a África – em sua Assembleia em Lusaka, 1973". *In*: SETIOANE, G. **Teologia Africana**: uma introdução. São Paulo: Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1992.

EDUSA-EYISON, J. M. Y.; DICKSON, K. A. "Um biblista em busca de diálogo". *In*: **Teologia Africana**. Prior Velho: Paulinas, 2005.

GIBELLINI, R. **A teologia do Século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

HOVLAND, T. H. "O Novo Paradigma da Teologia Africana". *In*: Teologia Africana. Prior Velho: Paulinas, 2005.

HURBON, L. **O Deus da Resistência Negra**: O Vodu Haitiano. São Paulo: Paulinas, 1988.

MANA, K. **Teología Africana para tiemps de crises**: Cristianismo y reconstrucción de África. Estela: Verbo divino, 2000.

MUSHETE, A. **A figura de Jesus na Teologia Africana**. Petrópolis: Vozes, 1988.

OPUKU, K. A. "A religião na África durante a época colonial". *In*: BOAHEN, A. A. (ed.). **História Geral da África**. Paris: UNESCO, 1988.

OZAKOM, C. Ó. B. "O fim de um período de discussão sobre a possiblidade de uma Teologia Africana". *In*: **Teologia Africana**. Prior Velho: Paulinas, 2012.

SETIOANE, G. **Teologia Africana**: uma introdução. São Paulo: Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1992.

VICENTE, J. A. **A salvação na Religião Tradicional Africana**. São Paulo: Loyola, 2021.

ZABATIERO, J. **Para uma teologia pública**. São Paulo: Fonte Editorial / Vitória: Faculdade unida, 2001.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

André Santos da Rocha é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Geografia. Mestre em Geografia. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: asrgeo@gmail.com

Antônio Walber Matias Muniz é professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito Constitucional. Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: walber@unifor.br

Arllan Gonçalves Corrêa é professor da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Goiás (SEDUC-GO). Graduado em Educação Física. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail para contato: arllan.boniffacio@gmail.com

Cecília Sousa da Silva é professora da Educação Básica no Maranhão. Graduada em Letras pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM). Área de interesse de pesquisa: Literatura Afrodescendente. E-mail para contato: aceciliasousaa@gmail.com

David José Sebastião Matandire é graduado em Ensino de Português com habilitação em Ensino de Línguas Bantu pela Universidade Pedagógica de Manica (UPM). E-mail para contato: matandiredavid@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Ednamar Fátima de Urzêdo Vitória é professora universitária. Graduada em Psicologia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail para contato: ednamar@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Isabella Cruzichi é pesquisadora assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos. Mestre em Ciência Política. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: isabellacruzichi@gmail.com

João Casqueira Cardoso é professor da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Graduado em Direito. Mestre em Estudos Internacionais. Doutor em Direito pela European University Institute (EUI). E-mail para contato: jcasq@ufp.edu.pt

José Armando Vicente é graduado em Teologia. Especialista em Sociologia e Psicologia Social. Mestre em Teologia e doutor em Teologia Sitemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FJFT). E-mail para contato: josarvicente@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

José Flávio Sombra Saraiva é professor da Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Relações Internacionais. Doutor em Relaçoes Internacionais pela University of Birmingham (UB). E-mail para contato: jfsombrasaraiva@gmail.com

Judite Gonçalves de Freitas é professora da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Graduada em História. Mestre em História Medieval. Doutora em História pela Universidade do Porto (UP). E-mail para contato: jfreitas@ufp.edu.pt

Juma Manuel é professor da Universidade Púnguè (UP). Mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Doutorando em Literaturas e Interfaces pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail para contato: jumadacrisma@ymail.com

Kamilla Raquel Rizzi é professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Graduada em História. Mestre em Relações Internacionais. Doutora em Ciência Política. E-mail para contato: kamillarizzi@unipampa.edu.br

Layane Rodrigues dos Santos é professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Letras. Mestre em Literatura pela Universidade Estadual do Piauí (UFPI). E-mail para contato: layrsantos83@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Mariana Herreira Gonçalves Pertile é bacharel em Geografia. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: mariana.herreira@gmail.com

Marlene Barbosa de Freitas Reis é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em Pedagogia. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. E-mail para contato: marlenebfreis@hotmail.com

Monserrat Alonso Alonso é professora da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail para contato: alonso.monserratalonso@gmail.com

Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho é graduado em Direito. Mestre em Estudos Linguísticos. Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: ricardo.nogueira@ufu.br

Stela Ananda de Barros é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Estudos Internacionais pela Universidade de Barcelona (UB). E-mail para contato: sa_debarros@yahoo.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022